



Resumo cú política exterior do brasil

> número 45. 15 a 31 de março, abril, maio e junho de 1985

1. primeira reunião ministerial da nova república
2. olavo egídio setúbal assume o ministério das relações exteriores
3. a posse de paulo tarso flecha de lima na secretaria-geral das relações exteriores
4. segunda reunião da comissão mista de coordenação brasil-nigéria
5. olavo ábât pa « o m ^ o de relações exteriores da câmara dos deputados
6. a visita do chanceler brasileiro à argentina
7. itamaraty comemora o dia do diplomata
8. "edropean management forum" promove mesa redonda sobre o brasil
9. conferência interparlamentar europa-américa latina

ministério das relações exteriores

primeira reunião ministerial da nova república

Discurso do Presidente Tancredo de Almeida Neves, lido pelo Vice-Presidente da República, no exercício da Presidência, José Sarney, no Palácio do Planalto, em Brasília, em 17 de março de 1985, por ocasião da primeira reunião ministerial da Nova República.

Senhores Ministros,

Declaro aberta a primeira reunião do Ministério da Nova República.

Tenho a honra de dar leitura ao pronunciamento de sua Excelência o Presidente Tancredo Neves:

"Senhores Ministros,

Este ministério terá sobre seus ombros a tarefa de implementar as transformações econômicas, políticas e sociais que constituíram nossa plataforma Eleitoral, e que respondem aos mais legítimos anseios da sociedade brasileira.

Nesta mesa se reflete uma característica essencial da Nova República: a unidade do Governo expressada em pluralidade partidária ampla e ponderável.

Juntos assumimos hoje, perante a nação, o solene compromisso com a democracia e a justiça, juntos nos comprometemos a pautar-nos pela seriedade na administração da coisa pública, pela devoção no serviço do País, pelo respeito ao cidadão e pela firme determinação de preservar os altos valores da nacionalidade.

Dignidade e austeridade são regras essenciais, que devem presidir ao exercício da democracia, e que nos conduzirão ao atendimento das reivindicações impostergáveis de um povo que é digno e austero.

Se não bastasse o imperativo ético, não faltaria uma razão política maior a ditar essa postura. É que estou convencido de que a austeridade no governo será fator decisivo para o êxito do grande projeto de transição para o regime constitucional democrático, um dos mais importantes capítulos da carta compromisso da aliança democrática.

A política econômica a ser implementada será de todo o governo, de co-responsabilidade de todo o ministério.

Não abrirei mão da posição de condutor da política econômica do país e não permitirei que o ministério se divida em dois: os comprometidos com a austeridade e os comprometidos com os gastos, em meu governo, todos, absolutamente todos os ministros e dirigentes de empresas públicas, terão que estar igualmente comprometidos com a geração de recursos e com a parcimônia nas despesas.

Faltaria ao Governo a verdadeira autoridade, o legítimo poder de persuasão, caso lhe

... mundo mais justo, em que os interesses de países como o nosso tenham guarida, e os processos decisórios não constituam o monopólio de uns poucos.

Vamos trabalhar, senhores ministros. Estão sendo criadas hoje comissões especiais que ajudarão a Presidência da República a cumprir alguns dos seus compromissos mais inadiáveis com a nação.

Durante nossa campanha para a presidência, ouvimos vigorosos reclamos por uma reforma tributária. A questão é complexa e delicada, e tem seu fulcro na evidente desproporção entre o montante dos recursos que se pode arrecadar e as múltiplas atividades — e conseqüentemente gastos — a serem cobertos com os fundos públicos. Está sendo criada uma comissão de alto nível para tratar da reforma tributária e da descentralização administrativo-financeira. Entre os aspectos a serem por ela examinados, está o da superposição de tarefas entre os vários níveis da administração pública, redundância que deverá ser eliminada através da melhor repartição dos encargos entre eles, com o fortalecimento da ação dos estados e municípios. A comissão deverá também atentar para a necessidade de tornar o regime tributário mais justo, buscando maior correspondência entre os níveis de contribuição e a capacidade contributiva. Esse trabalho servirá de base às propostas^ serem encaminhadas ao poder legislativo e, eventualmente, à assembleia constituinte.

Igualmente importante é a questão dos incentivos fiscais concedidos pelo estado, e direcionados para regiões menos desenvolvidas e setores da economia necessitados de estímulo. Tratando-se de recursos limitados, devem ser imediatamente concentrados em atividades prioritárias, sobretudo as que criem novos empregos nessas regiões. Ao mesmo tempo, uma comissão está sendo instituída para fazer uma avaliação do universo dos incentivos fiscais e dos resultados obtidos através de sua aplicação, com vistas a fazer sugestões para seu reordena-

mento e aperfeiçoamento, conferindo assim maior racionalidade a seu papel no desenvolvimento das regiões e dos setores da economia mais carentes.

Notei também, ao longo da campanha, um vivo sentimento de indignação quanto à falta de proteção à poupança popular. Sucederam-se nos últimos tempos os casos em que milhares de pessoas, cujas economias somadas representam em último análise o louvável esforço da sociedade em investir no futuro, foram lesadas por agentes inescrupulosos, que se aproveitaram de lacunas na lei e das deficiências da fiscalização. É inaceitável que esses recursos, muitas vezes penosamente amalhados e entregues em confiança para serem aplicados, sejam administrados de forma tão criminosa sem que os responsáveis recebam exemplar punição. Estamos, em consequência, instituindo uma comissão com a finalidade de elaborar um projeto de lei que defina a responsabilidade dos administradores e controladores das instituições financeiras, tipifique as ações lesivas à economia popular e comine aspenas cabíveis, de forma a restituir a confiança que a sociedade precisa ter nas instituições e nas pessoas que administram seus recursos financeiros.

Estamos criando também uma comissão, a ser presidida pelo Ministro-Chefe da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, para examinar a questão dos benefícios indiretos congelados pela administração federal direta e indireta. Trata-se de medida consoante com a austeridade que exigirei em todos os escalões do governo. As chamadas "Mordomias" constituem um dos símbolos mais execrados do abuso e da prepotência. É chegada a hora de proceder a um amplo levantamento dessa situação e de propor as medidas cabíveis para reduzir ao mínimo essencial esses benefícios, respeitados a dignidade da função pública e o requisito da eficiência.

Na mesma linha de pensamento, estamos estabelecendo uma comissão para analisar á

questão dos pagamentos em dólar aos funcionários mantidos por diversas empresas estatais no exterior,

Estamos também instituindo uma comissão encarregada de examinar o problema da multiplicidade de orçamentos, que causa enormes dificuldades à administração das finanças do setor público, e ao qual tenho me referido freqüentemente. A existência de vários orçamentos, apenas um dos quais é submetido ao Congresso Nacional para aprovação, os demais sendo geridos de forma autônoma, não só contraria preceito fundamental do regime democrático, como também dificulta a formulação e condução de uma política governamental integrada, distorce a orientação dos recursos em detrimento de áreas prioritárias e, mais grave ainda, constitui fonte de alimentação do processo inflacionário ao autorizar despesas sem a correspondente receita.

Quero ainda ressaltar a necessidade de darmos alta prioridade aos estudos orientados para a reforma do Sistema Educativo do País, inclusive de sua universidade. Atendendo aos reclamos que tantas vezes nos foram apresentados durante a campanha, uma comissão de alto nível, cujos nomes indicaremos em conjunto com o excelentíssimo senhor ministro da educação, está sendo incumbida de estudar a situação e formular propostas que possam ser imediatamente consideradas.

O objetivo mais alto de minha presidência é a reorganização constitucional do país. É preciso alicerçar a ordem política sobre a legitimidade democrática. Trata-se de uma profunda aspiração de toda a comunidade nacional. A nova Carta, que institucionalizará definitivamente a democracia no Brasil, deve adequar-se às nossas condições econômico-sociais, à índole de nosso povo e à linha de nossa evolução jurídica. Ademais, deve responder a um amplo consenso da generalidade dos setores que compõem a sociedade civil. Por isto tudo, impõe-se criar canais que facilitem uma ampla consulta e

favoreçam um grande debate nacional. Tendo em vista esse objetivo, estarei criando nos próximos dias uma comissão constitucional do mais alto nível que, auscultando a sociedade civil, colhendo sugestões e negociando com as lideranças de todos os setores, elaborará um esboço de anteprojeto de constituição.

Para atingirmos o objetivo de uma sociedade próspera e mais justa, a tarefa primordial é compatibilizar a contenção da inflação com a retomada do desenvolvimento. Tenho alertado para a ameaça que o processo inflacionário representa para as perspectivas de retomada do desenvolvimento, e para nosso desígnio de criar novos empregos, remunerar melhor a força de trabalho e distribuir mais adequadamente a renda nacional. No combate contra a inflação e pela retomada do crescimento econômico é evidente que teremos que equacionar a dívida interna e a dívida externa, projetadas ambas contra o pano de fundo da nossa dívida maior, que é a dívida social contraída por todos os brasileiros para com os que vivem na linha da pobreza ou abaixo dela. A luta contra a inflação exige coragem e abnegação. Exige também a articulação de um pacto social justo, no qual cada um possa vislumbrar, ao final do embate, recompensas ao esforço realizado. Exige finalmente a moderação de egoísmos de indivíduos ou de grupos, em favor do interesse maior da nação brasileira.

Para assegurarmos o engajamento de todos na luta contra a inflação, é necessário que a distribuição dos custos da política anti-inflacionária seja compatível com as possibilidades de cada um. Mas é também indispensável que o governo faça sua parte, melhorando a produtividade dos gastos públicos.

Tem existido uma tendência, no início de cada governo, para que as personalidades indicadas para ocupar a chefia dos ministérios, das autarquias e das empresas estatais anunciem de imediato planos de impacto, programas ambiciosos e obras de

grande porte. A experiência tem ensinado que os planos de impacto tem vida efêmera, criam ilusões que duram pouco e trazem frustrações que marcam todo o governo. O anúncio de tais programas e obras, sem uma base sólida que garanta a sua realização, acabam por transformar a expectativa inicial em grande decepção. O governo não deve anunciar planos de impacto, novos programas e novas obras antes de fazer, de imediato, um levantamento da situação financeira do setor público.

É fundamental que cada ministro, na sua área de atuação, seja nos órgãos da administração direta, seja nas empresas vinculadas ao ministério, verifique a disponibilidade de fundos, as despesas comprometidas, antes de anunciar a realização de qualquer programa que envolva a aplicação de recursos financeiros. O Governo não deve anunciar nada que não possa ser executado, nem enganar o povo com promessas que não possam ser cumpridas. Nestes primeiros três meses os ministros devem, portanto, efetuar um levantamento da situação financeira de seus Ministérios e das Empresas a eles vinculadas. E, uma vez identificadas as disponibilidades financeiras, devem estabelecer, dentro de esquema de trabalho conjunto com a Secretaria de Planejamento da Presidência da República, as prioridades para a sua aplicação, tendo em vista principalmente os objetivos de um desenvolvimento econômico com criação de empregos e melhor distribuição de renda.

Enquanto não for realizado esse trabalho não for estabelecida uma prioridade para investimentos de acordo com as diretrizes do meu programa de governo, a ordem é a seguinte:

E proibido gastar.

O posterior remanejamento das despesas públicas será feito no sentido da satisfação das carências básicas da população. Reafirmo aqui minha convicção de que retomar o crescimento significa criar empregos, e nes-

sa direção pretendemos orientar a aplicação daquela parcela dos fundos públicos hoje desperdiçada em obras adiáveis, consumo injustificado e programas de baixo ou nenhum rendimento.

O esforço pela retomada do desenvolvimento e a luta contra a inflação começam, assim, no dia de hoje. Não pode haver desenvolvimento se não for controlado, de pronto, o processo inflacionário. A persistência das tendências atuais nos levará a patamares insuportáveis, com conseqüências nefastas para todos. Vamos atacar de frente esse processo e vamos reverter sua tendência. Vamos fazer esta inflação cair.

O Governo da Nova República dá à sociedade uma demonstração de austeridade ao fixar, em sua primeira reunião ministerial, a diretriz de reduzir seus dispêndios. Neste momento, conclamo o empresariado brasileiro, que tem dado provas de elevado patriotismo, a oferecer também sua colaboração ao combate nacional contra a inflação. Reconheço no lucro o prêmio da eficiência e o motor da atividade econômica. Repudio, contudo, o lucro especulativo e o ganho de ocasião. Desejo ver a classe empresarial aderir a este programa de austeridade, evitando remarcações de preço no presente baseadas em expectativas de inflação futura e unindo-se ao Governo para coibir as práticas contrárias ao interesse público e ao bem-estar de todos.

Senhores Ministros,

Quero convidá-los a visualizar, num futuro não muito distante, uma nação em que haja sido abolida a insegurança gerada pela miséria, pela ignorância e pelo desemprego; uma nação em que todos os cidadãos possam almejar a melhores condições de vida e alcançá-las através de seu próprio esforço; uma nação em que os menos afortunados e os menos aptos não sejam condenados a permanecer à margem do corpo social, mas dele recebam apoio solidário com vistas a sua integração na coletividade; uma nação que,

seja em pequenas e médias cidades, nos campos ou nas grandes metrópoles, tenha orgulho de haver sabido organizar-se de forma a melhor usufruir das riquezas geradas por sua iniciativa e por seu trabalho; uma nação que, tendo podido atender às necessidades básicas de seus cidadãos, bem como a suas aspirações de consumo e lazer, disponha ainda de recursos excedentes para investir na continuada melhoria de seu padrão devida.

É indispensável nos conscientizarmos de que isto não é utopia. A construção dessa nação está ao nosso alcance. Depende de liberarmos toda a energia e a vontade de nossa gente, num imenso mutirão para o progresso.

Vamos somar nossas forças, cabendo ao Governo essencialmente o papel de indutor do desenvolvimento. À iniciativa individual e empresarial caberá ocupar os espaços vazios ainda existentes, tanto em nosso território quanto em nosso sistema econômico, e abrir novos espaços através da inovação e da disposição para assumir riscos. Neste contexto, desejo exortar especialmente os pequenos e médios empresários e agricultores a ocupar o lugar estratégico que lhes es-

tá reservado na economia, com a segurança de que contarão com todo o apoio que o Governo, dentro de suas possibilidades, puder prestar.

Convoco o ministério da Nova República para executarmos a parte que nos cabe desta grandiosa empreitada. Ao trabalho denodado, acrescentaremos a fé inquebrantável. Ao exercício do poder, agregaremos o Espírito de Justiça Social. À intransigente defesa da ordem pública, aliaremos a prática do debate persuasivo.

E conclamo o povo brasileiro a continuar a prestar-nos seu apoio nessa difícil missão. Que cada cidadão oriente suas ações no sentido de atingirmos, na paz social e na concórdia, os altos objetivos que juntamente nós fixamos em praça pública, ao longo de nossa memorável campanha cívica pela democracia. Que cada grupo, cada entidade, cada representação política, ideológica ou profissional busque, a cada passo, aferir sua atitude pública pelos elevados padrões de comportamento político atingidos por nosso povo. Que cada brasileiro, enfim, dê o melhor de si no exercício da responsabilidade intransferível de, com seu esforço consciente, plasmar para si e para seus filhos o futuro deste país."

olavo egydio setúbal assume o ministério das relações exteriores

Discurso do Embaixador Ramiro Saraiva Guerreiro, no Palácio do Itamaraty, em Brasília, em 15 de março de 1985, por ocasião da solenidade de transmissão do cargo de Ministro de Estado das Relações Exteriores ao novo Chanceler brasileiro, Olavo Setúbal; e discurso de Olavo Setúbal na mesma solenidade.

DISCURSO DE SARAIVA GUERREIRO

Vossa Excelência tem hoje um dia longo e denso. Procurarei não infligir-lhe um discurso em regra. Não farei relatório, nem me referirei a temas específicos ou a áreas geográficas. Isso foi feito em ocasiões e, de modo abrangente, em minha conferência na Escola Superior de Guerra, em setembro de 1984. Limitar-me-ei a poucos aspectos de ordem geral; aos agradecimentos que devo a tantos e à expressão de meus melhores votos ao Governo que se inicia, sob a presidência de um grande brasileiro.

Outro grande brasileiro, o Presidente Figueiredo, antes de assumir o cargo, indicara três vetores da política externa: universalismo, confiabilidade, dignidade.

Nestes seis anos de Governo, mantivemos, sem inflexão, essas orientações.

O Universalismo implica a visão do mundo interdependente, o respeito a todos e a abertura para o diálogo. Não é, porém, nem pode ser, uma atitude sem discernimento.

Não obriga a diálogo diplomático sem as gradações que vão desde sua quase ausência, ou mera informalidade casual, até a intensidade própria do entendimento entre amigos e sócios. Será sempre acompanhado, para ser autêntico, da forte percepção do interesse nacional, sem o que o fato da interdependência corre o risco de servir de pretexto para fácil acomodação às dependências e às hegemonias, o que seria incompatível com os dois outros vetores.

A confiabilidade e a dignidade não aceitam qualificações. A segunda depende tão essencialmente da primeira que, ao assegurar esta, estamos, de fato, preservando aquela. Nos seis anos de Governo, em nenhum momento, mesmo nos mais delicados, e os tivemos, tensos e angustiantes, induzimos qualquer país em equívoco sobre nossa posição, nem agimos intempestivamente.

Esse comportamento nunca nos levou à rigidez, pois sempre estivemos dispostos a ouvir, a negociar e a buscar soluções racionalmente e sem quebra de dignidade. Não nos fizemos de juizes ou professores, mas tampouco aceitamos docências ex-catedra.

Nunca buscamos a vanglória ou o efeito publicitário, quer no plano internacional, quer no interno.

Em uma democracia, as decisões sobre relações externas são públicas e devem harmonizar-se com o interesse geral do país, em seu conjunto, levando em conta interesses setoriais legítimos, mas não se determinando em função deles apenas. A informação pública da decisão, entretanto, ou as etapas intermediárias de uma negociação, tem de ser muitas vezes contida ou reservada, sob pena de ser ferido o próprio interesse nacional, de se perder a confiança das outras Partes com que se negocia, de se prejudicar o próprio método pacífico para evitar tensões e antagonismos nas relações entre Estados soberanos. Mantivemos, nesses termos, o fluxo da informação pública relevante; também neste caso, verazmente, sem, equívocos.

Tudo o que fica dito tem um caráter muito geral e pode soar acadêmico. Mesmo as coisas mais simples e fundamentais, entretanto, precisam ser reiteradas, porque há frequentemente, em meio à multifária informação tópica e fragmentária, nem sempre precisa, que o cidadão recebe quotidianamente, uma tendência a focalizar o acessório e a desviar ou deformar a visão do principal.

Nossa experiência, nesses seis anos, mostra, porém, que o povo brasileiro, com pequenas exceções que confirmam a regra, percebe qual o rumo que cabe ao Brasil no cenário internacional. Um Brasil que deita fundas raízes em outros continentes, mas que tem forte personalidade própria. Um Brasil que é ocidental naquilo que constitui os valores cristãos e de liberdade e ação individual, com exclusão das excrescências, com tais valores incompatíveis, do colonialismo, do racismo e das formas de dominação exploradora. Um Brasil com as características do chamado Terceiro-Mundo, mas esperançoso e dinâmico; solidário com os demais povos que lutam por seu desenvolvimento, mas sempre procurando a abordagem racio-

nal dos problemas e se constituindo em um parceiro confiável de pobres e de ricos. Sem preconceitos ou inibições artificiosas, mas obediente a princípios. Sem descuidar de seus interesses concretos, intermédios ou setoriais, mas sem se deixar levar pelo imediatismo, pelas enganosas simplificações, ou pela visão unidimensional dos complexos problemas internacionais.

De que essa percepção é objeto de amplo consenso nacional tive muitas e gratificarvtes provas em contato com gente de meios variados e principalmente com congressistas, não só do Partido do Governo, senão também, e muito afirmativamente, de parlamentares da oposição.

Não estou a inventar fatos ou a dar-me créditos. Fui apenas uma peça em grande máquina, um agente do consenso a que me referi. O Presidente Figueiredo foi o responsável, como previsto na Constituição, e dele recebi instruções, orientação e apoio essenciais e inestimáveis. Do Congresso me vieram estímulos e indagações e comentários relevantes. Sempre tive muito prazer e proveito, tanto em ir ao Congresso, quanto em receber congressistas. E esses encontros sempre foram úteis pela variedade de óticas no exame de aspetos das questões internacionais. Por outro lado, nada faria sem a admirável colaboração dos servidores desta Casa: dois grandes Secretários Gerais, os Chefes de Departamento, de Missão e de Consulado, os que trabalharam em meu Gabinete, os Chefes de Divisão, os funcionários todos, aqui e no exterior, e mais recentemente os Subsecretários. Deles sou grande devedor. Estou certo de que esses servidores darão o melhor de sua inteligência e dedicação ao Governo que se inicia sob os melhores auspícios.

Convencido por quatro anos como Secretário-Geral e então com cinco anos como Ministro, concluí por propor e por em funcionamento uma reforma baseada em maior descentralização e mais intensa coordena-

ção que permite ao próprio Ministro maior concentração em suas responsabilidades intransferíveis de orientar, optar, decidir, e aprofundar sua comunicação dentro do Governo e com os diversos segmentos políticos, económicos e sociais do país, bem como desenvolver os contatos pessoais com seus homólogos e outras autoridades dos países amigos, o que é uma necessidade de crescente significação em nosso tempo. Assim melhor se atendem as tarefas decorrentes da expansão da superfície externa do país e a crescente variedade e complexidade dos assuntos de que tratamos. De faio, temos consciência de que o país é o quinto em área, o sexto em população, o décimo em peso económico; tem uma presença no cenário internacional sob diversas formas que vem, cada vez mais nos últimos anos, solicitando delicadas avaliações e atuação externa, e não mais apenas no âmbito regional. Cabe-nos, em nosso próprio interesse nacional, não ir além do que nossos meios aconselham, mas tampouco desaproveitar oportunidades ou fugir a responsabilidades. Essa é uma gradação às vezes difícil, como difícil, é definir o tom e o matiz certos em política externa.

Temos uma tradição que nos dá pontos de referência e o fio para a condução dos negócios diplomáticos, mas essa tradição, como se tem dito, tem como uma de suas características principais a adequação, racional e objetiva, à evolução das condições do país e do mundo e nada tem de estática. É nesse sentido, e não de modo mecânico, que falamos de continuidade e coerência, sem termos inibições preconceituosas à inovação e à criatividade.

Senhor Ministro,

Vossa Excelência assume este Ministério trazendo uma formação cultural ampla e uma experiência de comando, marcada pelo senso de responsabilidade, de objetividade e de eficácia. A pasta está em boas mãos.

Não me limito a formular os melhores votos pela gestão de Vossa Excelência.

Posso expressar a convicção de que terá todo o êxito, que será o êxito do país em seu relacionamento externo, e este é o objetivo a que nos dedicamos todos os que nesta Casa trabalhamos, ora sob a sua digna direção.

DISCURSO DE OLAVO SETÚBAL

Excelentíssimo Senhor Embaixador
Ramiro Saraiva Guerreiro,
Excelentíssimos Senhores Membros do Corpo Diplomático,
Minhas Senhoras,
Meus Senhores,

É com determinação, senso de responsabilidade e consciência dos desafios a serem enfrentados que assumo o Ministério das Relações Exteriores. Ao longo de sua história, a Casa de Rio-Branco tem apresentado uma trajetória brilhante. Sua lucidez política, sua competência diplomática e sua maturidade profissional a colocam numa posição de liderança na luta pelo fortalecimento da paz nas relações internacionais.

Honrado pela convocação do Presidente Tancredo Neves, dele recebi a determinação de executar uma política exterior segundo os objetivos liberalizantes de seu Governo. Nosso desejo comum é o de que possamos advogar, nos foros internacionais, o que realmente praticamos no plano nacional, conciliando a reivindicação de uma nova ordem económica mundial com um esforço capaz de eliminar nossos próprios desequilíbrios internos. Ambas as esferas de nossa política — a interna e a externa — devem ser unívocas, em seus propósitos e motivações, afim de que o país tenha autoridade moral nas suas relações estratégico-diplomáticas. Sei a dimensão exata do alcance e da dificuldade dessa determinação.

Tradição e Criatividade

Sei que, no exercício do cargo, encontrarei, no legado de meus antecessores, diretrizes

fundamentais à continuidade de uma política externa independente, persuasiva, respeitada e influente. Esta tem sido, aliás, a grande característica das trocas de comando desta Casa: em todas elas há um respeito à força orientadora da tradição — não a uma glorificação do passado, mas a um fio condutor através da história, à qual as sucessivas gerações de diplomatas vinculam-se em sua própria experiência e em sua compreensão de mundo.

De fato, à medida que a tradição é a transmissão de valores espirituais através do tempo, cada Ministro compartilha com os que o antecederam do patrimônio comum da diplomacia brasileira. Na definição de sua agenda de problemas e seu estilo de ação, como reconheceu Santiago Dantas, ele atualiza esse patrimônio com senso de oportunidade e em função das necessidades correntes sem, no entanto, perder a memória de suas origens. Todo novo Ministro desempenha, assim, o papel de "intérprete e servidor dessa tradição". Cabe-lhe, pois, o exercício da criatividade na captação do sentido das transformações do universo, a partir de uma visão global da dinâmica das relações internacionais e de uma perspectiva especificamente nacional, consoante com o ideário do Governo que ora se instala.

Nossa política não tem sido, felizmente, simples subproduto das condições internas nem simples reação a uma série de acontecimentos internacionais. Da cultura humanística de Afonso Arinos e Santiago Dantas ao espírito privilegiado de Araújo Castro, qualidades que o profissionalismo do Ministro Saraiva Guerreiro sintetizou numa gestão profícua, ela se tem constituído como uma esfera marcante de reflexão e atuação na conjugação das necessidades internas com as contingências externas.

Modernização e Desenvolvimento

O denominador comum na gestão desses meus antecessores está na formulação de

uma diplomacia voltada a duplo objetivo: de um lado, à articulação de apoios e estímulos externos para a transformação econômica do país; de outro, à manifestação, no plano internacional, das implicações sociais e políticas geradas por essa transformação. O mérito dessa diplomacia foi de haver percebido a complexidade inerente aos esforços de modernização. Afinal, ao abrir caminho para a industrialização, o processo modernizador rompe com padrões culturais seculares, amplia a diferenciação social, torna mais densa a participação política, exige uma presença mais efetiva do Estado na organização da produção e gera uma crescente racionalização na implementação das políticas públicas. E tudo isso requer, para a sustentação do ritmo de crescimento, uma inserção mais ampla do Brasil no processo de criação e transferência internacional de bens, tecnologia e capitais.

Do Governo de Juscelino Kubitschek, cuja ênfase à industrialização marca o início de nossa modernidade, ao Governo de Tancredo Neves, cuja ampla representatividade assinala o começo de uma era de estabilidade e legitimidade, separam-nos três décadas em que as mudanças propiciadas pelo desenvolvimento geraram problemas originais e conflitos mais complexos. A crise de identidade política registrada ao longo desse período decorreu, justamente, de nossa desatenção para os múltiplos aspectos da dinâmica do desenvolvimento: ou seja, para o fato de que as expansões quantitativas, cujas consequências são sempre imprevisíveis, invariavelmente provocam modificações qualitativas nas composições sociais.

No plano interno, aprendeu-se nos anos 70 aquilo que o Itamaraty já percebera muito antes no plano externo: a ambigüidade sempre presente em toda atividade econômica, uma vez que seus resultados jamais são distribuídos de maneira equânime. Ao provocar transformações rápidas e de impactos desiguais, tantos os períodos de expansão quanto as épocas de crise muitas vezes terminam por acentuar a estratificação

internacional. Elas geram, assim, formas tensas e conflituosas de apropriação do produto social, levando os países avançados a esforçar-se pela manutenção do statu quo, mediante a cristalização do poder mundial em bases assimétricas.

Não há novidade DO fato de os países desenvolvidos destacarem-se, hoje, por uma defesa deformada de seus interesses na competição aberta e do mercado livre, símbolos máximos do liberalismo económico. No plano comercial, todavia, continuam adotando práticas restritivas contra as exportações de manufaturados, por parte dos países em desenvolvimento, procurando dividir em novas categorias de desenvolvimento as nações não-avançadas, com o objetivo de negar tratamento preferencial aos países de industrialização recente, como o Brasil, e mantendo deprimidos os preços dos produtos primários tradicionais, fontes determinantes de receita para os países pobres.

O resultado dessa incongruência entre um discurso liberal e uma práxis económica pragmática é a persistência da desigualdade entre os Estados. Deste modo, a América Latina, a África, a Ásia e o Oriente Médio, cujos respectivos países reproduzem internamente o mesmo desequilíbrio entre o Norte e o Sul, vão enfrentando obstáculos intransponíveis para combater as disparidades sociais e lutar pela sua modernização económica. Ora, à medida em que aumenta a assimetria entre as nações, elevam-se os graus de insegurança e instabilidade internacional. E como dizia o Ministro Araújo Castro, a segurança coletiva de carácter político é o verso de uma moeda cujo reverso é a segurança coletiva de carácter económico.

Eis o cenário em que o Brasil, enquanto Nação amadurecida que recusa uma industrialização de segunda classe e aspira a um processo justo e equitativo, tem de atuar. Graças à nossa localização estratégica e ao esforço de transformação económica das três últimas décadas, tornamo-nos um agente decisivo para a estabilidade do sistema oci-

dental. Somos um grande receptor de investimentos, um expressivo importador das economias centrais e um importante provedor de matérias-primas e manufaturados baratos para o Norte. Nosso futuro afeta diretamente o próprio destino do sistema financeiro internacional.

Uma "Diplomacia para Resultados"

É dessa premissa, exigindo de nós muita virtú para compensar as contingências da fortuna, que deve emergir o arquétipo de pensamento e ação da Casa de Rio-Branco em minha gestão. O grau de desenvolvimento do Brasil atingiu a um ponto tal que, hoje, não admite ambigüidade em sua atuação externa. Por isso a diretriz fundamental de minha administração deve ficar bastante clara: toda diplomacia, independentemente de sua dimensão estratégica, económica ou valorativa, tem um carácter inequivocamente político. E a política, que não se reduz aos jogos retóricos, é antes sinónimo de performance e desempenho na consecução de anseios coletivos.

É por isso que nossa política externa deve ser uma "diplomacia para resultados" — ou seja, flexível, criativa e realista. Seu ponto de partida é a explicitação de nossos interesses concretos no que se refere à retomada do crescimento e à redução de nossa vulnerabilidade externa nos campos financeiro, tecnológico e comercial. Sua implementação exige uma presença mais efetiva do Brasil nos debates multilaterais e nas negociações bilaterais, mediante uma ação capaz de propiciar a ampliação de nossa liberdade no manejo da política económica e, por conseguinte, do controle sobre nossos próprios destinos.

A "diplomacia para resultados" não se limita, portanto, à colocação do problema da justiça e da paz, inerente à reivindicação de uma ordem económica mundial, em termos abstrados ou meramente conceituais. Ela manifesta sua consciência de que as dispu-

tas por poder e riqueza têm, em todas as instâncias de vida internacional, um caráter hobbesiano. Prática e realista, ela sabe que »não há valores absolutos por trás da luta pelo produto mundial. A dinâmica da história revela que justiça e paz são conceitos abertos e indeterminados, vagos e ambíguos, passíveis de tantas definições quantas forem as categorias de poder em que cada Nação se situa. Representativa das aspirações nacionais, ela está convencida de que o sentido de ambos os valores é determinado pelas pressões recíprocas e pelo conflito, pela cooperação e pela conquista do consenso entre as nações.

Ao ter como fonte de legitimidade e autoridade moral de um Governo compromissado com a democracia, a "diplomacia para resultados" tem por objetivo global negociar com dignidade e eficiência nossa participação no cenário internacional. Em nenhum momento ela abdicará de nossa soberania e independência. Como vem afirmando o Presidente Tancredo Neves, não podemos aceitar "imposições que se valham de nossas situações de vulnerabilidade momentânea", razão pela qual "não negociaremos o inegociável nem dialogaremos sob pressão".

Objetivos Políticos e Económicos

Por isso, no campo político, será mantida a tradição desta Casa na defesa dos princípios da autodeterminação dos povos, da não-intervenção, da solução pacífica para as controvérsias, especialmente na América Central, da ação conjunta latino-americana para o encaminhamento das dificuldades comuns e do respeito aos direitos humanos. No campo das relações económicas enfatizar-se-á, dentro do amplo desejo da retomada do crescimento e da recuperação do nível tanto de emprego quanto de renda, a questão da dívida externa. Numa sociedade com 130 milhões de habitantes, com uma população economicamente ativa cuja grande maioria situa-se nos estágios de pobreza, indigência e miséria, seria inconseqüente re-

duzir o problema do reajuste económico às determinações externas de caráter técnico.

Romper com a ortodoxia inerente a essas determinações não é tarefa fácil. As transformações nas relações de preços de bens e serviços provocadas pela crise energética nos anos 80 e a continuidade da política de juros norte-americana, sobrevalorizando o dólar, são fatores que têm inibido a retomada do nível de atividades dos países em desenvolvimento. Embora o mundo avançado tenha compartilhado do pressuposto de que a viabilização da economia brasileira estaria na dependência dos níveis do comércio mundial e do suprimento dos recursos financeiros previstos na época de concessão dos créditos, o pragmatismo conservador das economias centrais hoje ignora tal condição. Vem, por isso, impondo regras altamente comprometedoras à nossa vocação como nação economicamente moderna e emancipada.

Neste momento em que as economias centrais parecem preocupadas apenas em ressaltar a natureza global dos problemas mundiais, esquecendo-se das dramáticas implicações sociais inerentes ao esforço de reajuste, a "diplomacia para resultados" saberá agir com firmeza. Sua meta de curto prazo é, como disse o Presidente Tancredo Neves, "emprestar sua experiência negociadora, juntamente com os Ministérios da área económica, na execução das políticas" destinadas a "abrir novos mercados para nossos produtos e a discutir, em bases mais realistas, as formas de amortização da dívida".

Como decorrência, a médio prazo estaremos mobilizados para uma vigorosa atuação multilateral nas instituições em que houver interesse direto para o Brasil, e para um acompanhamento preciso das decisões dos demais organismos, sempre tendo em vista a modernização de seus procedimentos decisórios e ampliação da representatividade de sua direção.

O Brasil e o Diálogo Norte-Sul

Não nos esqueçamos de que, em virtude tanto da bipolarização da ordem mundial quanto da insensibilidade do Norte para os problemas sócio-econômicos do Sul, o mundo caminha novamente em direção ao que o Embaixador Araújo Castro chamava, há quinze anos, de "círculos minguantes da negociação". Ou seja: rumo à relativização do nível multilateral das relações internacionais. Isto porque as superpotências quando não dificultam a presença das nações em desenvolvimento e subdesenvolvidas nas tomadas de decisões fundamentais desses foros, terminam por ameaçar retirar suas ações da jurisdição formal dos organismos multilaterais.

O exemplo mais importante desse processo é o do GATT — uma entidade que tem ampliado seus horizontes desde sua concepção, mas que vem enfrentando dificuldades crescentes para estimular a expansão do comércio internacional num quadro de segurança, estabilidade e reciprocidade. Com suas decisões influenciadas pelas nações ricas, insensíveis aos interesses dos não-industrializados, o GATT representa com clareza o esgotamento das soluções internacionais da ordem econômica de Bretton-Woods. Com o aumento do número de países integrantes, o GATT incorporou em sua agenda de problemas diferentes regimes econômicos em diferentes estágios de desenvolvimento, cada um dos quais com necessidades específicas nem sempre complementares. À medida em que as exigências de composição desses interesses abriram caminho para inúmeras negociações bilaterais, gerando uma heterogênea gama de normas a regular as operações mercantis, a autoridade do GATT acabou sendo enfraquecida.

Esse processo de fragmentação de seu poder decisório vem sendo acelerado, hoje, por múltiplos fatores. Um deles é a pressão dos ricos para proteger indústrias tecnologicamente obsoletas em detrimento das exportações de nações com recursos naturais

abundantes e mão-de-obra mais barata. Outro fator é a crítica norte-americana às atuais normas do GATT, sob o pretexto de que elas não contemplam sua vantagem competitiva nas áreas de serviços de múltipla natureza e alta tecnologia. Ao ampliar o volume de acordos bilaterais, pressionando o GATT a moldar-se aos seus interesses, os EUA indiretamente reduzem as oportunidades econômicas dos demais países. Portanto, como é estreita a vinculação entre o equacionamento da dívida externa e a abertura do comércio internacional, o Brasil não se limitará a lutar contra o protecionismo — mais do que isso, esforçar-se-á por participar do próprio reexame do GATT, para adequá-lo à complexidade do comércio contemporâneo, especialmente à luz dos interesses dos países em desenvolvimento.

A "diplomacia para resultados" revela, assim, sua disposição de transcender os foros tradicionais e os temas convencionais. Ela está consciente de que a arena de confronto e negociação entre ricos e pobres teve alterado seu eixo de gravidade. Seria ilusório estabelecer-se uma distinção conceitual entre grandes conflitos, como os de caráter político, e os pequenos conflitos, como os de natureza comercial. Mesmo porque, retomando as palavras de Santiago Dantas e Araújo Castro, os problemas relativos à cooperação econômica e ao intercâmbio comercial, num mundo dividido pelas forças antagônicas do policentrismo e da bipolarização, tendem a inserir-se num contexto mais amplo e mais complexo de segurança coletiva e balança de poder. Em termos de longo prazo, por isso, o Brasil terá de definir, diante do crescimento das economias centrais, qual a posição que realmente deseja assumir no contexto internacional, a fim de que possa dar o salto definitivo ao desenvolvimento.

A Questão Tecnológica

No plano estratégico, por fim, "a diplomacia para resultados" estará voltada, além de

seus objetivos atuais, para a questão tecnológica. Ao influir sobre as mudanças nos paradigmas da industrialização a partir da última década, ela se constitui na condição **sine qua** deste salto. Afinal, sendo a tecnologia um processo inexorável de transformação sócio-econômica, o país que não acompanhar sua evolução estará condenado à permanência no subdesenvolvimento. Graças a ela, subordinando o conhecimento especializado ao critério econômico e direcionando-o à produção de mercadorias e serviços, o saber tornou-se sinônimo de poder.

No campo das relações internacionais, essa conversão de saber em dominação vem abrindo novos horizontes em termos de transferência de bens, modelos tecnológicos e fluxos de capitais, ao mesmo tempo em que também vai alargando as fronteiras contemporâneas. Ou seja: incorporando áreas antes não acessíveis mesmo para as nações desenvolvidas, como, por exemplo, o espaço sideral, os fundos oceânicos e a Antártica. À medida em que afeta a organização do trabalho e as estruturas da produção, a revolução tecnológica também altera a essência das relações de poder entre as nações, desafia as noções convencionais de soberania e coloca em novos termos a confrontação entre as superpotências.

A expansão tecnológica apresenta sérios problemas para o mundo não-avançado em seu relacionamento com o mundo rico. Ela é um processo tão abrangente que torna obsoletas as teorias e experiências acumuladas no tratamento das relações de cooperação, competição e conflito entre os Estados. Daí a necessidade de um equacionamento definitivo nessa matéria pelo Brasil.

Uma das questões mais graves é a do fluxo transnacional de dados. Como regular e controlar o fluxo de informações sociais, econômicas, técnicas e industriais entre o mundo rico e os demais mundos — eis um dos novos desafios à diplomacia contemporânea. O problema está associado a concep-

ção de segurança e desenvolvimento de cada nação. De um lado, como a fiscalização sobre o intercâmbio, a transmissão e o armazenamento de informações é difícil, o vazamento de dados estratégicos afeta a soberania dos Estados. De outro, os países que impuserem restrições a esse fluxo de informações, terão, em contra-partida, dificuldades em conseguir dados fundamentais ao seu próprio crescimento econômico.

Portanto, ao criar condições para nova redistribuição de riquezas na ordem internacional, na qual a concentração de capitais, os investimentos em pesquisa e a ênfase à produção de conhecimento e serviços terão tão ou mais importância do que a própria produção de bens, precisamos ter clara percepção dos efeitos do progresso tecnológico e de seu impacto na atual estratificação mundial. Os momentos de reordenação têm seus riscos, é certo, mas são importantes para que as nações intermediárias conquistem graus crescentes de autonomia e poder em ciência, informação e comércio.

Os efeitos da explosão tecnológica envolvem, assim, todos os sistemas e subsistemas do atual concerto mundial. Se, no Oeste, a revolução nas comunicações por ela deflagrada modificou hábitos e ampliou racionalidades, no Leste elas estão a liberar a China de seu atraso milenar pela via do mercado. No âmbito das relações Norte-Sul, as tensões são conhecidas, seja porque 97,1% dos gastos mundiais de pesquisa e desenvolvimento estão concentrados nos países ricos, seja porque a tecnologia coloca em novos termos a disputa por fontes energéticas renováveis e não-renováveis, seja porque o encaminhamento diplomático de soluções para problemas originais, como a exploração da Antártida, é um laboratório para a evolução da ordem internacional emergente.

A "diplomacia para resultados" estará atenta às experiências como essa. Entre outras razões porque as políticas convencionais hoje as fundem e confundem com problemas inéditos tanto de distribuição dos

recursos disponíveis quanto de tentativas de internacionalização do controle desses mesmos recursos, em detrimento dos interesses do mundo não-avançado. Tudo isto está a exigir desta Casa, portanto, um trabalho árduo. E sempre voltado a uma linha de independência e pluralismo, em favor de soluções globais a serem decididas nas negociações bilaterais tendo em vista a retomada de nossa trajetória de desenvolvimento.

O Itamaraty, cujo comando ora me é entregue por um de seus marcantes Chanceleres, está preparado para enfrentar esses desafios. Ao longo da operosa gestão do Ministro Saraiva Guerreiro, esta Casa pautou-se por uma bem sucedida reflexão sobre o futuro do sistema internacional e sobre a inserção do Brasil nele. Dessa reflexão destacaram-se (1) um esforço para uma revisão das relações Norte-Sul em bases mais equitativas e (2) a definição de uma inteligente gama de relacionamentos com o fim de propiciar a todas nações maior oportunidade de crescimento a partir de uma integração de seus interesses complementares. Por isso, encontro no Itamaraty uma comunhão de ideias, condição básica para que todos possamos dar continuidade às melhores tradições de solidariedade e universalismo legadas pelo Barão do Rio-Branco.

Excelentíssimo Embaixador Saraiva
Guerreiro,
Minhas Senhoras,
Meus Senhores,

Permitam-me as últimas palavras, nesta hora em que são tão graves nossos deveres,

dilemas e desafios, mas em que ao mesmo tempo são tão promissoras as perspectivas da democracia brasileira. A honra de integrar o Governo Tancredo Neves abre, para mim, a possibilidade de ser um participante ativo na construção de um regime voltado à causa da liberdade, da igualdade de direitos e do reconhecimento da dignidade do homem livre — princípios que a **Nova República** compromete-se a resgatar entre nós.

Como liberal que sempre fui, sei, por experiência própria, o quanto a eficiência e a legitimidade de uma gestão no Executivo estão vinculadas a um estrito relacionamento com o Legislativo. Sem um sistema adequado de controle não há nem responsabilidade no gerenciamento do patrimônio da coletividade nem correspondência à vontade política expressa por um mandato. Eis porque a Câmara dos Deputados e o Senado Federal, representando de maneira consequente as aspirações nacionais, certamente não deixarão de colaborar de forma marcante na "diplomacia para resultados".

Por maiores que sejam os imperativos técnicos inerentes a essa tarefa, resta-me mais uma vez reconhecer, ao concluir, seu sentido inequivocamente político. E a política como vocação, segundo a célebre conferência de Max Weber, "é um esforço tenaz e enérgico para atravessar grossas vigas de madeira". Como "tal esforço exige, a tempo, paixão e senso de proporções", peço a Deus que não faltem esses atributos na missão política que me foi confiada pelo Presidente Tancredo Neves.

Muito obrigado.

a posse de paulo tarso flecha de lima na secretaria geral das relações exteriores

Discursos do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Olavo Setúbal, do Embaixador Carlos Calero Rodrigues e do Embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima, no Palácio do Itamaraty, em Brasília, em 18 de março de 1985, por ocasião da solenidade de posse do Embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima no cargo de Secretário Geral das Relações Exteriores.

DISCURSO DO CHANCELER OLAVO SETÚBAL

Excelentíssimo Senhor Embaixador Carlos Calero Rodrigues,
Excelentíssimo Senhor Embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima,
Excelentíssimos Senhores Parlamentares,
Minhas Senhoras,
Meus Senhores,

Reunimo-nos hoje para dar posse ao Embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima no cargo de Secretário Geral das Relações Exteriores. Ao mesmo tempo, despedimo-nos do Embaixador Carlos Calero Rodrigues que assumirá dentro em breve a Chefia da Representação Especial Brasileira junto aos Órgãos Internacionais de Natureza Jurídica das Nações Unidas.

Sucedem-se na Secretaria Geral do Itamaraty dois funcionários representativos das melhores tradições de eficiência e espírito público desta Casa. Ao Embaixador Calero Rodrigues, formulamos votos de sucesso

em sua nova missão. Estou certo de que dela se desincumbirá com o mesmo equilíbrio, segurança e serena competência que o credeciam à admiração de seus colegas.

Ao convidar o Embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima para ocupar a Secretaria Geral da Casa, visei incorporar a minha gestão as qualidades de dinamismo e inovação que vêm caracterizando a trajetória deste brilhante diplomata. Bem sabem os Senhores o quanto deve o Ministério das Relações Exteriores à sua iniciativa renovadora, que tanto contribuiu para sintonizar a atividade diplomática brasileira com as premências dos novos tempos, e para colocar a Casa de Rio Branco, de maneira mais eficaz, a serviço do desenvolvimento económico do país. Nisto, aliás, nada mais fez ele que ser fiel, de forma atualizada, à lição viva do patrono desta Casa, que foi um homem profundamente atento às realidades económicas das relações internacionais.

Estou certo de que nele terei o apoio seguro para a realização da "Diplomacia para resultados" a que nos propomos. Seu conheci-

mentô abrangente dos variados aspectos do funcionamento do Itamaraty, sua dedicação, sua correção, constituirão para mim preciosa aquisição. Com ele contarei de maneira decisiva para a condução da política externa e para o acompanhamento dos assuntos administrativos internos, que deverão merecer minha atenção direta tão logo tenha uma visão de conjunto dos seus diferentes aspectos e de suas implicações práticas. Tenho também certeza de que tanto o novo Ministro quanto o novo Secretário Geral contarão corri a participação ativa de todo o quadro altamente qualificado de funcionários diplomáticos e administrativos desta Casa.

Formulo, assim, a Vossa Excelência, Embaixador Flecha de Lima, os meus votos de êxito nas funções em que ora se investe. A eficácia do desempenho de Vossa Excelência será um fator importante para o êxito da política externa da nova República inaugurada pelo Presidente Tancredo Neves.

Muito obrigado

DISCURSO DO EMBAIXADOR CARLOS CALERO RODRIGUES

Senhor Ministro de Estado,
Senhor Secretário Geral,
Senhores Congressistas,
Senhores colegas,
Senhores e Senhoras,

Quando eu assumi a Secretaria Geral, há cerca de nove meses, disse que não achava necessário que o Secretário Geral fizesse, a rigor, um discurso ao assumir. Sobretudo se esse discurso tivesse o caráter de uma plataforma de trabalho. E com mais razão acharia eu, agora, que não devesse falar no momento em que deixo a Secretaria Geral. Foi uma passagem curta.

Eu queria limitar-me a congratular o Senhor Ministro de Estado pela escolha que fez do meu colega Paulo Tarso Flecha de Lima para Secretário Geral. Sabe o Embaixador Paulo Tarso, como eu e todos nós em geral nesta Casa, a importância e a modéstia que tem o lugar de Secretário Geral. O Secretário Geral é um assessor do Ministro de Estado, é o fio intermediário entre o Ministro e a Casa. O Secretário Geral tem como obrigação precípua, a meu ver — e creio esta é também a opinião do Embaixador Paulo Tarso — fazer com que a Casa funcione bem em benefício da política que é traçada pelo Presidente da República e pelo Ministro de Estado. Nós não temos nenhuma dúvida nesta Casa, nunca a tivemos sobre quem é o nosso Chefe. Nosso Chefe é o Ministro de Estado. Mas o Secretário Geral tem um papel importante a desempenhar. É um papel alto e ao mesmo tempo um papel modesto. O Secretário Geral não deve nunca e nem nunca procurou substituir o Ministro. Ele está na sua função para realizar o trabalho que o Ministro deseja, para ser o agente que faça com que a Casa toda, o nosso Itamaraty, como profissionalismo, a lealdade e o entusiasmo que sempre o caracterizaram, possa ser o instrumento capaz de realizar a política que nos vem do Presidente da República e do Ministro de Estado.

Senhor Ministro Olavo Setúbal,

Se me permite Vossa Excelência, eu lhe apresentaria os meus cumprimentos, e creio que assim fazendo estou interpretando o sentimento de toda a Casa. É grande a nossa confiança na atuação de Vossa Excelência. E eu creio também que posso falar ainda em nome da Casa, embora formalmente já o não possa fazer, ao dizer que Vossa Excelência poderá contar, como sempre, com toda nossa lealdade, com toda nossa dedicação, com o nosso esforço de bem servir o Brasil.

Obrigado.

DISCURSO DO EMBAIXADOR PAULO TARSO FLECHA DE LIMA

Para o diplomata de carreira, a Secretaria-Geral do Itamaraty é a suprema posição profissional com que pode ser distinguido. Além de passar a ser o funcionário mais graduado do Serviço Diplomático o Secretário-Geral constitui-se no nexo entre Vossa Excelência e os integrantes desta Casa, que em sua totalidade servirão lealmente a Vossa Excelência e à sua Administração na execução da política externa brasileira. Recordo-me, neste momento, dos Chefes que ao longo dos meus trinta anos de carreira me transmitiram as nossas tradições e o nosso espírito e me capacitaram profissionalmente:

Rogo-lhe também, Senhor Ministro, aceitar os meus agradecimentos pela decisão de propor ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República a minha designação. Peço-lhe também fazer chegar ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Doutor Tancredo de Almeida Neves, e ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República em exercício, Doutor José Sarney, meus sinceros agradecimentos por esta alta distinção em que ora sou investido.

Senhor Ministro,

Sabemos que não há política externa, não há verdadeira defesa e projeção dos interesses nacionais, se não trabalharmos plenamente com as nossas virtudes institucionais. Diria que elas têm duas dimensões. Em primeiro lugar, são as qualidades de disciplina, de lealdade, o sentido de hierarquia, a vocação do espírito público, que devem constituir motivações cotidianas para as nossas atividades.

Em segundo lugar, as virtudes institucionais existem porque encarnam certos objetivos e certas orientações de política externa. A construção de uma tradição diplomática não é aleatória, mas deve obedecer à força da nacionalidade. Os princípios que nos orientam, a nossa política voltada para a paz,

plasmam a nossa atividade porque respondem, em essência, às próprias opções brasileiras de presença internacional.

A inovação e a renovação são, para o Itamaraty, processos naturais. Hoje, são processos necessários. Hoje, mais do que nunca, exige-se da política externa uma especialíssima sensibilidade para as situações internacionais. O Brasil já caminha firme na estrada da democracia, e se volta para a superação das desigualdades, dramáticas, que ainda marcam a nossa sociedade. É necessário que a diplomacia não ignore o processo de transformação que se esboça. Como indica Vossa Excelência, é necessário que a diplomacia dê "resultados", que se prove peça essencial do movimento de transformação. Não temos tempo a perder. A construção é longa, difícil, mas inadiável. O nosso futuro é hoje.

Em política externa, os resultados nem sempre são imediatos e nem sempre surgem espontaneamente. São fruto, às vezes, de trabalho de anos. Tantas vezes, a promessa fácil de enunciar palavras não ganha realidade. Mas, estamos conscientes de que a diplomacia não é só retórica, por melhor que seja essa retórica. Estamos conscientes de que a diplomacia, como processo político, é instrumento de transformação, de criação de realidades novas. Assim, há muito que fazer para aproximarmos nossos ideais da prática política. Mas, num Brasil novo, democrático, em que as aspirações serão anunciadas com absoluta clareza, e submetidas ao crivo do debate na opinião pública e no Congresso, nossos mandatos serão precisos, de contornos bem definidos. E, assim, teremos a melhor base — a rigor, a única viável — para levarmos a ação diplomática a realizar os resultados que a nação quer. Assim, poderemos alcançar resultados efetivos.

Senhor Chanceler,
Caros colegas e funcionários do Itamaraty,
Somos chamados a participar de uma nova era da vida nacional. Conhecemos as difi-

culdades vividas pelo país nos últimos anos; e temos consciência das tarefas árduas que estarão em nossas mãos a partir do dia de hoje. Conhecemos também as sérias dificuldades que vive esta Casa, que se projetam sobre suas múltiplas unidades administrativas, no Brasil e no exterior, temos a consciência do dever de superar essas dificuldades mediante propostas criativas, que não se voltem negativamente para o passado, mas que preparem de forma responsável, ética, e verdadeiramente profissional, nossa atuação, desde as altas decisões de política ao tratamento dos mais rotineiros dos temas.

Temos diante de nós o desafio de uma diplomacia voltada para os resultados. Sabemos que resultados só plenamente florescem quando se dá valor à eficácia, quando abandonamos a auto-satisfação ante meros enunciados de propósitos ou de princípios. A eficácia se testa no confronto com a realidade, e não somente contra outros conceitos e outras abstrações. Esta ação sobre o concreto, sobre o aqui e o agora, é o que a sociedade espera de nós.

Necessitaremos de estruturas descentralizadas, abertas, acessíveis, flexíveis — e modernas. Uma diplomacia não pode ser eficaz, sem que sejam devolvidas às unidades administrativas intermediárias não somente suas funções e seu poder de decisão, mas também seu prestígio próprio — e porque não dizê-lo — sua dignidade. Uma diplomacia de resultados, uma diplomacia eficaz, é incompatível com micro universos de decisão, que girem em torno de si próprios. As boas decisões de política externa exigem sedimentação sólida, pesquisa, opinião avisada e experiente de especialistas, dos que têm trato cotidiano dos assuntos: e essas virtudes e qualidades estão depositadas nos diferentes níveis e instâncias decisórias de nossa instituição diplomática.

Vossa Excelência, Senhor Chanceler, alertou-nos no seu pronunciamento do último dia quinze para a natureza ilusória de dis-

cussões artificiais entre "grandes conflitos", que seriam os de caráter político e de "pequenos conflitos", que seriam os de caráter comercial. Tocaram-me em particular as palavras de Vossa Excelência, tanto mais porque há cerca de quatorze anos tenho lutado neste Ministério, através do Departamento de Promoção Comercial, para que se abandone uma visão superada das relações internacionais, que pretende lidar com fenômenos políticos puros, tratando assuntos econômicos, comerciais e técnicos como verdadeiras questões de segunda classe da diplomacia. O mundo de hoje já não se preocupa nem mais em combater esses interesses passadistas, tornados obsoletos pela própria história e por sua irrelevância. Essas modalidades nostálgicas de diplomacia, Senhor Ministro, se examinadas à luz do sol, apresentam-se antes de mais nada como uma coleção de já gastos preconceitos.

A política de nossos dias é uma política global, a exigir, como querem alguns, diversos níveis de leitura, diversas modalidades de discurso e um sem número de formas de atuação. Se uma circunstância pode ocasionalmente privilegiar o elemento eminentemente político, a maioria exige ora o instrumento comercial, ora o da cooperação técnica; ora um tratado, a ação de uma empresa pública, ou de uma empresa privada, ora a presença marcante de expoentes da cultura nacional. Por isso deve ser aberto o trabalho de uma chancelaria moderna, para que a política externa de um país não seja um feudo de alguns, podendo, pois, recorrer à mesma riqueza de interesses, de atores e de meios de ação que se encontra na própria sociedade que essa diplomacia representa.

Em matéria administrativa não estaremos buscando o novo pelo novo. Mas não estaremos temerosos do novo que se fizer necessário. Respondidas de forma madura, as necessidades da administração contarão, não tenho dúvidas, com o' mais amplo consenso nesta Casa, para que se aperfeiçoem os seus aspectos institucionais e, ao mesmo

tempo, como é de nossa tradição, se renovam constantemente instrumentos, meios e métodos de trabalho.

Não posso deixar de dizer uma palavra própria aos funcionários administrativos, aos Oficiais de Chancelaria, aos Agentes de Portaria, cuja presença, às vezes anônima, é absolutamente decisiva para que uma chancelaria funcione bem e responda adequadamente às suas tarefas diplomáticas. Sei das dificuldades que encontram, devido a questões da mais variada ordem, a começar pelo problema salarial no Brasil: Não me cabe fazer promessas neste momento, salvo a de que estarei atento aos seus problemas, e que pelo seu espírito construtivo e sua tradição de administrador bem sucedido, Vossa Excelência será sensível a pleitos tão justos

Meus colegas,

Não são fáceis as funções de Secretário Geral: Exigem domínio profundo da imensa gama de temas diplomáticos; exige a capacidade para a decisão rápida; exige capacidade de comando; exige, ainda, que, em cada palavra de comando, interprete-se, com precisão, as determinações e orientações do Senhor Ministro de Estado. São funções que certamente estão acima da melhor experiência diplomática individual, e só podem ser exercidas, de forma consistente, se houver perfeita sintonia entre o Secretário Geral e a Casa. São, na realidade, funções que pedem mais do que o bom entendimento entre o Chefe e seus comandados; o que peço portanto aos Colegas, neste momento, é confiança, compreensão e, mesmo, em muitas situações, as devoções de amizade.

Senhor Ministro,

Tenho certeza de que sua gestão será profícua e engrandecerá a diplomacia brasileira.

Suas qualidades de homem público, de administrador notável, de líder nacional, sua cultura e sua experiência política são bases sólidas para uma perfeita gestão do Itamaraty. Cada funcionário desta Casa estará a seu lado, e dará o auxílio pedido com o mais perfeito sentido profissional.

Esteja, assim, Vossa Excelência absolutamente certo de que a Casa saberá honrar o homem que agora a dirige, e de que Vossa Excelência terá orgulho dos funcionários que lidera.

Senhor Ministro,

Peço-lhe agora licença para dirigir-me ao Secretário Geral que parte, e que tanto nos inspirou no último ano.

Embaixador Calero,

Vossa Excelência transformou o exercício da liderança durante o seu tempo à frente da Secretaria Geral em um exercício ao mesmo tempo tranqüilo e brilhante. A tranqüilidade levava a que tivéssemos verdadeiro prazer em ser comandados por Vossa Excelência. O brilhantismo, tão bem expresso nas decisões rápidas, precisas, reveladoras da melhor sabedoria diplomática, dava absoluta tranqüilidade aos seus comandados, à Casa; dava-nos sempre a certeza de que o caminho seguido era o caminho do interesse nacional. Seu nome está na história da Casa; deixa marcas e marcas profundas. Sua conduta é exemplo para mim e, falando ao amigo querido, quero dizer-lhe que será uma das minhas inspirações maiores na gestão da Secretaria Geral. Interpretando o sentimento de todos os presentes, desejo-lhe, e a Lilita, toda a felicidade.

Senhor Ministro, meus colegas, meus amigos,

Ao terminal, volto-me para as minas origens nas montanhas de Minas tão bem cantadas por nosso poeta maior Carlos Drummond em sua "Prece de Mineiro no Rio", em sua pungente evocação:

Espirito de Minas me visita,
e sobre a confusão desta cidade,
onde voz e buzina se confundem,
lança teu claro raio ordenador".
Muito Obrigado

assinada a ata de reconhecimento da comissão sul-americana para a luta contra a febre aftosa

Discurso do Ministro de Estado das Relações Exteriores,
Olavo Egydio Setúbal, no Palácio do Itamaraty, em
Brasília, em 3 de maio de 1985, por ocasião da solenidade
de assinatura da Ata de Reconhecimento da Comissão
Sul-Americana para a luta contra a febre aftosa
(COSALFA).

Senhores Ministros,
Senhores Delegados,
Senhoras e Senhores,

Sente-se privilegiado o Governo brasileiro em poder propiciar esta oportunidade em que se assina, depois de doze anos de existência da Comissão Sul-americana para a Luta contra a Febre Aftosa (COSALFA), a ata de seu reconhecimento como Comissão permanente institucionalizada a nível sub-regional.

Desde sua criação, em 1973, por inspiração da Organização Panamericana da Saúde, a COSALFA tem atuado como foro de orientação das políticas e estratégias aplicadas ao combate da febre aftosa, moléstia cujos malefícios são amplamente ressentidos por nossas economias.

Não se ignora a importância da pecuária em países como os nossos por sua tríplice contribuição, seja para o aumento da riqueza proteica da dieta alimentar das populações, seja como expressiva fonte de renda no setor primário, seja ainda como fonte de di-

visas em seu segmento exportador. Ao atingir parcelas significativas do rebanho, a febre aftosa causa sensíveis prejuízos à atividade pecuária, inibindo seu desenvolvimento e impedindo que se possa auferir, em sua plenitude, os benefícios que dela derivariam. Particularmente no setor externo, onde já não são poucas as dificuldades que se interpõem ao comércio internacional de carnes em decorrência de políticas artificiais de preços em certos países desenvolvidos, o problema da aftosa constitui agravante de pesadas conseqüências para nossas exportações. É sabido que, ademais das proibições absolutas que recaem sobre produtos originários de áreas afetadas, sofrem sistemático processo de desvalorização as mercadorias provenientes de áreas consideradas livres da enfermidade, sempre que procedem de países que ainda registram focos.

Lembro também os obstáculos que, por essa mesma razão inibem o comércio internacional de animais. •

Com o propósito de melhor coordenar as ações de combate à doença, de estudar as-

pectos específicos do problema e avaliar os resultados obtidos para aprimorá-los no futuro, vem a COSALFA trabalhando desde seu estabelecimento. Sua ação tem contribuído para que os países-membros registrem significativos avanços nessa área, dentre os quais valeria citar: a implantação de uma infra-estrutura de serviços veterinários, a organização de programas sistemáticos de controle, a criação de um sistema de informação e vigilância epidemiológica e o permanente aprimoramento das vacinas utilizadas.

São tarefas da COSALFA promover o intercâmbio da informação técnica, a padronização dos requisitos sanitários exigidos para a comercialização de animais e produtos de origem animal, bem como incentivar a cooperação técnica entre seus membros. Motivada por propósitos similares funciona a Comissão Europeia para o Controle da Febre

Aftosa, com a qual a Comissão Sul-americana já mantém um relacionamento que tenderá a intensificar.

Estou certo de que, para o desempenho de suas atribuições, não faltará à COSALFA o imprescindível apoio da Organização Panamericana da Saúde, à qual está vinculada, do Centro Panamericano de Combate à Febre Aftosa, que a assistirá como Secretaria Executiva, e de outros organismos do setor.

Com a institucionalização a que hoje se procede, ganha a COSALFA novo **status** na família interamericana, facilitando-lhe o diálogo com entidades congêneres e permitindo-lhe estabelecer vínculos de cooperação, que todos desejamos seja fecunda para os países-membros.

Muito obrigado.

brasil defende, no conselho de segurança das nações unidas, solução pacífica para a crise na américa central

Pronunciamento do Representante Permanente do Brasil junto às Nações Unidas, George Maciel, em 9 de maio de 1985, por ocasião da reunião do Conselho de Segurança daquela organização.

"Sr. Presidente,
O Brasil comparece perante o Conselho de Segurança na qualidade de país latino-americano, profundamente preocupado com o progressivo agravamento da crise na América Central.

Em todos os momentos o Brasil tem, de forma coerente, defendido a necessidade de uma solução pacífica e negociada para os problemas centro-americanos, uma solução que se fundamente nos princípios do Direito Internacional e que esteja conforme com a carta das Nações Unidas.

Temos alertado contra atos e ações que, por transplantarem para nossa região os problemas inerentes à confrontação Leste-Oeste, só poderão contribuir para tornar ainda mais distante o estabelecimento de uma situação de paz e tranquilidade na América Central.

O caminho da negociação, em particular o que vem sendo trilhado com a valiosa cooperação do Grupo de Contadora, é o único que pode levar a uma saída válida, através do respeito ao Direito dos povos à auto-

determinação e da observância estrita do princípio da não-interferência.

Coerentemente com a posição que sempre assumiu, o Brasil deplora a utilização de medidas econômicas unilaterais que são incompatíveis com a carta das Nações Unidas e com a carta da OEA, e que levantam novos obstáculos às soluções negociadas.

Apelamos a todas as partes envolvidas para que, inspiradas por verdadeiro desejo de paz, se abstenham de quaisquer atos ou ações que ponham em risco as perspectivas de entendimento e para que todos se comprometam decididamente com os esforços de negociação.

O Brasil está convencido de que a opção pela negociação ainda está aberta. Àqueles que, pelos seus interesses mais diretos na questão centro-americana têm igualmente responsabilidades mais concretas, cabe exercer essa opção, de forma clara e firme, pois não será pela confrontação nem pelo uso da força que se resolverá o problema centro-americano".*

* Na página 104, seção Comunicados e Notas, um comunicado do Itamaraty à imprensa sobre a crise na América Central.

segunda reunião da comissão mista de coordenação brasil-nigéria

Discursos do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Olavo Setúbal, e o do Ministro do Planejamento da Nigéria, Chief Michael Adigun, em 11 de maio de 1985, no Palácio do Itamaraty, em Brasília, por ocasião da abertura da segunda reunião da Comissão Mista de Coordenação Brasil-Nigéria; e discurso do Chanceler Olavo Setúbal, em 14 de maio de 1985, no Palácio do Itamaraty, em Brasília, por ocasião da solenidade de assinatura da Ata Final da segunda reunião da Comissão Mista de Coordenação Brasil-Nigéria.

DISCURSO DE OLAVO SETÚBAL NA ABERTURA DA REUNIÃO

É com especial satisfação que apresento a Vossa Excelência e à ilustre delegação que o acompanha os mais sinceros votos de boas-vindas ao Brasil.

Considero auspicioso que o Ministro do Exterior da Nova República tenha, entre os seus primeiros compromissos internacionais, este encontro com autoridades da fraterna República Federal da Nigéria. Aproximam nossos dois países afinidades étnicas, culturais e históricas que transcendem o plano das relações económicas. Temos também em comum aspirações por uma ordem internacional mais justa, fundada nos princípios da igualdade soberana dos Estados, na não interferência e no direito à autodeterminação e à independência. Assim como a Nigéria, repudia o Brasil as sobrevivências do colonialismo e condena de modo veemente e sem ambiguidades a prática do **apartheid**.

Essas afinidades empastam às nossas relações um significado especial.

No curso dos próximos dias, passaremos em revista o estado atual das relações bilaterais. A agenda dos trabalhos desta segunda sessão da Comissão Mista de Coordenação Brasil-Nigéria bem demonstra a densidade do nosso relacionamento e as perspectivas que se abrem a uma ação realista e decidida em variados aspectos da cooperação económica.

O intercâmbio comercial Brasil-Nigéria atingiu, no ano que findou, nível sem precedente, superior mesmo ao que havia sido registrado no ano recorde de 1981. Com um total de US\$ 1,6 bilhão nos dois sentidos, a Nigéria se situou como o principal parceiro do Brasil na África. O Brasil, por sua vez, colocou-se entre os cinco maiores mercados para o petróleo da Nigéria, de onde está adquirindo 100 mil barris/dia, o que representa 25% de suas necessidades de importação. A Nigéria acumulou, ainda em 1984, o expressivo saldo de US\$ 300 milhões nas

transações comerciais com o Brasil, um dos valores mais elevados de sua Conta de Transações Correntes com o resto do Mundo. O Brasil» ainda representa para a Nigéria uma fonte supridora de matérias-primas e peças de reposição para a reativação de suas indústrias. Graças a um mecanismo especial de pagamento, as importações provenientes do Brasil dispensam, praticamente, o emprego de moeda forte, que pode ser utilizada na aquisição, em outros mercados, de bens e serviços igualmente essenciais à economia nigeriana.

Senhor Ministro,

O diálogo entre o Brasil e a Nigéria deverá buscar níveis sempre mais elevados, e orientar-se para a construção de uma parceria estável, diversificada e mutuamente proveitosa. Desejo dizer-lhe, Senhor Ministro, que estarei pronto a examinar com interesse as propostas de que é portador, e que nossas delegações respectivas já tiveram a oportunidade de discutir informal e preliminarmente.

Abro oficialmente os trabalhos da segunda sessão da Comissão Mista Brasil-Nigéria, antecipando os resultados positivos que serão atingidos, dentro de um clima de amizade e entendimento. Que este foro se constitua em mais um vínculo de cooperação fraterna entre dois grandes países do Sul, e entre dois povos que têm muito a se dizer.

Muito obrigado.

**DISCURSO DO MINISTRO DO
PLANEJAMENTO DA NIGÉRIA NA
ABERTURA DA REUNIÃO**

Your Excellency, Minister of External Relations of the Federative Republic of Brazil,

Excellencies,
Distinguished delegates
O the second session
of Brasil-Nigéria joint comissão

Ladies and Gentlemen,

On behalf of the people and the government of the Federal Republic of Nigéria, I must first pay tribute to the memory of that great Brazilian patriot and statesman, the late President-Elect Tancredo Neves, who passed away on the 12th of April, 1985. We remember him among other things for his great love of humanity especially the less privileged poor and his deep concern for the enthronement of peace and justice in every human society. Please rise with me for a minute's silence in his memory. (May his soul rest in perfect peace. Amen).

Since the arrival of my delegation I have been overwhelmed by the warmth and love showered on me right from touch down at Rio de Janeiro to my eventual arrival at the beautiful city of Brasília. Your Excellencies, I am grateful for all these but I must confess that I am hardly surprised by this hospitality because in a way, this is home to us, the Brazilian and Nigerian heritage in the political, economic and cultural spheres are excellent testimonies of the great affinity between our two nations. The geopolitical position of both countries on their respective continent, the substantial population each is endowed with and the fact that we both have the largest concentration of black peoples in the world make it imperative that our two countries must be moved by similar aspirations for economic and indeed cultural developments of our peoples. Happily the history of our bilateral relations bear witness to the great effort made by our two countries to the achievement of these objectives.

In January 1979, Nigéria and Brazil formalised their commitment to the growth of economic relation through the signing of the Agreement on Economic, Scientific and Technical Co-operation. Since then, we have entered into many other subsidiary agreements like the Air Service Agreement, the Agreement on Exchange of Notes on Co-

operation in the field of Radio and Television, the ITF-SENAI Bilateral Technical Co-operation and of course the recent Trade Arrangements between our two countries. All these, Your Excellencies are manifestation of the mutual trust and love between Nigéria and Brazil.

In view of the history of our bilateral relations and recent development in the World Economic Order, this second Nigeria-Brazil Eco no mie Joint Commission is quite momentous. My delegation is mandated to explore with the Brazilian counterpart áreas of greater co-operation especially in the fields of agriculture, Commerce and Industry, Transport and Aviation, Sports Culture and Social Development.

I am sure Your Excellencies that the deliberations of the Second Joint Commission will bring about concrete proposals and programmes in these other áreas to the mutual benefit of our two great nations. Once more, Your Excellencies, accept our gratitude for your hospitality up till now and our promise for a purposeful, sincere and productive session of Joint Commission deliberations.

Thank You.

**DISCURSO DO CHANCELER OLAVO SETÚBAL
NA SOLENIDADE DE ASSINATURA DA ATA
FINAL**

Excelentíssimo Senhor,
Chief Michael Adigun,
Ministro do Planejamento da República
Federal da Nigéria

É com justa satisfação que vejo como esse nosso primeiro encontro foi proveitoso para o encaminhamento dos assuntos de interesse comum.

Foram cordiais e profícuos os contatos efetuados pelas nossas duas delegações.

Brasil e Nigéria, uma vez mais, souberam conduzir seu relacionamento bilateral com espírito construtivo e amistoso. Estou certo de que encontramos soluções capazes de viabilizar modalidades concretas de cooperação Sul-Sul.

Senhor Ministro,

A ata que iremos assinar reflete o amplo escopo dos interesses recíprocos que embasam nosso relacionamento. Tivemos, porém, a preocupação sadia de nos atermos aos limites do praticável. Canalizamos recursos que são escassos para projetos que consideramos prioritários, e que, por sua dimensão, podem ser executados conjuntamente.

A crise internacional que nos aflige a todos, em especial às nações do Hemisfério Sul, teve o condão de acentuar a solidariedade entre os povos do Terceiro Mundo, e de sublinhar a necessidade de unirmos esforços em prol do bem estar dos nossos países.

Estou certo de que as decisões que acabamos de formalizar contribuirão para o aprofundamento das relações entre o Brasil e a Nigéria, e para o estreitamento dos laços de amizade e cooperação entre nossos povos.

Muito obrigado.

Olavo Setúbal na comissão de relações exteriores da câmara dos deputados

Pronunciamento do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Olavo Egydio Setúbal, na Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados, em 15 de maio de 1985.

Senhor Presidente da Comissão de Relações Exteriores,
Senhores Deputados,

Foi com satisfação, que atendi ao convite da Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados para um diálogo que desejo denso e profícuo. A essência democrática da Nova República deve traduzir-se numa permanente disposição ao debate construtivo e mutuamente informativo entre as instituições que asseguram o equilíbrio do Poder nacional e a representatividade política do regime.

Democrata por formação, sei o quanto a legitimidade e a eficiência de uma gestão no Executivo estão vinculadas a um estreito relacionamento com o Legislativo. Liberal por convicção, sei o quanto um debate nesta Comissão, tradicionalmente conhecida pela qualidade intelectual e espírito público dos seus integrantes, é decisivo para a fixação de cursos de ação realmente ajustados à opinião nacional.

Ainda candidato, estive neste recinto o Presidente Tancredo Neves, para antecipar as diretrizes da sua futura gestão na área externa. Essas diretrizes permanecem válidas,

e constituirão uma fonte valiosa de inspiração para o Itamaraty. Honrar hoje o legado de Tancredo Neves é permanecer fiel ao Brasil com que ele sonhou: um espaço aberto à participação popular em todos os níveis, à tolerância e à justiça social.

A continuidade do projeto político e social da Aliança Democrática encontra-se agora depositada nas mãos do Presidente José Sarney. Sua ação firme e equilibrada, e sua experiência de vida pública pautada por sólida orientação ética, são garantias de que será conduzido a bom termo o processo brasileiro de redemocratização. Pela via do diálogo e da conciliação, estaremos seguros de superar os sérios obstáculos do momento e, com grandeza histórica, saberá o país encontrar o seu destino de progresso político, econômico e social.

Senhores Deputados,

Acredito na ação diplomática como um processo aberto e autêntico de mediação entre os interesses nacionais e as condicionantes do mundo exterior. O país que hoje reencontra a Democracia e busca reorganizar-se sobre as bases do pluralismo e da justiça social não pode, assim, deixar de iden-

tificar-se com padrões de conduta capazes de traduzir tais valores no convívio entre os Estados. O respeito à igualdade soberana das nações, o acatamento aos postulados da autodeterminação e da não-ingerência serão, portanto, princípios a guiarem uma ação diplomática flexível e realista, tendo sempre como finalidade primordial a proteção dos superiores interesses nacionais.

O Brasil é parte integrante do Ocidente, com quem compartilha concepções institucionais e culturais básicas. Exibe, ademais, afinidades étnicas, culturais e de circunstância histórica com o mundo heterogêneo de nações irmãs da América Latina, África e Ásia. País em desenvolvimento com setores avançados, mas que ainda padece de graves insuficiências econômicas e sociais, deve ele refletir em sua diplomacia, com equilíbrio e coerência, essas realidades discordantes. Silenciar sobre elas seria falsear o perfil real da nação. Representá-las em sua justa medida é a missão, nem sempre simples ou inq

ntrovertida, do Itamaraty. Não nos convêm as escolhas parciais, excludentes, que favoreçam este ou aquele segmento do horizonte-externo. O anseio brasileiro de convívio é universal, e o nosso espírito nacional inclina-se instintiva e inovadoramente para a conciliação, como ilustrado de maneira eloquente pelos recentes acontecimentos políticos, de que foi centro e inspirador o inesquecível Presidente Tancredo Neves.

A intimidade do relacionamento com os países desenvolvidos não inibe nem dificulta nosso relacionamento com os países em desenvolvimento. O interesse nacional, nos planos político, econômico, tecnológico e cultural estará melhor atendido pela opção que, sem conotação ideológica, nos abra todos os caminhos, sem fechar nenhum.

No pronunciamento que dirigiu à Nação, em 22 de abril passado, o Chefe do Governo definiu a retomada do desenvolvimento e do nível de emprego como meta funda-

mental de ação no setor externo. O compromisso básico da diplomacia brasileira, a orientar sua visão global e suas ações específicas será, portanto, a promoção do desenvolvimento sócio-econômico do país. Praticaremos uma diplomacia flexível e criativa visando resultados políticos, pela preservação da soberania e da dignidade nacional; resultados econômicos, pela reivindicação de melhores condições nos sistemas reguladores do comércio e finanças, e pela geração de oportunidades para as exportações brasileiras. O ponto de partida dessa Diplomacia para Resultados na segunda metade da década de 80 será a explicitação de nossos interesses concretos no que se refere à retomada do crescimento e à redução de nossa vulnerabilidade externa nos campos financeiro, tecnológico e comercial.

Não se afigura simples nem fácil a realização dessas tarefas nas condições reais do cenário mundial contemporâneo. De todas as partes, verificamos com desalento a desagregação das estruturas internacionais de convívio. Ao ordenamento de âmbito mundial idealizado no segundo pós-guerra e, em meio a tantas vicissitudes, vigente até os nossos dias, ameaça suceder-se uma nova ordem, fragmentária, compartimentalizada e excludente.

No plano político, o multipolarismo e a détente, que ofereceram esperança ao mundo por breve lapso de tempo, cederam lugar ao retorno à confrontação. O tecido das relações interestatais altera-se negativamente nesse clima. A percepção dos fatos internacionais e mesmo dos eventos domésticos em numerosos países, deformada pelo prisma da rebipolarização, converte-se em absurda contabilização de ganhos e perdas por parte das superpotências. Somando-se à estagnação dos entendimentos que vinham ocorrendo entre os Estados Unidos da América e a União Soviética sobre a limitação de armamentos estratégicos e de médio alcance, estamos agora diante da perspectiva de abertura de novo ciclo na corrida armamentista, pela proposta de militarização do espaço.

A proliferação de encontros de cúpula, de decisões unilaterais em áreas a afetarem conjuntos de países, e de uso da força armada para solução de diferendos, não podem deixar de preocupar a todos os países que, como o nosso, exercitam uma diplomacia, fundada no direito como princípio e na negociação como método de ação. O enfraquecimento da dimensão multilateral é grave sintoma de desagregação econômica e política das relações internacionais.

A diplomacia parlamentar detém, para o Brasil, relevância histórica, desde que para nós foi ela o ponto inicial de participação na própria formação da ordem jurídica mundial. Defendemos, assim, a tradição de valorização do papel das Nações Unidas em todos os planos, particularmente no terreno da segurança internacional e do desarmamento. É preciso ficar clara a responsabilidade especial que detêm as potências nucleares, e o caráter prioritário que adquirem, nesse contexto, os entendimentos relativos ao desarmamento nuclear.

Merecerão ênfase, na minha gestão, os trabalhos conjuntos ora levados a efeito no âmbito do Tratado da Antártida e as negociações que se realizam sobre o Direito do Mar, em especial aquelas relacionadas à exploração econômica dos recursos oceânicos e dos fundos marinhos.

Em razão dos valores e vivências compartilhados nos planos da história, da etnia e da cultura, a América Latina constitui área de interesse primordial para o Brasil. Voltados que sempre fomos, neste Continente, para o exterior, atentos aos estímulos de toda ordem emanados do grande pólo espiritual que foi e continua a ser a Europa, nós, latino-americanos, por longo tempo deixamos de olhar à nossa própria volta. O curso da integração real da América Latina é ainda incipiente e, em muitos aspectos, superficial. Devemos repensar com realismo a OEA, particularmente quanto aos seus instrumentos de superação de crises sócio-econômicas e à sua atuação como foro de

cooperação para o desenvolvimento. Nossos esforços deverão dirigir-se, igualmente, para o terreno das relações econômicas, no âmbito da ALADI. Pretendemos, também participar ativamente dos trabalhos do Sistema Económico Latino-Americano (SE-LA), contribuindo para que ele desempenhe plenamente o seu papel de foro regional de negociação de projetos de cooperação. São precisos mecanismos criativos para que os níveis de comércio, deprimidos nos últimos anos, não apenas recobrem seus valores anteriores à crise da liquidez da região, como também alcancem novos patamares de volume e valor.

Já me avistei, em Brasília, com autoridades de algumas nações vizinhas. Nos encontros mantidos com os chanceleres da Argentina; Uruguai e Paraguai, troquei ideias sobre o estado atual e o futuro das nossas relações. No próximo dia 20 visitarei Buenos Aires, para manter conversações visando à definição mais precisa de metas para a cooperação bilateral nos próximos anos. Venezuela e México, parceiros de peso indiscutível e protagonistas relevantes do cenário regional e mundial, bem como os vizinhos andinos e amazônicos, serão objeto de esforços continuados de aproximação.

O quadro atual da crise na América Central requer uma referência especial. As transformações políticas e sociais ali ocorridas, como reflexo inevitável da derrubada de regimes ditatoriais, não devem ser interpretadas de forma simplista, como mera instância localizada de conflito entre as superpotências. O uso da força e da intervenção armada não pode ser cogitada como opção viável para a solução de problemas cujas raízes estão plantadas na história de cada país. Esses problemas devem ser equacionados em seus respectivos contextos nacionais, sem interferências, e a solução de suas implicações internacionais deve ser encaminhada pela mediação de países com presença e interesses efetivos na região. Por essa razão apoia o Brasil o esforços de pacificação compreendidos pelo grupo de Contadora.

Essa posição foi reafirmada na semana passada, depois que o Governo norte-americano anunciou a imposição de sanções econômicas unilaterais contra a Nicarágua. Em nota oficial emitida sobre o assunto, o Governo brasileiro declarou não apoiar a adoção de medidas do tipo divulgado, nem outras ações capazes de inserir a crise centro-americana no contexto da confrontação Leste-Oeste.

Suscitado o problema no âmbito do Conselho de Segurança das Nações Unidas, o Brasil interveio também naquele foro, para deplorar a utilização de medidas econômicas unilaterais, por nós vistas como incompatíveis com a carta da ONU, com o GATT e com a Carta da OEA. Apelamos, ademais, a que as partes envolvidas se abstenham de quaisquer atos que venham a pôr em risco as perspectivas de entendimento.

Nação pacífica e voltada para a tarefa prioritária da promoção sócio-econômica da sua gente, procura o Brasil manter relações com todos os países, sobre a base da não-ingêrência e do respeito mútuo. Dentro dessa ótica, desejo informar o Poder Legislativo, por intermédio da sua Comissão de Relações Exteriores, de que determinei a realização de estudos sobre a questão do reatamento das relações diplomáticas com Cuba. Analisaremos todos os aspectos dessa medida, em particular suas eventuais implicações sobre a segurança nacional. Nessa providência, pesou em devida medida e indicação, aprovada por esta Comissão, em favor da aproximação com aquele país caribenho.

O relacionamento bilateral com os Estados Unidos, baseado em vínculos históricos de denso conteúdo, orienta-se na direção de um diálogo aberto e maduro. Duas grandes democracias não podem temer a franqueza, nem pressupor, de parte a parte, a aquiescência sistemática. É preciso aprofundar as relações com os Estados Unidos e discutir as iniciativas conjuntas em curso, bem como novas modalidades de cooperação. Para tanto, pretendo ir a Washington, em junho,

para abrir o diálogo político da Nova República com a administração norte-americana. Meu desejo é debater os principais tópicos da pauta de assuntos bilaterais, certo de que os problemas comuns devem ser administrados com a consciência de que não representam sintomas de incompatibilidades, mas sim evidências de uma relação que empenha em grau sensível setores produtivos das duas partes. As diferenças estruturais entre as economias brasileira e norte-americana levam, necessariamente, a perspectivas distintas da realidade econômica global, e das motivações de cada parte. Cumprirá, portanto, continuar o trabalho diligente de esclarecimento recíproco e de encaminhamento das divergências pela via do entendimento mutuamente satisfatório.

Com a Europa Ocidental temos uma tradição de contatos que transcende o plano político-diplomático. Dela recebemos o patrimônio humanístico, os ideais políticos e as concepções institucionais que fundamentaram a nacionalidade brasileira. Por isso, os vínculos com os países da região receberão cuidadosa atenção, especialmente quanto ao relacionamento com a Comunidade Econômica Europeia. Em 1984, obtivemos naquele mercado o segundo maior saldo da nossa balança comercial. Desejamos expandir as trocas com a CEE, mas causa-nos apreensão a persistência de uma política comunitária protecionista no setor agrícola, e no tocante a produtos manufaturados de grande importância para a pauta brasileira de exportação. Avaliamos, no momento, as repercussões do ingresso da Espanha e Portugal na Comunidade, na expectativa de que esse fato não venha a agravar as condições de acesso das nossas mercadorias no mercado europeu.

As relações com os países da Europa Oriental, desenvolvidas de forma discreta, com base nos princípios da não-ingêrência, do respeito mútuo e do benefício recíproco, oferecem espaço para expansão no terreno econômico-comercial, e para um contato mais maduro e isento no plano político-

diplomático. A presença da União Soviética no cenário mundial, como superpotência, deve ser reconhecida por parte do Brasil. É meu desejo avaliar todos os aspectos do interesse nacional, nos planos político e económico, que possam beneficiar-se de uma ampliação das frentes de diálogo com a nova administração soviética. Dispomos na COLESTE de um mecanismo institucional de contato com os países socialistas da Europa Oriental que constitui fórmula de originalidade e eficácia reconhecidas, como veículo de negociação económica com países de economia centralmente planificada, e buscaremos dinamizar seus trabalhos no sentido de ampliar as trocas com o Leste europeu.

Pela sua posição estratégica e pela importância como fonte de suprimento energético, o Oriente Médio" constitui palco de conflitos localizados que se convertem em manifestações da confrontação Leste-Oeste. Acompanhamos com apreensão o desenrolar das crises naquela região, especialmente a guerra Irã-Iraque, cujo encaminhamento, a nosso ver, deve ser feito pela via da negociação. A questão palestina, entre todas, subsiste como a mais profunda e de consequências mais amplas. Sustentamos que o povo palestino deve ter reconhecido o direito a retornar ao seu território, e ali viver em condições de independência, segurança e autodeterminação. Negociações devem ser mantidas, com a participação da Organização de Libertação da Palestina, que representa legitimamente o povo palestino, com vistas ao encaminhamento de uma solução que assegure o direito de todos os Estados da região, inclusive Israel, a existirem em paz, dentro de fronteiras reconhecidas.

No noroeste da África, o processo de emancipação da antiga colônia espanhola do Saara Ocidental persiste, após dez anos de luta entre a Frente Polisário e o Reino do Marrocos. Consideramos a questão como parte integrante de um processo de descolonização não concluído. Reconhecemos a Frente Polisário como representante do po-

vo Saaraui, e temos nos manifestado a favor do princípio da autodeterminação e independência, a ser implementado de forma pacífica e negociada. As posições assumidas pelo Brasil no debate internacional sobre o Saara Ocidental inscrevem-se numa linha consensual de respeito às normas do Direito Internacional, e de preservação das boas e tradicionais relações com todos os países envolvidos no conflito.

O adensamento e diversificação da cooperação com o Japão, e o reconhecimento da República Popular da China em 1975, somados à nossa disposição de estreitar os laços de amizade e comércio com a Índia, os membros da Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN) e outros países da área, conferem à Ásia posição ascendente no horizonte externo brasileiro. A tendência à aproximação com esses distantes parceiros, decorrência da universalização natural da presença brasileira, é acentuada pela convicção de que a Ásia e a Oceania constituirão um foco de desenvolvimento material no planeta durante os próximos decênios. Será necessário dar atenção especial aos esforços de aperfeiçoamento das relações com o Japão e a República Popular da China, e identificar oportunidades concretas de colaboração com os demais países da Ásia e Oceania. Em prestaremos, ademais, nosso apoio às iniciativas internacionais de pacificação de conflitos localizados no continente asiático. No Afeganistão e no Camboja o princípio da autodeterminação, ferido de maneira frontal, deve ser restaurado de forma inequívoca.

Nossas relações com a África também decorrem de importantes afinidades étnicas, culturais e de identidade histórica, que nos ligam de maneira abrangente aos países do hemisfério Sul. São sólidos os laços a nos aproximarem de numerosas nações africanas, tanto no plano económico quanto no político. Com os países lusófonos, afinidades maiores têm contribuído para tornar mais denso o relacionamento, institucionalizado através de diversos acordos e reuniões periódicas. Com esses e com outros

dívida, e não do objetivo nacional básico, que é o desenvolvimento económico e social.

i

No que se refere à questão da dívida, no contexto da América Latina, onde se concentra grande parte do endividamento externo, onze países constituíram o chamado Grupo de Cartagena.

O Consenso de Cartagena, que tem no Brasil um de seus mais ativos participantes, tem procurado insistentemente chamar a atenção dos países credores para o fato de que o problema da dívida externa está longe de ser resolvido.

A esse respeito, é digna de registro a decisão dos países integrantes do Consenso de Cartagena de fazer chegar, aos Chefes de Governo participantes da Reunião de Cúpula de Bonn, importante mensagem em que se explicou a urgência de um enfoque integral para o problema da dívida, que o coloque no contexto da necessária reformulação dos sistemas financeiro e comercial internacionais, portanto dentro de um diálogo político sobre a matéria. Trata-se, pois, de mais um esforço para demonstrar a dimensão política de negociações que, em última análise, condicionam o crescimento económico dos países endividados, e a possibilidade de pagamento dos débitos, sem gerar situações que impliquem recessão, desemprego e conseqüente tensão social.

Lamentavelmente, os principais países desenvolvidos, a julgar pela Declaração adotada em Bonn, ainda não se deram conta de que o diálogo político proposto pelo Grupo de Cartagena é mutuamente proveitoso, como forma de prevenir a tempo uma situação de maior dramaticidade, que traria graves repercussões para todos, credores e devedores.

Verificamos que o comércio internacional regido pelas normas do GATT representa, atualmente, algo em torno de 4/5 do total global. Ele é seis vezes maior, em valor real,

do que no pós-guerra. O período que medeia entre 1945 e 1973, espaço de uma geração, registra o maior surto de expansão económica da história da Humanidade. Essa expansão, em boa medida, pode ser creditada ao funcionamento das regras do multilateralismo nos sistemas internacionais de comércio e de pagamentos.

O **General Agreement on Tariffs and Trade**, idealizado e negociado pelas nações ricas, teve como objetivo primordial ordenar e disciplinar os conflitos que existiam entre elas no período de entre-guerra. Fundamentava-se na igualdade das Partes Contratantes, na reciprocidade das concessões e na observância automática da cláusula de nação mais favorecida entre todos os membros.

O Brasil aderiu ao Acordo em uma época em que sua participação no comércio internacional se resumia à exportação de poucos produtos tropicais, como café, cacau e açúcar. A igualdade jurídico-formal entre as Partes Contratantes, aceita por nós no momento da adesão, não levava na devida conta as diferenças de realidade económica existentes entre os participantes, nem criava, para os países em desenvolvimento, uma proteção comercial especial, isenta de reciprocidade para com os membros desenvolvidos. Tal salvaguarda era — e continua sendo — essencial aos países em desenvolvimento de economia não madura que ainda não têm condições de colocar, em termos de competição aberta, seus produtos manufaturados no mercado mundial.

Preocupa-nos sobremaneira o incremento do protecionismo dos países desenvolvidos, precisamente os que apresentam maiores condições de absorção das exportações dos países em desenvolvimento. Entendemos o protecionismo como uma recusa, por parte dos países industrializados, a proceder a reajustes estruturais importantes, aceitando uma divisão internacional do trabalho mais equitativa, que permita aos países em desenvolvimento explorar novas vantagens

comparativas. Nesse sentido, é preciso que os países ricos aceitem o princípio de que desenvolvimento implica ruptura com padrões tradicionais de intercâmbio; em outras palavras, desenvolvimento significa, também, criação de vantagens comparativas.

Preocupa-nos igualmente o crescente recurso ao bilateralismo no plano comercial.

Neste momento, o governo dos Estados Unidos exerce pressões sobre as Partes Contratantes do GATT, para que se realize nova rodada negociadora visando a liberalização do comércio internacional, e a ampliação do escopo do Acordo Geral às questões relacionadas a serviços e investimentos. Fortes pressões estão sendo exercidas, admitindo as autoridades norte-americanas até mesmo abandonar o sistema multilateral de trocas, hoje corporificado no GATT, para encaminhar-se rumo a uma política de acordos bilaterais com aqueles parceiros que eles considerem mais próximos do seu próprio modo de agir e entender. Já se vislumbra, entre os países desenvolvidos, consenso quanto à ideia de realização de tais negociações, embora ainda não estejam claros a data de seu início, nem tampouco seu conteúdo.

Esse desdobramento representa um desafio de extrema importância para a política externa brasileira. Encontramo-nos em fase ainda intermediária de industrialização, e necessitamos assegurar condições para a expansão e maturação plena do ciclo de crescimento que atravessamos.

Os países industrializados, em especial os Estados Unidos, encontram-se naquela fase de crescimento hoje denominada pós-industrial, baseada em serviços e na produção de bens de alta tecnologia. Por isso, é natural que tenham interesses diferentes e conflitantes com os nossos.

É digna de registro a falta de consenso, por ocasião da recente Reunião de Cúpula,

quanto a uma data precisa para o início de uma nova rodada de negociações comerciais, pois ela revela que permanece não resolvida mesmo entre os países ricos uma questão que se afigura fundamental para o Brasil e os demais países em desenvolvimento: a vinculação entre o encaminhamento dos problemas comerciais e das questões financeiras.

O Brasil não é contrário a qualquer iniciativa que vise a uma efetiva liberalização do comércio e que lhe permite concretamente ampliar sua participação relativa nas trocas internacionais. Considera, não obstante, que certas pré-condições devem ser preenchidas, por parte dos países ricos, antes que os países em desenvolvimento possam considerar a hipótese de participação em uma nova rodada comercial. Assim, os países desenvolvidos devem cumprir o compromisso formalmente adotado por ocasião da Reunião Ministerial do GATT de novembro de 1982, no sentido de não-adoção de novas barreiras e do desmantelamento das inconsistentes com os princípios do GATT. Devem, por outro lado, reconhecer a necessidade de tratamento diferenciado e mais favorável para os países em desenvolvimento em matéria comercial.

Coerentes com nossa posição, procuraremos, assim, em coordenação com os demais países em desenvolvimento, obter melhores condições institucionais para a colocação dos nossos produtos no mercado mundial. Buscaremos igualmente, em todos os foros, trabalhar no sentido de que os temas de natureza comercial sejam considerados em vinculação com os financeiros. Manteremos firme oposição a que se incluam novos temas, tais como serviços e investimentos, no âmbito do GATT.

Dentro do contexto que acabamos de expor, a diplomacia brasileira, no que diz respeito à política econômica externa, dará primazia a duas vertentes principais: à comercial, nos foros multilaterais, e em especial no GATT, procurando assegurar a de-

a visita do chanceler brasileiro à argentina

Comunicado de imprensa Brasil—Argentina, divulgado em Buenos Aires, em 21 de maio de 1985, por ocasião do término da visita do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Olavo Egydio Setúbal, àquele País.

Atendendo a convite do Governo argentino, o Ministro das Relações Exteriores, Olavo Egydio Setúbal, nos dias 20 e 21 de maio, realizou visita de trabalho à República Argentina.

Durante sua estada na Argentina, o Chanceler brasileiro foi recebido pelo Senhor Presidente da Nação, Dr. Raul Alfonsín, e efetuou visitas de cortesia ao Vice-Presidente e Presidente da Câmara de Senadores, Victor Martinez, e ao Presidente em exercício da Câmara dos deputados, Oscar Fapiano.

Nas reuniões de trabalho mantidas pelos Chanceleres, as conversações transcorreram em clima de fraterna cordialidade e de franqueza. Nessas oportunidades, foram examinadas, com ampla coincidência de pontos de vista, os principais assuntos regionais e multilaterais, no campo político, comercial e financeiro, bem como os temas bilaterais de maior urgência e prioridade de interesse dos dois países.

Com respeito ao tema da dívida externa, concordaram quanto à gravidade do proble-

ma para os dois países e quanto à necessidade de continuar os esforços que se realizam dentro da linha do Consenso de Cartagena.

Particular atenção foi dedicada à questão do intercâmbio comercial bilateral, registrando-se a vontade política comum, de assegurar que o comércio entre os dois países se realize em bases mais equilibradas.

Ainda sobre esse tema, concordaram quanto à necessidade de aumentar o fluxo do comércio bilateral, assim como de promover uma maior complementação industrial e de empreender novos projetos de cooperação econômica e tecnológica.

A visita evidenciou o especial interesse que ambos os Governos atribuem às relações bilaterais e sua decidida vontade de fortalecê-las e ampliá-las em todos os campos.

O Ministro Olavo Egydio Setúbal convidou seu colega Dante Caputo a visitar o Brasil. O convite foi aceito devendo a data ser fixada oportunamente.

embaixador da república popular da china recebe a ordem nacional do cruzeiro do sul

Discursos do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Olavo Setúbal, e do Embaixador da República Popular da China no Brasil, Xu Zhongfu, no Palácio do Itamaraty, em Brasília, em 22 de maio de 1985, por ocasião da solenidade em que o representante do Governo chinês recebeu do Chanceler brasileiro as insígnias da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul.

CHANCELER BRASILEIRO

Senhor Embaixador,

Vossa Excelência prepara-se para nos deixar, após mais de três anos de devotamento à causa das boas relações diplomáticas entre nossos dois países.

Em sua carreira diplomática, Vossa Excelência tem um histórico de dedicação às relações da China com os países do Continente americano. Foi possivelmente este acervo de conhecimento sobre a América que lhe permitiu a realização de um trabalho tão profícuo.

Durante os três últimos anos, os vínculos entre o Brasil e a China se intensificaram notavelmente, baseados no cumprimento, por ambas as Partes, da letra e do espírito do Comunicado Conjunto de 15 de agosto de 1974, que marca o início do relacionamento entre os Governos de Brasília e Pequim.

Senhor Embaixador,

Esta é uma oportunidade não só para despedidas, mas também para uma avaliação.

Apenas para me restringir ao período em que Vossa Excelência chefiou a Embaixada chinesa em Brasília, cabe mencionar que o intercâmbio comercial passou de US\$ 404 milhões, em 1982, para US\$ 818 milhões, em 1984. As exportações brasileiras, hoje amplamente diversificadas, englobam desde madeiras até produtos siderúrgicos. A China, por sua vez, tornou-se significativo exportador de petróleo para o Brasil e prossegue seus esforços para expandir e diversificar seu comércio com nosso país. A China é hoje o nosso décimo-quinto parceiro comercial. O Brasil é o terceiro parceiro comercial da China no Terceiro Mundo.

Por essencial que seja, não foi apenas o comércio que passou por acentuada expansão. A cooperação científica e tecnológica adensou-se em ritmo acelerado.

Comércio e cooperação científico-tecnológica completam-se e permitem o rápido avanço material do relacionamento bilateral. Mas o sustentáculo essencial de todo o processo tem sido o nascente diálogo polí-

tico, o empenho em destacar, para além das diferenças dos respectivos regimes sócio-econômicos, e com base no respeito pelas opções de cada parte, as áreas de convergência, as visões complementares, e em muitos casos coincidentes, quanto aos grandes problemas que marcam a cena internacional, em suas dimensões econômica e política.

As visitas em níveis ministerial e de Chefe de Governo, realizadas nos últimos anos, constituem marcos significativos deste amplo processo, no qual continuamos empenhados. Tenho manifestado a relevância que atribuirá a minha gestão às relações com a República Popular da China, em particular, e à Ásia em geral.

Ac deixar Brasília, Senhor Embaixador, Vossa Excelência pode estar seguro de que o Governo brasileiro muito apreciou a profícua atitude que a Embaixada chinesa desenvolveu, sob sua orientação, com vistas a fortalecer, em múltiplos níveis, os vínculos que ligam nossos Governos e nossos povos.

Foi durante o período em que Vossa Excelência esteve à frente da representação do seu país que se firmaram ou entraram em vigor importantes instrumentos jurídicos a nortear as nossas relações, como o Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica, o Acordo Nuclear, o Acordo para o estabelecimento do Consulado chinês em São Paulo e brasileiro em Xangai, o Acordo para a troca de adidos em nossas Embaixadas, os Ajustes complementares sobre ciência e tecnologia e o Protocolo adicional ao Acordo de Comércio.

Esses atos elevaram sobremaneira o nível do nosso relacionamento, e oferecem hoje ampla base legal para o estreitamento das relações econômicas, comerciais e de cooperação científica entre o Brasil e a China.

Senhor Embaixador,

Peço que aceite, juntamente com a Senho-

ra Xu Zhongfu, os melhores votos de felicidade pessoal e de êxito em suas novas funções.

Em reconhecimento pelos relevantes serviços prestados em favor das relações cada vez mais proveitosas entre o Brasil e a República Popular da China, o Senhor Presidente da República houve por bem agraciar Vossa Excelência com a Grã-Cruz da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul, com cujas insígnias tenho a honra de condecorá-lo.

Muito obrigado.

EMBAIXADOR CHINÊS

Excelentíssimos Senhor Ministro e Senhora, Senhoras e Senhores,

Em primeiro lugar, gostaria de manifestar o meu profundo sentimento de gratidão pela Condecoração que o Presidente da República me agracia, e pelas palavras de calor e amizade proferidas por sua excelência, o senhor ministro. A Condecoração Grã-Cruz da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul demonstra a amizade que o governo e o povo brasileiro têm para com o meu governo e o meu povo, é também uma grande honra para mim próprio. É com grande prazer que me reúno aqui com o senhor ministro e os amigos presentes no momento próximo de deixar vossa terra formosa.

As relações entre China e Brasil, países igualmente devotados à paz e voltados para a construção interna, têm sido excelentes, sem qualquer conflito e problema, o que constitui motivo de alegria para os povos dos dois países. Ao longo de mais de dez anos de estabelecimento das relações diplomáticas entre os dois países, alcançou estimulantes resultados a cooperação nos campos político, econômico, científico e tecnológico e cultural. Especialmente nos últi-

mos dois anos, os contatos diretos entre altos dirigentes dos dois países e as trocas de visita de diversas missões contribuíram para o aumento constante de confiança e entendimento mútuos. As relações de amizade e cooperação sino-brasileiras estão se desenvolvendo de forma rápida e saudável. O intercâmbio comercial bilateral, em rápido crescimento de ano em ano, poderá atingir o nível de 12 bilhões em este ano; a cooperação científica e tecnológica se intensifica cada vez mais, e como um fator ativo dá sua contribuição para promover o intercâmbio bilateral da área e para forçar a cooperação Sul-Sul; com a aproximação e contatos do pessoal do campo cultural, especialmente com a transmissão da telenovela brasileira "Escrava Isaura" na China, o intercâmbio cultural já deu passos satisfatórios. Hoje em dia, China e Brasil deixaram de ser países distantes e desconhecidos e se tornam amigos de maior harmonia e importantes parceiros comerciais. Como embaixador da República Popular da China no Brasil, sou testemunha do constante desenvolvimento dos laços amistosos entre China e Brasil, e me sinto extremamente honrado de poder servir a incrementação e estreitamento da amizade e cooperação sino-brasileiras. Estamos firmemente convencidos de que no futuro, as relações de amizade e cooperação entre os nossos dois países, assentadas em base de igualdade e benefício mútuo se expandirão tanto em termos de profundidade como de amplitude, dando novas contribuições para o fortalecimento da unidade do Terceiro Mundo e para a promoção da cooperação Sul-Sul. Da minha parte, continuarei os meus esforços para o desenvolvimento ainda maior das relações

de amizade e cooperação entre China e Brasil.

Excelentíssimo Senhor Ministro e Senhora, Senhoras e senhores,

É com muita satisfação que minha mulher e eu passamos três anos no vosso país lindo. Tanto em Brasília como em outras cidades, verificamos de perto a construção dinâmica do Brasil, ficamos impressionados com a convivência harmoniosa entre diferentes raças brasileiras, com a típica cultura e civilização do seu país e com a generosidade do povo brasileiro. Nesta ocasião, gostaria de lembrar especialmente o grande pioneiro do processo democrático do Brasil, dirigente respeitado pelo povo brasileiro, o presidente Tancredo Neves, prestando a minha homenagem ao fundador da Nova República. Tenho a plena confiança de que o Governo e povo brasileiros, unidos e dirigidos pelo presidente José Sarney, saberão enfrentar e superar as dificuldades, a fim de levar a efeito o legado do presidente Tancredo Neves e transformar seu país em um Estado com maiores êxitos.

Desejo finalmente aproveitar esta oportunidade para agradecer as colaborações e ajudas que a mim foram dadas pelo Governo brasileiro, pelo Itamaraty e por outros setores durante a minha gestão aqui em Brasília. Gostaria de fazer votos de muita prosperidade e felicidade para o Brasil eo povo brasileiro, , e de um constante desenvolvimento das relações de amizade e cooperação entre China e Brasil.

Muito obrigado

Itamaraty comemora o dia do diplomata

Discurso do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Olavo Setúbal, em 23 de maio de 1985, no Palácio do Itamaraty, em Brasília, por ocasião da solenidade comemorativa do Dia do Diplomata, que contou com a presença do Presidente José Sarney.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,
Minhas Senhoras,
Meus Senhores,
Jovens Formandos,

Muito nos honra Vossa Excelência com sua presença no dia de hoje. Já se tornou-uma expressiva tradição, na história desta Casa, a prática de vir o chefe da Nação presidir a cerimônia em que se reverencia, anualmente, o patrono da nossa diplomacia. E é também nesta data que, dentro do espírito de eficiência profissional e maturidade política legado pelo Barão do Rio-Branco, são acolhidos os diplomatas recém-formados, e que agora iniciam suas carreiras.

Senhor Presidente,

A vinda de Vossa Excelência ao Itamaraty cerca-se, este ano, de circunstâncias excepcionais. De um lado não há como se ocultar a tristeza de cada um de nós pelo destino do Presidente Tancredo Neves — a quem jamais deixaremos de admirar e homenagear por seus esforços em prol da construção de uma ordem aberta, justa e legítima. De outro lado, subjacente à ampla comoção nacional, as instituições públicas estão

a exibir uma vitalidade reveladora do nível de desenvolvimento político atingido pela sociedade brasileira.

Vossa Excelência, Senhor Presidente José Sarney, expressa a aliança de vontades que nos permitirá "encontrar, através do respeito mútuo e do diálogo responsável, o grau de consenso necessário à solução dos conflitos de interesses" — conforme as palavras escritas pelo Presidente Tancredo Neves para sua primeira Reunião Ministerial.

Meus caros formados,

Os jovens diplomatas da turma de 1985 têm, ao contrário de seus antecessores dos últimos dezesseis anos, uma característica ímpar: a de serem recebidos por um Ministro que não pertence aos quadros da carreira. Este cruzar de destinos, em momento tão dramático da nossa História, não pode deixar de instigar-nos à reflexão. São de todos conhecidos os valores permanentes que orientam a ação do Itamaraty. Esta Casa destaca-se por sua capacidade de ajustar-se às exigências sucessivas da evolução nacional, e de colocar-se mesmo, não poucas vezes, como fator de progresso político e social.

Desde minha posse, venho dedicando o melhor de meus esforços para consolidar ainda mais esta aliança entre a chancelaria e a sociedade cujos anseios e aspirações ela expressa. Como homem de raízes plantadas na atividade político-partidária e na livre empresa, pretendo fazer de minha gestão uma ponte através da qual possam transitar e convergir, entre os diferentes segmentos sociais e esta instituição, a maior soma possível de estímulos mutuamente vivificantes. Muito terei a ouvir, no convívio diário com a Casa de Rio-Branco, e igualmente muito desejo poder transmitir daquilo que estimo portar como homem representativo do meu tempo e da minha gente. Desta forma, estou certo de que estaremos todos contribuindo para que se mantenha em contínuo processo de aperfeiçoamento a Chancelaria brasileira.

Transição e evolução, bem como tradição e modernização, constituem, em vários planos, conceitos chaves do momento histórico que vivemos. Em meu discurso de posse tive ocasião de lembrar que me considero um elo a mais na cadeia de interpretações consecutivas que têm, ao longo do tempo, ajustado o legado de Rio Branco à dinâmica do interesse nacional e às pressões sempre cambiantes do quadro mundial. Enfatizei, também, a necessidade de uma atitude criativa na contínua adequação de nosso patrimônio diplomático às contingências da história.

A política externa brasileira deve apresentar-se unívoca, em métodos e critérios éticos e políticos, com as práticas internas e com o estilo próprio da Nova República. Ao iniciar minha gestão, convocado pelo eminente Presidente Tancredo Neves, fui por ele orientado a pautar a política exterior segundo os objetivos liberalizantes do Governo que se instalava. Nosso desejo comum é que possamos advogar, nos foros internacionais, o que realmente praticamos no plano nacional.

Esse postulado tem conotações simultâneas

de mudança e continuidade. Mudança, pelo ânimo de assentar conceitualmente a ação externa sobre a base renovada de instituições fundadas na democracia representativa, no Estado de direito e na justiça social. Continuidade, por outro lado, pois a própria história moderna da diplomacia brasileira revela-a em busca permanente de uma ordem internacional também assente em preceitos legais que assegurem o convívio harmonioso entre as Nações, e resguardecem os direitos das mais fracas face às mais fortes.

A defesa desses direitos jamais deve ser temporizada, pois os conflitos de interesse têm sido a característica maior na disputa pelo produto mundial. Ora condicionados por fatores essencialmente econômicos, ora determinados por fatores basicamente políticos, ora resultantes de entrecosques culturais, esses conflitos são fenômenos reais.

Em um contexto de entrecosque crescente de poder e de monopólio da capacidade destrutiva, o Brasil deve inspirar sua doutrina externa em critérios éticos e na força persuasiva do Direito e da negociação. Da defesa da igualdade soberana entre as Nações à adesão à causa da autodeterminação dos povos e da não ingerência, e daí à reivindicação de uma nova ordem econômica internacional, divisa-se um nítido fio condutor. É esta tradição, tantas vezes renovada, que será mantida em minha gestão.

Praticaremos uma diplomacia ciosa de sua origem democrática, e preocupada em projetar no plano externo as aspirações de uma cidadania em processo de restauração. Deverá ser ela também comprometida com critérios modernos de racionalidade e funcionalidade, e calibrada para produzir resultados em diapás com as expectativas da coletividade. Daí a fundamental importância da participação do Congresso Nacional, das forças empresariais e das entidades sindicais no grande debate sobre os rumos da diplomacia brasileira. Tenho eu mesmo buscado, com dedicação de parcela substancial

da minha agenda de trabalho, estreitar os contatos diretos com representantes de variados setores da comunidade, a fim de ouvi-los acerca das opções que se abrem à nossa atuação além-fronteiras.

Meus caros Formandos,

Desafiador é o cenário com que se defronta a diplomacia brasileira nas proximidades do terceiro milênio. A integração acelerada do país no mercado mundial de bens, serviços e capitais, a mundialização dos seus interesses — ainda que ténue em algumas direções — acarreta como consequência natural um empenho crescente face ao horizonte externo. Partilhando as esperanças de paz e crescimento material que se seguiram à II Guerra Mundial, uniu-se o Brasil, com entusiasmo, aos esforços de ordenamento e legalização das relações internacionais, tanto no plano político quanto no económico.

Hoje, presenciamos com apreensão a desagregação do grande organismo então constituído. Às expectativas da **détente** sucedeu-se a realidade crua de uma rebipolarização que artificializa o sistema de relações entre todos os países, submetendo-o à deformação brutal do jogo do poder entre as superpotências. A acumulação de arsenais de destruição e a conceituação do planeta como um palco para o holocausto ferem dramaticamente nossos sentimentos éticos de paz e justiça, e contrariam as aspirações fundamentais de progresso que animam a Humanidade como um todo. A diminuição do espaço da decisão partilhada, multilateral, e sua substituição pelo poder dos diretórios excludentes não pode convir às nações ainda em processo evolutivo, como a nossa.

A diplomacia parlamentar detém para o Brasil importância histórica, que se tem renovado ao longo das vicissitudes enfrentadas pela comunidade internacional. Impõe-se que continuemos a valorizar aqueles foros onde se busca a afirmação e manuten-

ção dos princípios basilares do Direito Internacional, e onde o convívio entre as nações é encarado como uma promessa permanente de cooperação e entendimento.

No plano das relações económicas internacionais, observa-se em nossos dias um fenómeno paralelo de obsolescência do sistema de Bretton Woods e da sua substituição por procedimentos de exceção, que tendem a estrangular os fluxos de intercâmbio e a enrijecer a ordem mundial. Os efeitos práticos desse processo têm sido, como todos sabem, nefastos para as nações em desenvolvimento, comprometendo-lhes as oportunidades de crescimento e modernização.

No pronunciamento dirigido à Nação, no dia 22 de abril, Vossa Excelência definiu a retomada do desenvolvimento e do nível de emprego como meta fundamental de ação no setor externo. Atento a essa diretriz, o Itamaraty prosseguirá em seus esforços em prol do estabelecimento de uma nova ordem económica internacional que melhor atenda às necessidades dos países em desenvolvimento. Não se perderá de vista, ademais, a atividade mais imediata de promoção de exportações e conquista de novos mercados para as exportações brasileiras. Para tanto mobilizarei a experiência negociadora desta Casa, e o valioso repertório de informações por ela acumulado na área do comércio internacional.

A busca de ampla margem de consenso em torno da necessidade de mudanças nas regras do jogo nas relações económicas internacionais está longe de ser mero exercício de retórica. Ela corresponde à própria diversificação ocorrida em nossas estruturas sócio-económicas. Nas últimas décadas, deixamos para trás a condição de simples país exportador de alguns poucos produtos tropicais, para, através de esforço perseverante de diversificação, atingirmos o estágio de exportador competitivo de ampla gama de produtos manufaturados.

Temos plena consciência da magnitude do desafio que enfrentamos. Embora se notem

indícios significativos de recuperação da atividade econômica nos países centrais, a natureza da crise que atravessamos não autoriza concluir que tal melhoria implique a retomada automática de crescimento das nações em desenvolvimento. O Brasil se vê diante de uma conjuntura externa das mais desfavoráveis. As altas taxas de juros, que elevam continuamente o já pesado fardo do serviço da dívida externa, somam-se à intensificação do protecionismo comercial nos países ricos, que inibe o crescimento das nossas exportações.

Não é este o momento para aprofundar-me no exame do vínculo evidente que existe entre o encaminhamento dos problemas a enfrentar na área financeira e das questões no campo comercial. O pagamento de nossos compromissos em matéria de dívida externa pressupõe a manutenção de significativos saldos comerciais. É hora de nossos parceiros desenvolvidos compreenderem que o recurso a mecanismos sempre renovados de proteção a setores com decrescente competitividade coloca em questão a própria viabilidade da estratégia por eles mesmos preconizada para lidar com o problema da dívida.

O encaminhamento das questões financeira e comercial deve ser processado a partir da perspectiva de uma retomada do crescimento dos países intermediários. Nesse contexto, portanto, teremos de explorar, de forma criativa, modificações necessárias no sistema econômico montado em Bretton Woods.

Desenvolvimento, bem-estar social, progresso material e soberania nacional são termos que se complementam. A todos eles é preciso acrescentar, hoje, o imperativo da emancipação tecnológica. Nenhuma nação moderna pode descurar da inovação tecnológica, entendida como concepção, expansão, codificação e emprego de tecnologia em larga escala. Com sua gama diversificada de recursos naturais, com sua dimensão continental e com sua vantagem competitiva, o

Brasil, de forma alguma, poderá fugir a essa realidade.

O que se encontra em jogo não é apenas a chave para o crescimento e a prosperidade. Igualmente ameaçadas estão a independência cultural e a estrutura social dos países em desenvolvimento. É por essa razão que o Brasil não pode deixar-se transformar em simples consumidor de tecnologias adaptadas a sociedades de nível material e cultural diferente.

Um mundo em mutação exige instituições dinâmicas, e o Itamaraty será por mim orientado a acompanhar as realidades do país e do mundo exterior. Sei que, da modernização organizacional operada desde os anos 30 à aquisição do instrumental de ação econômica no Governo Kubitschek, esta Casa esteve sempre em compasso com seu tempo. Fiel a essa tradição de renovada atualização, pretendo conduzir o Ministério das Relações Exteriores em sintonia com o espírito democrático da Nova República. As iniciativas de política externa devem ter representatividade política e interpretar a vontade geral, motivo pelo qual a instituição estará permanentemente aberta ao conhecimento da opinião pública, em particular de seu órgão de controle institucional, que é o Congresso Nacional.

1 mpõe-se também que as estruturas do Itamaraty, tanto a Secretaria de Estado quanto os postos no exterior, sejam objeto de um exame circunstanciado, à luz das prioridades políticas, econômicas e culturais do Brasil no estrangeiro. A própria carreira diplomática precisa refletir melhor, em sua organização básica e nos critérios de distribuição geográfica, as ênfases contidas na política externa. A diversificação e mundialização dos interesses nacionais pressupõem uma contrapartida nos quadros da diplomacia. Só a familiarização direta, pela alternância em postos na América Latina, na América do Norte, na África, na Europa, na Ásia e no Oriente Médio, poderá proporcionar ao funcionário de carreira uma vi-

vência autêntica desse espírito universalista que nos anima.

Senhor Presidente,

Há 40 anos atrás, no âmbito das comemorações do centenário de nascimento do Barão do Rio-Branco, era criado o estabelecimento de ensino que traz seu nome. Implantava-se o Instituto Rio-Branco com o objetivo específico de prover a formação básica do funcionário diplomático de carreira e assegurar seu contínuo aperfeiçoamento profissional. Fato auspicioso desde então a assinalar foi a democratização operada no processo de seleção do diplomata, doravante admitido aos quadros do Ministério tão somente por intermédio de concurso público. Após a realização de 40 exames vestibulares e 7 concursos de provas, o Instituto até hoje formou quase mil diplomatas, ou seja, praticamente a totalidade dos funcionários de carreira em serviço nos quadros do Itamaraty.

Ao longo desses quatro decênios, o Instituto sofreu diversas reformulações, destinadas, entre outras finalidades, a expandir a base geográfica de recrutamento dos candidatos ao exame vestibular, e adaptar seus currículos à acrescida diversificação de temas de interesse para a política exterior brasileira. Com o objetivo de promover a atualização de conhecimentos de interesse profissional, foram instituídos, em 1977, o Curso de Altos Estudos e o Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas, cuja conclusão constitui hoje pré-requisito legal para promoção em diferentes níveis da carreira.

A transferência do Instituto para Brasília, efetuada em 1976, representou o ponto de

partida para uma série de significativas inovações. Deu-se mais ênfase à profissionalização do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, com a instituição de estágios em diferentes unidades de trabalho da Secretaria de Estado. Iniciou-se a realização de viagens de instrução em território brasileiro, para ilustração *in loco* de aspectos importantes do desenvolvimento sócio-econômico do país. O Instituto vem também facultando a frequência do seu Curso Básico a bolsistas estrangeiros, provenientes de 25 outros países em desenvolvimento. Essa modalidade concreta de cooperação Sul-Sul vem contribuindo para o seu justo renome internacional.

Senhor Presidente,
Senhores Formandos,

A data de hoje encerra uma dupla comemoração. Cento e quarenta anos atrás nascia o Barão do Rio-Branco, fundador da moderna diplomacia brasileira, e patrono desta Casa. O mais significativo monumento à sua memória, entre tantos que se espalham pelo extenso território que ele ajudou a consolidar é a transmissão ininterrupta do seu legado pelo Itamaraty. É aqui, na continuidade do trabalho do Instituto Rio-Branco, que melhor se honra a sua memória. É aqui, e em cada lugar onde se opere o dia a dia da atividade diplomática, no trabalho jamais concluído de assegurar a defesa dos interesses do Brasil, que Rio-Branco permanece vivo.

Muito obrigado. *

* Na seção **Notícias**, página 114, uma informação sobre os 40 anos do Instituto Rio-Branco.

brasil co-patrocina projeto de resolução sobre as ilhas malvinas

Texto do pronunciamento do representante brasileiro na reunião do Conselho Permanente da Organização dos Estados Americanos (OEA), realizada em 30 de maio de 1985, referente a projeto de resolução sobre as Ilhas Malvinas.

Senhor Presidente,
Senhor Secretário de Estado,

Antes de mais nada, é meu desejo estender minha saudação cordial ao Secretário de • Relações Exteriores e Culto da República Argentina, que hoje, com sua presença, honra este Conselho Permanente.

Ao copatrocinar o Projeto de Resolução que versa a instalação de um aeroporto estratégico nas Ilhas Malvinas o Brasil reitera seus propósitos de paz — grande inspirador de sua política externa — e expressa seu de-

sejo de que a controvérsia sobre a soberania sobre o território em disputa seja resolvida pela via da negociação pacífica.

Cabe registrar, ainda uma vez a posição do Brasil, estabelecida há mais de 150 anos, de que não cabe dúvida de que a soberania da Argentina sobre as Ilhas é incontestável.

Esta Resolução traduz a posição de meu Governo de ver o Atlântico Sul como área de paz, livre de conflitos, servindo a sua vocação natural que é a de grande caminho aberto á aproximação e amizade dos povos.

"european management fórum" promove mesa redonda sobre o brasil

Palestra do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Olavo Setúbal, em 3 de junho de 1985, no Rio de Janeiro, por ocasião da mesa redonda sobre o Brasil, promovida pelo "European Management Fórum".

Constitui para mim motivo de satisfação comparecer á mesa redonda sobre o Brasil promovida pela "European Management Fórum" com o apoio da Associação Brasileira das Companhias Abertas — ABRASCA para falar sobre o papel internacional do Brasil. A reputação de seriedade das promoções do European Management Fórum, que congrega líderes políticos do Ocidente e representantes do mais alto nível do ramo empresarial, bem como da Associação que, no Brasil, está emprestando seu apoio ao evento traz-me a certeza de que este encontro permitirá um diálogo profícuo sobre a ação externa do primeiro Governo da Nova República.

Senhores,

Quando falamos de Nova República referimo-nos, naturalmente, ao processo de transição política que resultou no Governo da Aliança Democrática, iniciado no dia 15 de março passado. A nova administração surgiu sob o signo da fatalidade, uma vez que o homem que encarnara o complexo equilíbrio de forças da emergente coligação governamental, Tancredo Neves, desapareceu de forma trágica. Sua morte traumatizou a

Nação, que nele personificara enormes expectativas, e deixou um considerável vazio no sistema político. A manutenção do processo sucessório nos termos da Constituição representou uma evidência significativa de amadurecimento das instituições representativas no Brasil. Hoje, o Presidente José Sarney, sucessor constitucional e companheiro de Tancredo Neves na formação da vitoriosa coalizão partidária, conta com o apoio comprovado de parcelas majoritárias da opinião pública para implementar o projeto político da Aliança Democrática.

Esse projeto, já desdobrado em algumas reformas importantes na área institucional, tem, naturalmente, uma dimensão no campo do relacionamento externo. Tal dimensão foi sempre concebida em articulação orgânica com as práticas e valores da política interna.

O país que hoje procura reorganizar-se sobre as bases da democracia social e do pluralismo, não pode deixar de identificar-se com padrões de conduta capazes de traduzir tais valores no convívio entre os Estados. Praticaremos, assim, uma política externa respeitosa dos princípios do Direito

Internacional, dos preceitos da autodeterminação e da não-ingerência, e comprometida com a preservação da paz e com a promoção da cooperação internacional.

Uma diplomacia consciente de sua origem democrática não pode deixar, igualmente, de abrir-se ao diálogo em todos os níveis, tanto no plano exterior quanto no doméstico. Sinal visível dessa disposição é o novo tipo de relacionamento que está sendo criado entre o Itamaraty e o Congresso Nacional. Meu primeiro pronunciamento público sobre as linhas de ação externa da Nova República foi na Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados. Tenho também dedicado parcela substancial da minha agenda de trabalho a contatos com representantes dos mais variados setores da sociedade civil brasileira. Minha presença aqui, para expor aos Senhores alguns conceitos que reputo importantes, insere-se nesse esforço de comunicação e abertura. Tarefa, aliás, de que me desincumbo com prazer, pois, tendo raízes plantadas na política partidária e na livre empresa, sempre tive o gosto do diálogo.

Em pronunciamento que dirigiu à Nação no dia 22 de abril passado, o Presidente José Sarney definiu a retomada do desenvolvimento e do nível de emprego como preocupação fundamental da ação externa de seu Governo. O compromisso básico da diplomacia brasileira será, portanto, a promoção do desenvolvimento sócio-econômico do país. Tenho dito que em minha gestão se praticará uma Diplomacia para Resultados. Fundada em bases éticas, ela será flexível e realista, visando a resultados políticos, pela preservação da soberania e da dignidade nacional; resultados econômicos, pela reivindicação de melhores condições nos sistemas reguladores do comércio e das finanças, e pela geração de oportunidades para as exportações brasileiras.

Não se afigura fácil a realização de tais objetivos. Em momento algum de sua história de nação independente, foi tão crítica

para o Brasil sua ligação com o mundo além-fronteiras. A observação do cenário internacional, neste momento, não nos autoriza ao otimismo. A diluição da **détente** e o retorno à confrontação bipolar estreitam o campo de mobilidade política da comunidade mundial. Eventos internacionais, e mesmo acontecimentos internos pertencentes à história de países em natural processo evolutivo, são absorvidos pela dinâmica da confrontação Leste-Oeste, e convertidos em focos de tensão a ameaçarem a sorte da própria Humanidade. Não podemos concordar com uma Concepção do mundo em que a capacidade de destruir é a força determinante das relações interestatais. O pluralismo, por que ora optamos com tanta fé neste país, repele o maniqueísmo belicoso das superpotências.

Também nos preocupa o enfraquecimento e desprestígio dos instrumentos criados no segundo pós-guerra para conter e solucionar as controvérsias. Encontros de cúpula e decisões unilaterais a afetarem conjuntos de países proliferam em substituição aos mecanismos coletivos de decisão. O enfraquecimento da dimensão multilateral é grave sintoma de desagregação política e econômica das relações internacionais.

A conjuntura externa particularmente complexa com que se defronta o Brasil amplia a magnitude do desafio que enfrentaremos. Embora se verifiquem indícios significativos de recuperação da atividade econômica nos principais países industrializados, a natureza da crise que atravessamos não autoriza concluir que tal melhoria implique a retomada do crescimento econômico das nações em desenvolvimento. As altas taxas de juros, que elevam continuamente o já pesado fardo do serviço da dívida externa, somam-se à intensificação do protecionismo comercial nos países ricos, que inibe o crescimento das nossas exportações.

É evidente o vínculo existente entre o encaminhamento dos problemas a enfrentar

na área financeira e das questões no campo comercial. O pleno cumprimento de nossos compromissos em matéria de dívida externa pressupõe a manutenção de significativos saldos comerciais. É hora de nossos parceiros desenvolvidos compreenderem que o recurso a mecanismos sempre renovados de proteção a setores com decrescente competitividade coloca em questão a própria viabilidade da estratégia por eles mesmos preconizada para lidar com o problema da dívida.

O encaminhamento das questões financeira e comercial deve ser processado a partir da perspectiva de uma retomada do crescimento dos países intermediários. Nesse contexto, portanto, teremos de explorar, de forma criativa, modificações necessárias no sistema económico montado em Bretton Woods, com vistas ao estabelecimento de uma nova ordem económica internacional que melhor atenda às necessidades dos países em desenvolvimento.

No plano financeiro, a partir de 1971 quando os EUA romperam o **gold exchange system**, o dólar, moeda de reserva e de troca internacional, deixou de obedecer a qualquer disciplina estabelecida multilateralmente. O sistema monetário converteu-se no **dollar system**. Essa medida constituiu, sem dúvida, o principal fator a conduzir-nos à presente situação, em que a política monetária norte-americana passou a reger todo o sistema financeiro internacional.

Uma de suas conseqüências foi a elevação da taxa de juros internacional, em proporções jamais observadas, e, em conseqüência, a criação de um quadro desfavorável aos países importadores líquidos decapitais. No processo de ajustamento, verifica-se inaceitável assimetria de obrigações no tocante às políticas económicas: enquanto os países em desenvolvimento são convocados a seguir rígidos parâmetros em matéria de política macro-econômica, os EUA não se sentem obrigados a observar maior disciplina nesse campo, gerando, com isso, profundas

repercussões negativas para todo o resto do mundo.

Esse quadro tem merecido a condenação da parte do Brasil e de outros países nas mesmas circunstâncias. Só mais recentemente, entretanto, os próprios países industrializados, sobretudo os europeus, passaram a levantar objeções a tal situação, especialmente em função da desordenada — e por vezes incontrollável — flutuação de suas moedas em relação ao dólar.

O Brasil não aceita que o sistema financeiro internacional seja mudado exclusivamente segundo a ótica dos países ricos, sem participação dos países em desenvolvimento, mesmo porque estes, no momento, estão sofrendo os resultados mais devastadores da desordem financeira prevalecente.

Considera igualmente inadiável a ampliação dos recursos do Banco Mundial e do BID pois eles podem e devem ser utilizados no combate aos ciclos de depressão económica, ao contrário dos recursos do sistema financeiro privado, que tendem a se retrair nos ciclos depressivos, agravando o impacto destes.

Entendemos que a estabilização financeira não é meta que possa ser aceita independentemente do objetivo maior que é o desenvolvimento sócio-econômico, especialmente pelas áreas pobres do planeta.

Vale notar, entretanto, que a Declaração adotada no recente Encontro de Cúpula dos sete principais países industrializados do Ocidente, realizado em Bonn, em maio último, apresentou, no tocante a temas financeiros, resultados inteiramente insatisfatórios sobre importantes questões para os países em desenvolvimento, tais como a reforma das estruturas financeiras internacionais e o necessário incremento dos recursos reais do Banco Mundial e do FMI. Aliás, cabe aqui observar que as reuniões de cúpula e as expectativas que geram estão baseadas na visão equivocada de que as so-

Soluções dos problemas da economia internacional podem ser encaminhadas em um círculo restrito de países, **que** compõem o diretório dos industrializados.

A interdependência entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, apesar de teoricamente reconhecida em documentos do tipo do Comunicado de Bonn, não se traduz em uma real vontade política de cooperar e de buscar, em foro amplo e em condições de igualdade, soluções para problemas comuns.

A forte elevação dos preços do petróleo ocorrida na década de 70 gerou efeito sem dúvida perturbador no curso recente do comércio internacional. Creio ser desnecessário alongar-me sobre as consequências desse fato para meu país, e para outros países em desenvolvimento não-produtores de petróleo.

Os países desenvolvidos procuraram reequilibrar sua balança comercial através de políticas monetárias ortodoxas, e do protecionismo comercial. Desencadeou-se ao mesmo tempo, como seria de esperar, uma onda inflacionária que atingiu todos os países, em graus variáveis, mas com muito maior intensidade os países em desenvolvimento.

Estes buscaram ajustar-se à situação, aceitando a posição de destinatários da reciclagem, pelo sistema financeiro internacional, dos dólares oriundos dos países produtores de petróleo, então às voltas com enorme superávit em seus balanços de pagamentos. Tal situação elevou a um nível extraordinariamente alto a dívida dos países do Terceiro Mundo, a qual representa, hoje, o seu maior desafio no plano das relações econômicas externas.

No que se refere ao encaminhamento do problema da dívida externa, um grupo significativo de países latino-americanos, reunidos em junho de 1984 na cidade colombiana de Cartagena, tendo presente o agravamento da crise do endividamento, de-

cidiu propor a realização de um diálogo político entre devedores e credores. Formou-se então o Consenso de Cartagena, integrado por Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, México, Peru, República Dominicana, Uruguai e Venezuela, e que tem no Brasil um de seus mais ativos participantes. O Grupo de Cartagena tem procurado insistentemente chamar atenção dos países credores para o fato de que o problema da dívida externa está longe de ser resolvido.

A esse respeito, é digna de registro a decisão dos países integrantes do Consenso de Cartagena de fazer chegar, aos Chefes de Governo participantes da Reunião de Cúpula de Bonn, importante mensagem em que se explicou a urgência de um enfoque integral para o problema da dívida, que o coloque no contexto da necessária reformulação dos sistemas financeiro e comercial internacionais, portanto dentro de um diálogo político sobre a matéria. Tratou-se, pois, de mais um esforço para demonstrar a dimensão política de negociações que, em última análise, condicionam o crescimento econômico dos países endividados, e a possibilidade de pagamento dos débitos, sem gerar situações que impliquem recessão, desemprego e conseqüente tensão social.

Na busca de novos patamares de valor para o comércio exterior brasileiro, preocupamos sobremaneira o incremento do protecionismo dos países desenvolvidos, precisamente os que apresentam maiores condições de absorção das exportações dos países em desenvolvimento. Entendemos o protecionismo como uma recusa, por parte dos países industrializados, a proceder a reajustes estruturais importantes, aceitando uma divisão internacional do trabalho mais equitativa, que permita aos países em desenvolvimento explorar novas vantagens comparativas. Nesse sentido, é preciso que os países ricos aceitem o princípio de que desenvolvimento implica ruptura com padrões tradicionais de intercâmbio; em outras palavras, desenvolvimento significa,

também, criação de vantagens comparativas.

Preocupa-nos igualmente o crescente recurso ao bilateralismo no plano comercial.

Neste momento, os principais países desenvolvidos vêm propugnando pela realização de uma nova rodada de negociações comerciais no âmbito do Acordo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio (GATT). Alguns pretendem a ampliação do escopo do Acordo Geral às questões relacionadas a serviços e investimentos. Observa-se com apreensão a intensificação das pressões que vêm sendo exercidas para que se inicie a nova rodada, admitindo as autoridades norte-americanas até mesmo abandonar o sistema multilateral de trocas, hoje corporificado no GATT, para encaminhar-se rumo a uma política de acordos bilaterais com aqueles parceiros que eles considerem mais próximos do seu próprio modo de agir e entender.

Esse desdobramento representa um desafio de extrema importância para a política externa brasileira. Encontramo-nos em fase ainda intermediária de industrialização, e necessitamos assegurar condições para a expansão e maturação plena do ciclo de crescimento que atravessamos. Nesse sentido reveste-se de particular relevância para o Brasil ampliar cada vez mais sua participação no mercado internacional, e, concomitantemente manter mecanismos de defesa dos setores ainda não aptos a enfrentar, em condições de livre concorrência, a produção dos países altamente industrializados.

Os países industrializados encontram-se naquela fase de crescimento hoje denominada pós-industrial, baseada em serviços e na produção de bens de alta tecnologia. Por isso, é natural que tenham interesses diferentes e conflitantes com os nossos.

É digna de registro a falta de consenso, por ocasião da recente Reunião de Cúpula, quanto a uma data precisa para o início de

uma nova rodada de negociações comerciais, pois ela revela que permanece não resolvida, mesmo entre os países ricos, uma questão que se afigura fundamental para o Brasil e os demais países em desenvolvimento: a vinculação entre o encaminhamento dos problemas comerciais e das questões financeiras.

O Brasil não é contrário a qualquer iniciativa que vise a uma efetiva liberalização do comércio e que lhe permita concretamente ampliar sua participação relativa nas trocas internacionais. Considera, não obstante, que certas pré-condições devem ser preenchidas, por parte dos países ricos, antes que os países em desenvolvimento possam considerar a hipótese de participação em uma nova rodada comercial. Assim, os países desenvolvidos devem cumprir o compromisso formalmente adotado por ocasião da Reunião Ministerial do GATT de novembro de 1982, no sentido de não-adoção de novas barreiras e do desmantelamento das inconsistentes com os princípios do GATT. Devem, por outro lado, reconhecer a necessidade de tratamento diferenciado e mais favorável para os países em desenvolvimento em matéria comercial.

Coerentes com nossa posição, procuraremos, assim, em coordenação com os demais países em desenvolvimento, obter melhores condições institucionais para a colocação dos nossos produtos no mercado mundial. Buscaremos igualmente, em todos os foros, trabalhar no sentido de que os temas de natureza comercial sejam considerados em vinculação com os financeiros. Manteremos firme oposição a que se incluam novos temas, tais como serviços e investimentos, no âmbito do GATT.

Dentro do contexto que acabamos de expor, a diplomacia brasileira, no que diz respeito à política externa, dará primazia a duas vertentes principais: a comercial, nos foros multilaterais, em especial no GATT, procurando assegurar a defesa de nossos interesses de país em desenvolvimento, e a

financeira, no âmbito do Consenso de Cartagena, onde procurará operacionalizar postulados de natureza política cada vez mais presentes na discussão da dívida externa dos países latino-americanos.

Senhores,

As dificuldades conjunturais que enfrentamos no plano económico tornam ainda mais estimulante o desafio que representa a tarefa de conduzir a política externa do Brasil. Com efeito, sem eludir os problemas de curto prazo, não podemos esquecer que o Brasil, que já construiu uma das dez maiores economias do mundo ocidental, ainda apresenta um potencial de crescimento económico considerável, se levamos em

conta sua ainda significativa capacidade de expansão industrial e agrícola, o contínuo aperfeiçoamento de seus recursos humanos e a firme decisão, que é de toda a Nação, de superar a condição de país subdesenvolvido.

Ao concluir, formulo votos por que o presente encontro permita aos Senhores uma visão clara das amplas perspectivas que o Brasil da Nova República apresenta e a certeza de que estamos firmemente decididos, a despeito das limitações de um processo de ajustamento certamente penoso, a retomar a trilha do crescimento económico.

Muito obrigado.

brasil e portugal ratificam acordo de co-produção cinematográfica

Palavras do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Olavo Setúbal, no Palácio do Itamaraty, em Brasília, em 4 de junho de 1985, por ocasião da cerimônia de troca dos Instrumentos de Ratificação do Acordo de Co-Produção Cinematográfica entre o Brasil e Portugal.

Senhor Embaixador de Portugal,
Minhas Senhoras e meus Senhores,

É com muito agrado que procedo hoje à troca de instrumentos de ratificação do Acordo de Coprodução Cinematográfica Brasil-Portugal. Seria desnecessário enfatizar a importância dos laços culturais que nos unem a Portugal. São mais do que laços, são raízes através das quais recebemos muito do que hoje somos como povo e como nação. O Acordo ora ratificado representa oportuna modernização das nossas relações culturais.

Brasil e Portugal possuem cinematografias de qualidade. Sua aproximação, nos termos do Acordo, propiciará um intercâmbio profícuo de experiências e poderá fortalecer a produção nacional em cada uma das Partes, bem como sua divulgação nos países de língua comum.

Com os votos de que o instrumento que acabamos de por em vigor produza frutos a breve prazo, congratulo-me com Vossa Excelência e com os cineastas portugueses que, estou certo, se juntarão aos brasileiros numa atividade de alto valor para nossas relações culturais.

conferência interparlamentar europa-américa latina

Discurso do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Olavo Setúbal, no Congresso Nacional, em Brasília, em 20 de junho de 1985, por ocasião do encerramento da Conferência Interparlamentar Europa—América Latina.

Encerra-se hoje mais uma Conferência Interparlamentar reunindo representantes do Parlamento Europeu e do Parlamento Latino-Americano. O alto nível dos debates e dos documentos produzidos nos últimos quatro dias testemunha a densidade do relacionamento político entre a Comunidade Europeia e os países da América Latina.

O Brasil da Nova República exprime sua satisfação por ter sido escolhido como palco do exercício democrático que aqui se produziu desde o último domingo. Honra-nos abrigar, ainda que por poucos dias, o "parlamento político" de dois continentes.

A experiência histórica ensina que o desenvolvimento democrático repousa na valorização do Parlamento. Posso dizer-lhes que, em meu país, toma corpo um relacionamento mais criativo entre o Executivo e o Legislativo. O Governo federal abre-se à opinião nacional, ao formular suas diretrizes de ação política e administrativa. Meu primeiro pronunciamento público teve lugar na Câmara dos Deputados, onde debati extensamente os rumos da política externa do Governo que se inicia.

Senhores Parlamentares,

Somando-se aos tradicionais vínculos históricos, económicos e culturais que unem os povos da América Latina aos povos da Comunidade Europeia, o sistema de conferências periódicas entre o Parlamento Europeu e o Parlamento Latino-Americano converteu-se em autêntica instituição política, e em marco simbólico de uma forma original de democracia parlamentar: a co-operação entre legislativos regionais.

Sobre constituir uma experiência nova no campo do intercâmbio político em escala mundial, a decisão de se promoverem conferências interparlamentares deste tipo representa uma iniciativa de alto significado para a democratização das relações internacionais. Já se tinha em conta o papel positivo desempenhado pelo Parlamento Europeu e pelo Parlamento Latino-Americano, dentro de suas características próprias, nos respectivos processos de integração regional e no desenvolvimento das relações entre os dois continentes. Caberá agora creditá-los também com terem inaugurado uma nova modalidade de cooperação internacional que amplia e enriquece o escopo das organizações multilaterais tradicionais.

Tal experiência apenas se tornou possível a partir da adesão a um conjunto de valores

que servem de fundamento à civilização ocidental contemporânea: a crença na paz e na possibilidade de se arbitrarem os conflitos por via negociada; a aceitação dos princípios de não-intervenção e não-ingerência nos assuntos internos dos Estados; a defesa intransigente da democracia pluralista, da justiça social e o respeito aos direitos do homem.

A opção doméstica por um sistema aberto de poder reflete-se de várias maneiras no plano da ação externa. Países que constróem a democracia sobre os fundamentos do pluralismo não podem deixar de identificar-se com padrões de conduta capazes de traduzir tais princípios no convívio entre as nações.

Preocupa-nos o estado presente das relações internacionais, tanto no terreno político quanto no económico. O retorno à confrontação Leste-Oeste, que ora presenciamos, deforma o significado da própria história contemporânea, reduzindo-a à expressão simplista de um choque entre superpotências. Alimentadas por essa dinâmica artificial e perigosa, numerosas crises regionais se eternizam como ameaças à paz e à preservação mesma da vida no planeta.

Esses conflitos se produzem ao mesmo tempo em que se debilitam e se desprestigiam os instrumentos criados há quarenta anos para conter e solucionar as controvérsias. Vejo o enfraquecimento da dimensão multilateral como grave sintoma de desagregação económica e política das relações interestatais. Nosso pensamento é que a legalidade das estruturas mundiais de convívio repousa sobre a existência e o funcionamento adequado dos organismos multilaterais criados no segundo pós-guerra. A atividade desses órgãos coletivos não pode nem deve ser substituída pelos encontros de cúpula e por decisões unilaterais em matérias a afetarem o conjunto da família humana.

Senhores Parlamentares,

Esta Conferência realiza-se num momento em que a América Latina ingressa em nova etapa de seu longo, e por vezes acidentado percurso democrático. Ao mesmo tempo, o continente atravessa a mais profunda crise económica de toda sua história. E encorajador que a crise atual não se faça acompanhar de novo surto autoritário. Ao contrário, ela parece ter reforçado a tendência à busca de soluções no quadro mesmo do regime representativo.

As tarefas com que se defrontam os países latino-americanos. representam um verdadeiro desafio à imaginação criadora das suas lideranças. Trata-se de prosseguir no caminho do desenvolvimento económico, corrigir as graves distorções de caráter social, e administrar recursos que se tornaram mais escassos em razão da gigantesca transferência de divisas em pagamento do serviço da dívida externa.

O problema do endividamento externo se nos afigura, de todos, o mais grave, pois que incide diretamente sobre a capacidade de investimento e afeta de maneira crítica o processo de desenvolvimento económico. O serviço da dívida traduz-se em pesado ónus para os países da América Latina, praticamente convertidos em exportadores líquidos de recursos para os países ricos. O Brasil transferiu no ano passado 4% de seu Produto Interno para o exterior, e comprometeu 40% de sua receita exportadora com os pagamentos dos juros da dívida. Como foi afirmado neste foro, uma vez que se reconhece a partilha de responsabilidade na geração do problema do endividamento, caberia agora partilhar também os encargos na busca de uma solução mutuamente aceitável. No processo de ajustamento verifica-se, entretanto, inaceitável assimetria de obrigações no tocante às políticas económicas: enquanto os países em desenvolvimento são convocados a seguir rígidos parâmetros de reajuste, os países desenvolvidos se recusam a qualquer compromisso de maior disciplina multilateral.

A sessão extraordinária do Parlamento Latino-Americano sobre dívida externa, realizada em julho de 1984, já havia afirmado a necessidade de uma negociação global dessa questão. Documento sobre a dívida externa da América Latina apresentado nesta Conferência reconheceu que deve haver divisão de responsabilidades entre credores e devedores, apelou para a redução substancial dos atuais níveis de juros, e propôs a vinculação da amortização à capacidade real das economias dos países devedores.

A Resolução aqui adotada, convocando uma Assembleia Extraordinária do Parlamento Latino-Americano, com participação ampliada da delegação do Parlamento Europeu, para tratar do tema do endividamento dos países da América Latina, representa uma iniciativa de alto significado. Os parlamentares que deverão reunir-se em Montevideo, no próximo mês de outubro, assumem portanto uma grande responsabilidade: a de avaliar de forma abrangente o problema, e contribuir para o encaminhamento de uma solução negociada.

Temos insistido em que existe um vínculo claro entre o encaminhamento dos problemas a enfrentar na área financeira e as questões pendentes no campo comercial.

A solução do problema da dívida externa passa pela reformulação das regras que regem o comércio mundial e o mercado financeiro internacional. O pagamento de nossos compromissos financeiros pressupõe a manutenção de significativos saldos comerciais. É hora de nossos parceiros desenvolvidos compreenderem que o recurso a mecanismos de proteção a setores com decrescente competitividade coloca em questão a própria viabilidade da estratégia por eles mesmos preconizada para lidar com o problema da dívida.

Entendemos o protecionismo como uma recusa, por parte dos países industrializados, a proceder a reajustes estruturais importantes, aceitando uma divisão internacional do

trabalho mais equitativa, que permita aos países em desenvolvimento explorar novas vantagens comparativas.

A própria Comunidade Europeia não logrou escapar das pressões protecionistas de seus membros, o que, aliado aos efeitos da Política Agrícola Comum contribui para diminuir o acesso dos países menos desenvolvidos aos mercados comunitários. Os esquemas de subsídio a produtos agrícolas não apenas prejudicam a demanda por produtos similares oriundos da América Latina, como desorganizam o mercado internacional pela exportação de excedentes a preços de **dumping**.

A reforma do Sistema Geral de Preferência da Comunidade Europeia, com a aplicação seletiva do princípio de **graduation** aos produtos mais competitivos de determinados países, resultará igualmente no declínio das exportações dos países em desenvolvimento que buscaram a eficiência no setor industrial.

Neste momento, desenvolvem-se consultas para que se realize nova rodada negociadora no âmbito do GATT, visando à liberalização do comércio internacional e ao exame de questões relacionadas a serviços e investimentos.

Na recente reunião informal de Estocolmo sobre comércio, de que participaram 21 ministros representando países desenvolvidos e em desenvolvimento, e à qual estive presente, procedeu-se a uma ampla troca de ideias sobre os problemas do comércio e sobre o inter-relacionamento entre estes e as questões financeiras e monetárias. Considerando, com outros representantes de países em desenvolvimento, que não estão reunidas condições para uma nova rodada de negociações globais sobre o comércio de bens e de serviços, sugeri fossem desmenbrados desde logo os dois processos, isto é, o tratamento das questões sobre bens e aqueles relacionados a serviços. A ideia de uma eventual negociação sobre comércio de ser-

viços, desde que conduzida de forma totalmente independente da negociação sobre bens, é a mais suscetível, parece-me, de preservar os interesses dos países em desenvolvimento.

Senhores Parlamentares,

É auspicioso notar que desde a última Conferência Interparlamentar, realizada em Bruxelas em 1983, diversos países da América do Sul e Central puderam escolher livremente seus parlamentos nacionais, solicitando em seguida seu reingresso no Parlamento Latino-Americano. A Ata Final que acaba de ser aprovada torna-se assim mais representativa das tendências e dos interesses regionais. Esperamos que, na próxima Conferência Interparlamentar, outros países venham juntar-se a nós.

Reconhecemos o papel político que pode e deve desempenhar o Parlamento Latino-Americano no processo de integração continental e na tarefa de solidificação das bases da democracia liberal na região. Reafirmo o apoio do Governo brasileiro ao projeto do Tratado que prevê a institucionalização do Parlamento Latino-Americano: a iniciativa está sendo examinada cuidadosamente, de forma a permitir a elaboração de um proje-

to suscetível de receber a aprovação de uma ampla maioria das partes potencialmente interessadas.

Em contraste com uma preocupante situação económica, o quadro político latino-americano oferece motivos para esperança. Na maioria dos países do continente, o sistema de eleições livres em bases pluripartidárias tornou-se o critério essencial de legitimação. A crise económica deixou de ser sinónimo de anarquia política, mas não pode deixar de exercer influências nas tendências de mobilização social e de participação política. Demandas irreprimíveis e recursos limitados levam naturalmente a tensões sociais, e podem colocar em risco a estabilidade das instituições políticas. O momento que vivemos demonstra que o ciclo autoritário não é uma fatalidade, e que o regime democrático pode canalizar com sucesso as demandas populares e construir pactos sociais mesmo em condições de crise sócio-económica. Desejamos ver em encontros como o presente o sinal da solidariedade europeia face às vicissitudes latino-americanas. A Comunidade Europeia e o Parlamento Europeu têm um papel a desempenhar no processo de consolidação democrática da América Latina.

Muito obrigado.

relações diplomáticas

designação de embaixador brasileiro

Ramiro Saraiva Guerreiro, para Embaixador na **Itália**, em 15 de março de 1985.

entrega de credenciais de embaixadores estrangeiros

Alex D. Zakythinos, da **Grécia**, e José Jaime Nicholls S.C., da **Colômbia**, em 14 de maio de 1985.

Cotubanamá Dipp Billini, da **República Dominicana**, em 18 de junho de 1985.

Tratados Acordos Convênios

brasil e canada assinam cinco ajustes complementares ao acordo de cooperação técnica

O Ministro de Estado das Relações Exteriores, Olavo Setúbal, e o Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Canadá, Anthony Tudor Eyton, assinaram, no Palácio do Itamaraty, em Brasília, cinco Ajustes Complementares ao Acordo de Cooperação Técnica de 2 de abril de 1975: Ajuste sobre o projeto Cooperação Técnica visando o treinamento de técnicos de cinema e animadores de cinema de animação, bem como o estabelecimento de um Centro Técnico Audiovisual e de quatro núcleos regionais de produção de cinema de animação, assinado em 19 de abril de 1985; Ajuste que dispõe sobre um projeto de Cooperação Técnica para o Aperfeiçoamento de Cientistas e Técnicos Brasileiros nos Métodos e nas Técnicas de Pesquisas na Área de Plantio Direto e Ajuste que dispõe sobre um projeto de Cooperação Técnica " para o aperfeiçoamento de inspetores federais de carne e de classificadores de carcaças no Brasil, assinados em 23 de maio de 1985; Ajuste que dispõe sobre um projeto de Cooperação Técnica para o aperfeiçoamento de cientistas e técnicos brasileiros no estabelecimento e na operacionalização de um sistema computadorizado de dados de solos para o Estado de São Paulo e Ajuste que dispõe sobre um projeto de Cooperação Técnica para o aperfeiçoamento de cientistas e técnicos brasileiros nos métodos de pesquisas zootécnicas relacionadas com o gado de leite, assinados em 30 de maio de 1985.

AJUSTE SOBRE COOPERAÇÃO TÉCNICA PARA TREINAMENTO DE TÉCNICOS DE CINEMA

A Sua Excelência o Senhor Anthony Tudor Eyton, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Governo do Canadá.

Senhor Embaixador,

Os Acordos Bilaterais do Brasil com outros Países, cuja íntegra está sendo publicada nesta **Resenha**, localizados nas páginas 71 a 96, são aqueles que foram assinados no segundo trimestre de 1985 e que entraram em vigor imediatamente após a assinatura.

Tenho a honra de acusar o recebimento da Nota B — 62, datada de 19 de abril de 1985, de Vossa Excelência, cujo teor em português é o seguinte:

"Excelência,

Com referência à Nota Verbal nP **DCOPT/DCS/ 72/644** (B46) (B10), de 31 de outubro de 1983, do Ministério das Relações Exteriores do Brasil bem como ao Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo do Canadá e o Governo da República Federativa do Brasil, de 2 de abril de 1975, tenho a honra de propor, em nome do Governo do Canadá e nos termos do Artigo II do Acordo supramencionado, o seguinte Ajuste Complementar, tendo por objeto um projeto de cooperação técnica visando o treinamento de técnicos de cinema e animadores de cinema de animação, o estabelecimento de um centro técnico audiovisual e de quatro núcleos regionais de produção de cinema de animação. Este Ajuste complementar está em conformidade com os termos do Acordo de Cooperação Técnica, exceto quanto à responsabilidade do custeio das diárias do pessoal canadense vindo para trabalhar no Brasil por períodos inferiores a 30 dias de cada vez, responsabilidade esta que será assumida pelo Governo do Canadá, conforme previsto no presente Ajuste.

1

1. O Governo do Canadá designa a Agência Canadense para o Desenvolvimento Internacional (doravante denominada CIDA) como agência responsável pelo cumprimento das obrigações decorrentes deste Ajuste Complementar.

2. A CIDA designa o **National Film Board** (doravante denominada NFB) como agência responsável pela execução deste projeto, em seu nome.

II

O Governo da República Federativa do Brasil designa:

a) a Secretaria de Cooperação Económica e Técnica Internacional da Secretaria de Planejamento da Presidência da República (doravante denominada **SUBIN**)

como agência responsável pela verificação do cumprimento das obrigações decorrentes deste Ajuste Complementar;

- b) o Ministério da Cultura (doravante denominada MC) como responsável pela coordenação da implementação deste projeto; e
- c) a Empresa Brasileira de Filmes S.A. (doravante denominada EMBRAFILME) como agência responsável pela operacionalização e a administração da contrapartida do projeto.

III

Os objetivos deste projeto são os de aperfeiçoar a qualidade do som dos filmes produzidos no Brasil, melhorar o controle de qualidade e a manutenção dos equipamentos cinematográficos e desenvolver o cinema de animação, e serfio alcançados mediante a execução das seguintes atividades:

- a) estágio práticos de técnicos brasileiros no Canadá;
- b) programas de treinamento e serviços de consultoria prestados por especialistas canadenses no Brasil;
- c) fornecimento de equipamentos cinematográficos e material de treinamento essenciais;
- d) estabelecimento de estúdios de mixagem, instalações para a manutenção dos equipamentos e controle de qualidade e um estúdio de animação num espaço central;
- e) estabelecimento de quatro núcleos regionais de produção de cinema de animação.

IV

Como contribuição a este projeto, o Governo do Canadá concorda em prover, em tempo hábil, o seguinte:

- a) aproximadamente setenta (70) pessoas/mês de treinamento no Canadá e aproximadamente quarenta e uma (41) pessoas/mês de serviços didáticos e de consultoria no Brasil;
- b) instalações, equipamento, material e provisões necessários ao programa de treinamento no Canadá, de acordo com as normas da CIDA;
- c) custeio das passagens aéreas internacionais e domésticas, ajudas de custo e outros benefícios para estagiários brasileiros no Canadá, de acordo com as normas da CIDA;
- d) custeio das passagens aéreas internacionais, salários e ajudas de custo para especialistas canadenses minis-

trando estágios de treinamento no Brasil, incluindo as diárias para pessoal canadense trabalhando no Brasil por períodos inferiores a 30 dias de cada vez;

- e) equipamentos selecionados, essenciais à concretização do projeto, e os materiais necessários ao treinamento em técnicas de cinema e animação;
- f) os serviços do National Film Board (NFB), o qual agirá como agência responsável pela administração, gerência e implementação do projeto.

2. Fica acordado que o total da contribuição canadense não ultrapassará Cdn\$ 1.908.500 (um milhão novecentos e oito mil e quinhentos dólares canadenses), incluindo os custos da administração do projeto pelo NFB e os da avaliação por parte da CIDA.

V

1. Como contribuição a esse projeto, o Governo da República Federativa do Brasil concorda em fornecer, em tempo hábil, o seguinte:

- a) não mais de sete (7) técnicos para treinamento no Canadá e aproximadamente quarenta (40) técnicos e cineastas de animação para treinamento no Brasil segundo os termos do projeto, bem como salários regulares e benefícios para estes funcionários da EMBRAFILME durante o seu treinamento;
- b) serviços de instrutores e outros necessários para que o treinamento em animação prossiga, no primeiro ano, entre os dois períodos de treinamento de três meses cada;
- c) apoio financeiro para custear as despesas dos participantes de seminários a serem ministrados por especialistas canadenses;
- d) complementação de diárias, caso necessário, para os técnicos brasileiros em treinamento no Canadá;
- e) acomodações ou diárias para especialistas canadenses trabalhando no projeto no Brasil por períodos superiores a um mês de cada vez;
- f) equipamentos tais como câmera Oxberry, equipamento de iluminação e de gravação sonora;
- g) um centro técnico audiovisual completo no Rio de Janeiro, inclusive as obras necessárias, para a instalação de um estúdio de mixagem;
- h) instrutores de apoio, local de trabalho, serviços de secretaria e serviços de tradução, quando necessários, para o pessoal canadense do projeto no Brasil;
- i) qualquer outra forma de apoio não especificada sob a contribuição canadense no Artigo IV e necessária à execução satisfatória do projeto.

2. A contribuição do Governo brasileiro, incluindo salários, custos de treinamento, equipamento, material e construção (porém excluindo o valor das instalações existentes) é estimada no valor de Cdn\$ 943.000 (novecentos e quarenta e três mil dólares canadenses), a ser efetuada em cruzeiros à taxa de câmbio em vigor nas datas de cada desembolso.

VI

O presente projeto deverá ter a duração de aproximadamente dois anos e meio (2 1/2), a partir da data da assinatura do presente Ajuste Complementar. Se, ao término daquele período, o projeto não houver sido completado conforme previsto no presente Ajuste Complementar, poderá ser prorrogado mediante acordo entre as Partes, mas a sua duração total não poderá ultrapassar três anos e meio (3 1/2).

VII

O Governo do Canadá e o Governo da República Federativa do Brasil complementaram o presente Ajuste Complementar pela adição de um Plano de Operações pormenorizado, aqui incluído como Anexo "A". Esse Plano de Operações possui as seguintes características:

- a) fornece uma descrição pormenorizada do projeto;
- b) delinea os métodos e os meios a serem utilizados na implementação do projeto;
- c) designa as pessoas responsáveis pela execução do projeto, em nome do Governo do Canadá e do Governo da República Federativa do Brasil.
- d) define as obrigações, deveres e responsabilidades do Governo do Canadá e do Governo da República Federativa do Brasil, bem como as respectivas contribuições financeiras;
- e) inclui um cronograma de execução e de desembolso aproximado pelo período de duração do projeto;
- f) especifica o período em que a avaliação mencionada no Artigo VIII, parágrafo 4, deverá ser efetuada, bem como os meios pelos quais deverá ser feita.

VIII

1. O NFB trabalhará em estreita cooperação com a EMBRAFILME na seleção de treinandos, na organização de viagens, na escolha das acomodações necessárias aos técnicos brasileiros em treinamento, no acompanhamento da evolução das atividades do projeto, bem como no planejamento e na implementação do programa de treinamento e na instalação dos equipamentos no Brasil.

2. A CIDA fornecerá à SUBIN, ao MC e à EMBRAFILME os relatórios de acompanhamento do projeto, a serem preparados trimestralmente pelo NFB.

3. O NFB fará revisões anuais dos progressos obtidos até à data.

4. A avaliação final do projeto será realizada conjuntamente pela CIDA e pela SUBIN, de acordo com um processo a ser acordado entre as Partes.

5. Ao término do projeto, a EMBRAFILME concorda em fornecer ao NFB uma carta confirmando que o projeto foi completado de acordo com os termos do Plano de Operações (Anexo "A").

IX

1. As medidas orçamentárias, financeiras e administrativas que já tenham sido tomadas pelo Governo do Canadá e pelo Governo da República Federativa do Brasil deverão ser continuadas e suplementadas com o objetivo de que o projeto seja completado satisfatoriamente.

2. O presente Ajuste Complementar poderá ser emendado da maneira prescrita pelo Acordo de Cooperação Técnica de 2 de abril de 1975, notadamente por troca de notas diplomáticas entre o Governo do Canadá e o Governo da República Federativa do Brasil. O Anexo "A" ao presente Ajuste, no entanto, poderá ser emendado pela simples troca de cartas entre a CIDA e a EMBRAFILME.

X

O Governo do Canadá e o Governo da República Federativa do Brasil deverão assegurar a devida diligência e eficiência no cumprimento deste Ajuste Complementar e cada uma das Partes deverá fornecer à outra, na medida do possível, todas as informações pertinentes que vierem a ser solicitadas.

XI

Qualquer comunicação administrativa ou documento a ser dado, feito ou enviado pelo Governo da República Federativa do Brasil ou pelo Governo do Canadá, relativamente a este Ajuste Complementar, deverá ser feito por escrito, certificando-se de que seja devidamente recebido pela Parte interessada quando entregue em mãos, pelo correio, por via telegráfica, telex ou radiograma, aos respectivos endereços, abaixo relacionados:

Para o Brasil:

- Empresa Brasileira de Filmes S.A.
Rua Mayrink Veiga, 28
20090 - Rio de Janeiro (RJ)
Brasil

Para o Canadá:

— The President
Canadian International Development Agency
c/o Canadian Embassy
SES- Avenida das Nações, Lote 16
70410- Brasília (DF)
Brasil

XII

O presente Ajuste Complementar cancela qualquer outro Acordo anterior, verbal ou escrito, relativamente ao projeto, descrito no Artigo III do presente Ajuste Complementar entre os Governos do Canadá e da República Federativa do Brasil.

Caso o Governo da República Federativa do Brasil concorde com as propostas contidas nos Artigos I a XII, tenho a honra de propor que esta nota e a nota de resposta de Vossa Excelência, em que se expresse a concordância de seu Governo, constituam um Ajuste Complementar entre os nossos dois Governos, a entrar em vigor na data da nota de resposta de Vossa Excelência.

Permita-me, Senhor Ministro, apresentar a Vossa Excelência os protestos da minha mais alta consideração".

2. Em resposta, informo Vossa Excelência de que o Governo brasileiro concorda com os termos da Nota acima transcrita, a qual, juntamente com a presente, passa a constituir um Ajuste Complementar entre os nossos dois Governos, a entrar em vigor na data de hoje.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha alta estima e mui distinta consideração.

Olavo Egydio Setúbal

Ministro de Estado das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil.

**AJUSTE SOBRE COOPERAÇÃO TÉCNICA
PARA APERFEIÇOAMENTO DE CIENTISTAS
E TÉCNICOS BRASILEIROS NOS MÉTODOS
E NAS TÉCNICAS DE PESQUISA NA ÁREA DE
PLANTIO DIRETO**

A Sua Excelência o Senhor Anthony Tudor Eyton,
Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do
Governo do Canadá.

Senhor Embaixador,

Tenho a honra de acusar o recebimento da Nota B—46, datada de 23 de maio de 1985, de Vossa Excelência, cujo teor em português é o seguinte:

"Excelência,

Com referência á Nota Verbal nº DCOPT/DCS/76/644 (B46) (B10), de 12 de novembro de 1982, do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, bem como ao Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo do Canadá e o Governo da República Federativa do Brasil, de 2 de abril de 1975, tenho a honra de propor, em nome do Governo do Canadá e nos termos do Artigo II do Acordo supra-

mencionado, o seguinte Ajuste Complementar que dispõe sobre um projeto de cooperação técnica para o aperfeiçoamento de cientistas e técnicos brasileiros nos métodos e nas técnicas de pesquisa na área de plantio direto.

I

1. O Governo do Canadá designa a Agência Canadense para o Desenvolvimento Internacional (doravante denominada CIDA) como agência responsável pelo cumprimento das obrigações decorrentes deste Ajuste Complementar.

2. A CIDA designa a "Agriculture Canada" como responsável pela implementação deste projeto, em seu nome.

3. A "Agriculture Canada" designa a "Swift Current Agricultural Research Station", em Swift Current, Saskatchewan, como responsável pela operacionalização e administração direta do projeto.

II

O Governo da República Federativa do Brasil designa:

a) A Secretaria de Cooperação Económica e Técnica Internacional da Secretaria de Planejamento da Presidência da República (doravante denominada SUBIN) como agência responsável pela verificação do cumprimento das obrigações decorrentes deste Ajuste Complementar;

b) A Coordenação para Assuntos Internacionais de Agricultura (doravante denominada CINGRA) como responsável pela coordenação da implementação deste projeto; e

c) O Centro Nacional de Pesquisado Trigo (doravante denominado CNPT) como agência responsável pela operacionalização e administração da contrapartida do projeto.

III

O objetivo deste projeto é o de aperfeiçoar o pessoal científico e técnico do CNPT no estabelecimento e na avaliação de programas de pesquisa na área de plantio direto e será alcançado através da execução das seguintes atividades :

a) estágios práticos de cientistas e técnicos brasileiros no Canadá;

b) aperfeiçoamento, em nível de pós-graduação, de cientistas brasileiros em universidades canadenses;

c) visitas técnicas, aperfeiçoamento e serviços de consultoria por especialistas canadenses no Brasil;

d) fornecimento de equipamentos científicos especializados, essenciais para a concretização do projeto.

IV

1. Como contribuição a este projeto, o Governo do Canadá concorda em prover, em tempo hábil, o seguinte:

- a) aproximadamente sessenta e quatro (64) homens/mês de aperfeiçoamento do Canadá e aproximadamente vinte e três (23) homens/mês de transferência de tecnologia no Brasil;
 - b) instalações, equipamento, taxas de matrícula, materiais e provisões necessários ao programa de aperfeiçoamento no Canadá, de acordo com as normas da CIDA;
 - c) custeio das passagens aéreas internacionais e domésticas, ajudas de custo e outros benefícios para os brasileiros participantes dos programas de aperfeiçoamento no Canadá, de acordo com as normas da CIDA;
 - d) custeio das passagens aéreas internacionais, salários e despesas incidentais para os especialistas canadenses que venham ao Brasil fornecer os cursos de aperfeiçoamento;
 - e) os serviços da "Agriculture Canada", a qual agirá como agência responsável pela execução e administração do projeto.
2. Concorde-se em que o total da contribuição canadense não excederá a Cdn\$ 957.000,00 (novecentos e cinquenta e sete mil dólares canadenses), incluindo os custos da administração do projeto pela "Agriculture Canada" e da avaliação por parte da CIDA.

V

1. Como contribuição a este projeto, o Governo da República Federativa do Brasil concorda em prover, em tempo hábil, o seguinte:
- a) no máximo dez (10) cientistas e técnicos do CNPT para aperfeiçoamento no Canadá e no Brasil, de acordo com os termos do presente projeto, bem como salários regulares e benefícios para estes especialistas durante o período de aperfeiçoamento;
 - b) instalações para pesquisas e experimentos, assim como materiais e equipamentos necessários ao projeto no Brasil;
 - c) pessoal de contrapartida, locais de escritório, serviços de secretaria e serviços de tradução, quando necessários, para o pessoal canadense do projeto;
 - d) qualquer outro tipo de apoio não especificado nas contribuições canadenses mencionadas no Artigo IV e necessário à execução satisfatória do projeto.
2. A contribuição do Governo brasileiro, incluindo salários, treinamento e outros gastos locais (porém excluindo o valor das instalações e dos equipamentos existentes) é estimada no valor de Cdn\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil dólares canadenses), a ser efetuada em cruzeiros à taxa de câmbio em vigor nas datas de cada desembolso.

VI

O presente projeto deverá ter a duração de aproximadamente cinco (5) anos, a partir da data da assinatura do presente Ajuste Complementar. Se, ao término daquele período, o projeto não houver sido completado conforme previsto no presente Ajuste Complementar, poderá ser prorrogado mediante acordo entre as Partes.

VII

O Governo do Canadá e o Governo da República Federativa do Brasil complementaram o presente Ajuste Complementar pela adição de um Plano de Operações pormenorizado, aqui incluído como Anexo "A". Esse Plano de Operações possui as seguintes características:

- a) fornece uma descrição pormenorizada do projeto;
- b) delinea os métodos e os meios a serem utilizados na implementação do projeto;
- c) designa as pessoas responsáveis pela execução do projeto, em nome do Governo do Canadá e do Governo da República Federativa do Brasil;
- d) define as obrigações, deveres e responsabilidades do Governo do Canadá e do Governo da República Federativa do Brasil, bem como as respectivas contribuições financeiras;
- e) inclui um cronograma de execução e de desembolso aproximado pelo período de duração do projeto;
- f) especifica os períodos em que as avaliações conjuntas mencionadas no Artigo VIII, parágrafos 3 e 4, deverão ser efetuadas, assim como os meios pelos quais deverão ser feitas.

VIM

1. A "Agriculture Canada" trabalhará em estreita cooperação com o CNPT na seleção de treinandos, na organização de viagens, na escolha das acomodações necessárias aos cientistas brasileiros em aperfeiçoamento no Canadá, no acompanhamento da evolução das atividades do projeto, bem como no planejamento e na implementação do programa de aperfeiçoamento em território brasileiro.
2. A CIDA fornecerá à SUBIN, à CINGRA e ao CNPT os relatórios de acompanhamento do projeto a serem preparados anualmente pela "Agriculture Canada".
3. A CIDA, a "Agriculture Canada" e a SUBIN realizarão conjuntamente, a médio prazo, uma revisão operacional das atividades do projeto desenvolvidas até então.
4. A avaliação final do projeto será realizada conjuntamente pela CIDA e pela SUBIN, de acordo com um processo a ser acordado entre as Partes.

5. Ao término do projeto, o CNPT concorda em fornecer à "Agriculture Canada" uma carta confirmando que o projeto foi completado de acordo com os termos do plano de Operações (Anexo "A").

IX

1. As medidas orçamentárias, financeiras e administrativas que já tenham sido tomadas pelo Governo do Canadá e pelo Governo da República do Brasil deverão ser continuadas e suplementadas com o objetivo de que o projeto seja completado satisfatoriamente.

2. O presente Ajuste Complementar poderá ser emendado da maneira prescrita pelo Acordo de Cooperação Técnica de 2 de abril de 1975, notadamente por troca de notas diplomáticas entre o Governo do Canadá e o Governo da República Federativa do Brasil. O anexo "A" ao presente Ajuste, no entanto, poderá ser emendado pela simples troca de cartas entre a CIDA e o CNPT.

X

O Governo do Canadá e o Governo da República Federativa do Brasil deverão assegurar a devida diligência e eficiência no cumprimento deste Ajuste Complementar e cada uma das Partes deverá fornecer á outra, na medida do possível, todas as informações pertinentes que vierem a ser solicitadas.

XI

Qualquer comunicação administrativa, ou outra, a ser transmitida pelo Governo da República Federativa do Brasil ao Governo do Canadá, ou vice-versa, relativamente ao projeto objeto deste Ajuste Complementar, deverá ser efetuada por escrito, certificando-se de que seja devidamente recebida pela Parte interessada quando entregue em mãos, pelo correio, por via telegráfica, telex ou radiograma e dirigida aos endereços abaixo relacionados.

Para o Brasil:

— Centro Nacional de Pesquisa de Trigo/EMBRAPA
BR 285, km 174
99100- PASSO FUNDO (RS)
Brasil

Para o Canadá:

— The President
Canadian International Development Agency
c/o Canadian Embassy
SES— Avenida das Nações, Lote 16
70410- BRASÍLIA (DF)
Brasil

XII

O presente Ajuste Complementar cancela qualquer outro Acordo anterior, verbal ou escrito, relativamente ao projeto, descrito no Artigo III do presente Ajuste Complemen-

tar entre os Governos do Canadá e da República Federativa do Brasil.

Caso o Governo da República Federativa do Brasil concorde com as propostas contidas nos Artigos I a XII, tenho a honra de propor que esta Nota e a Nota de resposta de Vossa Excelência, em que se expresse a concordância de seu Governo, constituam um Ajuste Complementar entre os nossos dois Governos, a entrar em vigor na data da Nota de resposta de Vossa Excelência.

Permita-me, Senhor Ministro, apresentara Vossa Excelência os protestos da minha mais alta consideração".

2. Em resposta, informo Vossa Excelência de que o Governo brasileiro concorda com os termos da Nota acima transcrita, a qual, juntamente com a presente, passa a constituir um Ajuste Complementar entre os nossos dois Governos, a entrar em vigor na data de hoje.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha mais alta consideração.

Olavo Setúbal

Ministro de Estado das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil

**AJUSTES SOBRE COOPERAÇÃO TÉCNICA
PARA APERFEIÇOAMENTO DE
INSPETORES FEDERAIS DE CARNE
E DE CLASSIFICADORES DE
CARCAÇAS NO BRASIL**

A Sua Excelência o Senhor Anthony Tudor Eyton,
Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do
Governo do Canadá.

Senhor Embaixador,

Tenho a honra de acusar o recebimento da Nota B—63, datada de 23 de maio de 1985, de Vossa Excelência, cujo teor em português é o seguinte:

"Excelência,

Com referência à Nota Verbal nº DCOPT/DCS/61/644 (B46) (B10), de 29 de setembro de 1982, do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, bem como ao Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo do Canadá e o Governo da República Federativa do Brasil, de 2 de abril de 1975, tenho a honra de propor, em nome do Governo do Canadá e nos termos do Artigo II. do Acordo supra-mencionado, o seguinte Ajuste Complementar que dispõe sobre um projeto de cooperação técnica para o aperfeiçoamento de inspetores federais de carne e de classificadores de carcaças no Brasil.

I

1. O Governo do Canadá designa a Agência Canadense para o Desenvolvimento Internacional (doravante denominada CIDA) como agência responsável pelo cumprimento das obrigações decorrentes deste Ajuste Complementar.

2. A CIDA designa a "Agriculture Canada" como responsável pela implementação deste projeto, em seu nome.

3. A "Agriculture Canada" designa a Food Production and Inspection Branch", em Ottawa, Ontario, como responsável pela operacionalização e administração direta do projeto.

II

O Governo da República Federativa do Brasil designa:

a) a Secretaria de Cooperação Econômica e Técnica Internacional da Secretaria de Planejamento da Presidência da República (doravante denominada SUBIN) como agência responsável pela verificação do cumprimento das obrigações decorrentes deste Ajuste Complementar;

b) A Coordenação para Assuntos Internacionais de Agricultura (doravante denominada CINGRA) como responsável pela coordenação da implementação deste projeto; e

c) a Secretaria de Inspeção de Produto Animal é a Divisão de Inspeção de Carnes e Derivados do Ministério da Agricultura (doravante denominada SIPA/DICAR) como as agências responsáveis pela operacionalização e administração da contrapartida do projeto.

III

O objetivo deste projeto é o de aperfeiçoar os técnicos federais da SIPA/DICAR ligados à inspeção e à classificação de carnes, na aplicação das técnicas e dos sistemas canadenses de inspeção de carnes e de classificação de carcaças, e será alcançado através da execução das seguintes atividades:

a) estágios práticos de técnicos brasileiros no Canadá;

b) visitas técnicas, aperfeiçoamento e serviços de consultoria por especialistas canadenses no Brasil;

c) fornecimento de materiais e equipamentos a serem utilizados para o aperfeiçoamento e adaptados para uso no Brasil.

IV

1. Como contribuição a este projeto, o Governo do Canadá concorda em prover, em tempo hábil, o seguinte:

a) aproximadamente setenta e quatro (74) homens/mês de aperfeiçoamento no Canadá e aproximadamente dez

(10) homens/mês de aperfeiçoamento e de serviços de consultoria no Brasil;

b) instalações, equipamento, taxas de matrícula, materiais e provisões necessários ao programa de aperfeiçoamento no Canadá, de acordo com as normas da CIDA;

c) custeio das passagens aéreas internacionais e domésticas, ajudas de custo e outros benefícios para os brasileiros participantes dos programas de aperfeiçoamento no Canadá, de acordo com as normas da CIDA;

d) custeio das passagens aéreas internacionais, salários e despesas incidentais para os especialistas canadenses que venham ao Brasil fornecer os cursos de aperfeiçoamento e os serviços de consultoria;

e) os serviços da "Agriculture Canada", a qual agirá como agência responsável pela execução e administração do projeto.

2. Concorde-se em que o total da contribuição canadense não excederá a Cdn\$ 637.000,00 (seiscentos e trinta e sete mil dólares canadenses), incluindo os custos da administração do projeto pela "Agriculture Canada" e da avaliação por parte da CIDA.

V

1. Como contribuição a este projeto, o Governo da República Federativa do Brasil concorda em prover, em tempo hábil, o seguinte:

a) no máximo trinta (30) inspetores e classificadores de carne da SIPA/DICAR, os quais se aperfeiçoarão no Canadá e no Brasil, de acordo com os termos do presente projeto, bem como salários regulares e outros benefícios para estes técnicos durante o período de aperfeiçoamento;

b) instalações para o programa de aperfeiçoamento e planejamento dos seminários, assim como materiais e equipamentos necessários ao projeto no Brasil;

c) pessoal de contrapartida, locais de escritório, serviços de secretaria e serviços de tradução, quando necessários, para o pessoal canadense do projeto;

d) prover ao pessoal canadense os meios de transporte local de superfície para as visitas ligadas ao projeto;

e) qualquer outro tipo de apoio não especificado nas contribuições canadenses mencionadas no Artigo IV e necessário à execução satisfatória do projeto.

2. A contribuição do Governo brasileiro, incluindo salários, treinamento e outros gastos locais (porém excluindo o valor das instalações, e dos equipamentos existentes) é estimada no valor de Cdn\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil dólares canadenses), a ser efetuada em cruzeiros à taxa do câmbio em vigor nas datas de cada desembolso.

IX

1. As medidas orçamentárias, financeiras e administrativas que já tenham sido tomadas pelo Governo do Canadá e pelo Governo da República Federativa do Brasil deverão ser continuadas e suplementadas com o objetivo de que o projeto seja completado satisfatoriamente.

2. O presente Ajuste Complementar poderá ser emendado da maneira prescrita pelo Acordo de Cooperação Técnica de 2 de abril de 1975, notadamente por troca de notas diplomáticas entre o Governo do Canadá e o Governo da República Federativa do Brasil. O Anexo "A" ao presente Ajuste, no entanto, poderá ser emendado pela simples troca de cartas entre a CI DA e o I AC.

X

O Governo do Canadá e o Governo da República Federativa do Brasil deverão assegurar a devida diligência e eficiência no cumprimento deste Ajuste Complementar e cada uma das Partes deverá fornecer à outra, na medida do possível, todas as informações pertinentes que vierem a ser solicitadas.

XI

Qualquer comunicação administrativa, ou outra, a ser transmitida pelo Governo da República Federativa do Brasil ao Governo do Canadá, ou vice-versa, referente ao projeto objeto deste Ajuste Complementar, deverá ser efetuada por escrito, certificando-se uma das Partes de que seja devidamente recebida pela outra Parte quando entregue em mãos, pelo correio, por via telegráfica, telex ou radiograma e dirigida aos endereços abaixo relacionados:

Para o Brasil

— Instituto Agronômico de Campinas
Avenida Barão de Itapura, 1481
Caixa Postal, 23
13100- CAMPINAS (SP) - BRASIL

Para o Canadá

— The President
Canadian International Development Agency
c/o Canadian Embassy
SES- Avenida das Nações, Lote 16
70410- BRASÍLIA (DF)
BRASIL

XII

O presente Ajuste Complementar cancela qualquer outro Acordo anterior, verbal ou escrito, referente ao projeto descrito no Artigo III do presente Ajuste Complementar entre os Governos do Canadá e da República Federativa do Brasil.

Caso o Governo da República Federativa do Brasil concorde com as propostas contidas nos Artigos I a XII, tenho a

honra de propor que esta Nota e a Nota de resposta de Vossa Excelência, em que se expresse a concordância de seu Governo, constituam um Ajuste Complementar entre os nossos dois Governos, a entrar em vigor na data da Nota de resposta de Vossa Excelência.

Permita-me, Senhor Ministro, apresentar a Vossa Excelência os protestos da minha mais alta consideração".

2. Em resposta, informo Vossa Excelência de que o Governo brasileiro concorda com os termos da Nota acima transcrita, a qual, juntamente com a presente, passa a constituir um Ajuste Complementar entre os nossos dois Governos, a entrar em vigor na data de hoje.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha mais alta consideração.

Olavo Setúbal

Ministro de Estado das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil

**AJUSTE SOBRE COOPERAÇÃO TÉCNICA
PARA APERFEIÇOAMENTO DE CIENTISTAS
E TÉCNICOS BRASILEIROS NOS MÉTODOS
DE PESQUISA ZOOTÉCNICA RELACIONADA
COM O GADO DE LEITE**

A Sua Excelência o Senhor Anthony Tudor Eyton,
Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do
Governo do Canadá.

Senhor Embaixador,

Tenho a honra de acusar o recebimento da Nota B—72 datada de 30 de maio de 1985, de Vossa Excelência, cujo teor em português é o seguinte:

"Excele"ncia,

Com referência à Nota Verbal n° DCOPT/DCS/63/644 (B46) (B10), de 29 de setembro de 1982, do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, bem como ao Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo do Canadá e o Governo da República Federativa do Brasil, de 2 de abril de 1975, tenho a honra de propor, em nome do Governo do Canadá e nos termos do Artigo II do Acordo supra-mencionado, o seguinte Ajuste Complementar que dispõe sobre um projeto de cooperação técnica para o aperfeiçoamento de cientistas e técnicos brasileiros nos métodos de pesquisa zootécnica relacionada com o gado de leite.

1. O Governo do Canadá designa a Agência Canadense para o Desenvolvimento Internacional (doravante denominada CI DA) como agência responsável pelo cumprimento das obrigações decorrentes deste Ajuste Complementar.

2. A CIDA designa a "Agricultura Canada" como responsável pela implementação deste projeto, em seu nome.

3. A "Agricultura Canada" designa o "Animal Research Centre", em Ottawa, Ontario, como responsável pela operacionalização e administração direta do projeto.

II

1. O Governo da República Federativa do Brasil designa:

a) a Secretária de Cooperação Económica e Técnica Internacional da Secretaria de Planejamento da Presidência da República (doravante denominada SUBIN) como agência responsável pela verificação do cumprimento das obrigações decorrentes deste Ajuste Complementar;

a) a Coordenação para Assuntos Internacionais de Agricultura (doravante denominada OINGRA) como responsável pela coordenação da implementação deste projeto; e

c) o Instituto Agronômico do Paraná (doravante denominado IAPAR) e o Centro Nacional de Pesquisa em Gado de Leite (doravante denominado CNPGL) como agências responsáveis pela operacionalização e administração da contrapartida do projeto.

III

1. O objetivo deste projeto é o de aperfeiçoar os cientistas da área de pesquisa veterinária do IAPAR e do CNPGL nos métodos e nas técnicas de pesquisa avançada nas áreas de nutrição genética e reprodução de gado de leite, e será alcançado através da execução das seguintes atividades:

a) estágios práticos de cientistas e técnicos brasileiros no Canadá;

b) participação em encontros científicos correlatos, no Canadá e nos E.U.A., e visitas aos principais centros experimentais;

c) visitas técnicas, aperfeiçoamento e serviços de consultoria por especialistas canadenses no Brasil;

d) fornecimento de equipamentos científicos especializados, essenciais para a concretização do projeto.

IV

1. Como contribuição a este projeto, o Governo do Canadá concorda em prover, em tempo hábil, o seguinte:

a) aproximadamente noventa e sete (97) homens/mês para aperfeiçoamento no Canadá e aproximadamente nove (9) homens/me's para transferência de tecnologia e consultoria no Brasil;

b) instalações, equipamentos, taxas de matrícula, materiais e provisões necessários ao programa de aperfeiçoamento no Canadá, de acordo com as normas da CIDA;

c) custeio das passagens aéreas internacionais e domésticas, ajudas de custo e outros benefícios para os brasileiros participantes dos programas de aperfeiçoamento no Canadá, de acordo com as normas da CIDA;

d) custeio das passagens aéreas internacionais, salários e despesas incidentais para os especialistas canadenses que venham ao Brasil fornecer os cursos de aperfeiçoamento e serviços de consultoria;

e) os serviços da "Agriculture Canada", a qual agirá como agência responsável pela execução e administração do projeto.

2. Concorde-se em que o total da contribuição canadense não excederá a Cdn\$ 942.000,00 (novecentos e quarenta e dois mil dólares canadenses), incluindo os custos da administração do projeto pela "Agriculture Canada" e da avaliação por parte da CIDA.

V

1. Como contribuição a este projeto, o Governo da República Federativa do Brasil concorda em prover, em tempo hábil, o seguinte:

a) no máximo seis (6) cientistas do IAPAR e cinco (5) do CNPGL para aperfeiçoamento no Canadá e no Brasil, de acordo com os termos do presente projeto, bem como salários regulares e benefícios para estes especialistas durante o período de aperfeiçoamento;

b) instalações para pesquisas e experimentos, assim como materiais e equipamentos necessários ao projeto no Brasil;

c) pessoal de contrapartida, locais de escritório, serviços de secretaria e serviços de tradução, quando necessário, para o pessoal canadense do projeto;

d) qualquer outro tipo de apoio não especificado nas contribuições canadenses mencionadas no Artigo IV e necessário à execução satisfatória do projeto.

2. A contribuição do Governo brasileiro, incluindo salários, treinamento e outros gastos locais (porém excluindo o valor das instalações e dos equipamentos existentes), é estimada no valor de Cdn\$ 500.000,00 (quinhentos mil dólares canadenses), a ser efetuada em cruzeiros, à taxa de câmbio em vigor nas datas de cada desembolso.

VI

O presente projeto deverá ter a duração de aproximadamente quatro (4) anos, a partir da data da assinatura do presente Ajuste Complementar. Se, ao término daquele período, o projeto não houver sido completado conforme previsto no presente Ajuste Complementar, poderá ser prorrogado mediante acordo entre as Partes.

VII

O Governo do Canadá e o Governo da República Federativa do Brasil complementaram o presente Ajuste Complementar pela adição de um Plano de Operações pormenorizado, aqui incluído como Anexo "A". Esse Plano de Operações possui as seguintes características:

- a) fornece uma descrição pormenorizada do projeto;
- b) delinea os métodos e os meios a serem utilizados na implementação do projeto;
- c) designa as pessoas responsáveis pela execução do projeto, em nome do Governo do Canadá e do Governo da República Federativa do Brasil;
- d) define as obrigações, deveres e responsabilidades do Governo do Canadá e do Governo da República Federativa do Brasil, bem como as respectivas contribuições financeiras;
- e) inclui um cronograma de execução e de desembolso aproximado pelo período de duração do projeto;
- f) especifica os períodos em que as avaliações conjuntas mencionadas no Artigo VIII, parágrafos 3 e 4, deverão ser efetuadas, assim como os meios pelos quais deverão ser feitas.

VIII

1. A "Agriculture Canada" trabalhará em estreita cooperação com o IAPAR e o CNPGL na seleção de treinandos, na organização de viagens, na escolha das acomodações necessárias aos cientistas brasileiros em aperfeiçoamento no Canadá, no acompanhamento da evolução das atividades do projeto, bem como no planejamento e na implementação do programa de aperfeiçoamento em território brasileiro.
2. A CIDA fornecerá à SUBIN, à CINGRA, ao IAPARE ao CNPGL os relatórios de acompanhamento do projeto a serem preparados anualmente pela "Agriculture Canada".
3. A CIDA, a "Agriculture Canada" e a SUBIN realizarão conjuntamente, a médio prazo, uma revisão operacional das atividades desenvolvidas até então.
4. A avaliação final do projeto será realizada conjuntamente pela CIDA e pela SUBIN, de acordo com procedimento a ser acordado entre as Partes.
5. Ao término do projeto, o IAPAR e o CNPGL concordam em fornecer à "Agriculture Canada" uma carta confirmando que o projeto foi completado de acordo com os termos do Plano de Operações (Anexo "A").

IX

1. As medidas orçamentárias, financeiras e administrativas que já tenham sido tomadas pelo Governo da Repúli-

ca Federativa do Brasil deverão ser continuadas e suplementadas com o objetivo de que o projeto seja completado satisfatoriamente.

2. O presente Ajuste Complementar poderá ser emendado da maneira prescrita pelo Acordo de Cooperação Técnica de 2 de abril de 1975, notadamente por troca de notas diplomáticas entre o Governo do Canadá e o Governo da República Federativa do Brasil. O Anexo "A" ao presente Ajuste, no entanto, poderá ser emendado pela simples troca de cartas a CIDA, o IAPAR e o CNPGL.

X

O Governo do Canadá e o Governo da República Federativa do Brasil deverão assegurar a devida diligência e eficiência no cumprimento deste Ajuste Complementar e cada uma das Partes deverá fornecer à outra, na medida do possível, todas as informações pertinentes que vierem a ser solicitadas.

XI

Qualquer comunicação administrativa, ou outra, a ser transmitida pelo Governo da República Federativa do Brasil ao Governo do Canadá, ou vice-versa, relativamente ao projeto objeto deste Ajuste Complementar, deverá ser efetuada por escrito, certificando-se uma das Partes de que seja devidamente recebida pela outra Parte quando entregue em mãos, pelo correio, por via telegráfica, telex ou radiograma e dirigida aos endereços abaixo relacionados:

Para o Brasil

— Fundação Instituto Agronômico do Paraná
Rodovia Celso Garcia Cid
Caixa Postal 1331
86100- Londrina (PR)
Brasil

Centro Nacional de Pesquisa de Gado de Leite
Rodovia MG 133 - Km 42
36155- Coronel Pacheco (MG)
Brasil

Para o Canadá

— The President
Canadian International Development Agency
c/o Canadian Embassy
SES- Avenida das Nações, Lote 16
70410-Brasília (DF)
Brasil

XII

O Presente Ajuste Complementar cancela qualquer outro Acordo anterior, verbal ou escrito, referente ao projeto descrito no Artigo III do presente Ajuste Complementar entre os Governos do Canadá e o da República Federativa do Brasil.

Caso o Governo da República Federativa do Brasil concorde com as propostas contidas nos Artigos I a XII, tenho a honra de propor que esta Nota e a Nota de resposta de Vossa Excelência, em que se expresse a concordância de seu Governo, consituam um Ajuste Complementar entre os nossos dois Governos, a entrar em vigor na data da Nota de resposta de Vossa Excelência.

Permita-me, Senhor Ministro, apresentar a Vossa Excelência os protestos da minha mais alta consideração".

2. Em resposta, informo Vossa Excelência de que o Governo brasileiro concorda com os termos da Nota acima transcrita, a qual, juntamente com a presente, passa a constituir um Ajuste Complementar entre os nossos dois Governos, a entrar em vigor na data de hoje.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha mais alta consideração.

Olavo Setúbal

Ministro de Estado das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil

os ajustes complementares ao acordo básico de cooperação técnica entre brasil e alemanha

Ajustes Complementares ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Brasil e a República Federal da Alemanha (de 30 de novembro de 1963) relativos aos projetos "Controle de Doenças Diarréicas no Estado do Maranhão", "Implantação do Centro Nacional de Engenharia Agrícola" e "Programa de Fomento da Integração de Áreas Residenciais Marginalizadas na Região Metropolitana de Belo Horizonte", assinados, no Palácio do Itamaraty, em Brasília, em 24 de abril de 1985, pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, Olavo Setúbal, e pelo Encarregado de Negócios a.i. da República Federal da Alemanha, Goetz Alexander Martius.

PROJETO "CONTROLE DE DOENÇAS DIARRÉICAS NO ESTADO DO MARANHÃO"

A Sua Excelência o Senhor Goetz Alexander Martius, Encarregado de Negócios a.i. da República Federal da Alemanha

Senhor Encarregado de Negócios,

Tenho a honra de acusar recebimento da Nota nº **Ez 445/146/227/85**, datada de hoje, cujo teor em português é o seguinte:

"Senhor Ministro,

Com referência à sua Nota verbal DCOPT/DE-I/121/644 (B46) (F36), de 23 de junho de 1981, e em execução do Acordo Básico de Cooperação Técnica, de 30 de novembro de 1963, concluído entre os nossos dois Governos, tenho a honra de propor a Vossa Excelência, em nome do Governo da República Federal da Alemanha, o seguinte Ajuste sobre o projeto "Controle de Doenças Diarréicas no Estado do Maranhão" - IMEC. (PN 83.2020.2):

I

1. O Governo da República Federal da Alemanha e o Governo da República Federativa do Brasil promoverão conjuntamente um programa destinado ao estudo e ao controle das doenças diarréicas infantis no Estado do Maranhão, com o objetivo de reduzir a mortalidade ocasionada por diarreias.

II

Ao Governo da República Federal da Alemanha caberá:

a) Enviar um médico especializado em saúde pública, pelo período de 36/homens/mês, e peritos a curto prazo, a serem encarregados dos setores de vtologia, planejamento sanitário e da avaliação do projeto, pelo período máximo total de 10 homens/mês;

b) fornecer equipamento laboratorial, material de formação e equipamento complementar para os postos de saúde e auxiliares sanitários voluntários, os quais não deverão possuir similar nacional, no valor máximo de DM 210.000 (duzentos e dez mil marcos alemães), e encarregar-se das despesas de transporte e seguro dos equipamentos até o local do projeto.

2. Facultar estágios de aperfeiçoamento, fora do projeto, pelo prazo máximo total de 60 homens/mês; para 7 técnicos brasileiros, que após o seu regresso atuarão no projeto, dando autonomamente prosseguimento às tarefas dos técnicos enviados.

III

Ao Governo da República Federativa do Brasil caberá:

a) colocar à disposição um coordenador do projeto, devidamente qualificado, bem como demais pessoal técnico e auxiliar para a execução do programa de pesquisa e de intervenção;

b) colocar igualmente à disposição os recintos necessários para o projeto, inclusive salas de escritório;

c) prestar aos técnicos enviados o apoio necessário à execução das suas tarefas, colocando-lhes à disposição a documentação necessária;

d) isentar o material fornecido ao projeto por incumbência do Governo da República Federal da Alemanha de licenças, das taxas portuárias, direitos de importação e demais encargos fiscais, providenciando o pronto desembaraço alfandegário do material; a requerimento do órgão executor, as isenções acima aplicar-se-ão também ao material adquirido no Brasil;

e) arcar com as despesas das viagens a serviço dos técnicos enviados dentro do Brasil, pagando, além das despesas de viagem, diárias adequadas;

f) custear as despesas de moradia dos técnicos enviados ou pagar-lhes parcela adequada das despesas de locação;

g) custear as despesas correntes do projeto, bem como os gastos com diárias e hospedagem do pessoal brasileiro participante;

h) tomar providências para que, na área do projeto, as soluções de reidratação sejam colocadas à disposição em tempo hábil, a título gratuito e em quantidade suficiente;

i) tomar providências para assegurar a cooperação entre todas as instituições participantes, através de respectivas garantias contratuais, de modo que todas as decisões e modificações sejam coordenadas entre os participantes que por elas se responsabilizarão. Isso inclui a realização de reuniões de coordenação em períodos regulares. As instituições participantes serão a Secretaria de Saúde do Estado, a Universidade Federal do Maranhão, com os Departamentos de Saúde Pública e de Patologia e representantes dos grupos enfocados.

2. O material fornecido ao projeto por incumbência do Governo da República Federal da Alemanha passará, quando da sua chegada no Brasil, ao patrimônio do Governo da República Federativa do Brasil, estando à inteira disposição do projeto e dos técnicos enviados para a execução das suas tarefas.

IV

1. Atribuições dos técnicos enviados:

a) assistência e assessoramento ao coordenador brasileiro do projeto em todos os assuntos referentes à implementação, supervisão e avaliação do projeto, bem como coordenação das contribuições da República Federal da Alemanha para o projeto;

b) assistência e assessoramento científico, bem como participação em seminários e atividades de aperfeiçoamento nas disciplinas das suas especialidades.

2. Dentro das suas atividades, delineadas no parágrafo 1. deste item, os técnicos enviados serão responsáveis perante a Universidade Federal do Maranhão, obedecendo às suas instruções, desde que isto não afete as relações contratuais com o seu empregador alemão

V

Dos executores do projeto:

1. O Governo da República Federal da Alemanha encarregará da execução das suas contribuições a "Deutsche Gesellschaft Für Technische Zusammenarbeit (GTZ) GmbH", 6236 Eschborn 1.

2. O Governo da República Federativa do Brasil encarregará da implementação do projeto a Universidade Federal do Maranhão, em São Luís.

3. Os órgãos encarregados nos termos dos parágrafos 1 e 2 deste item estabelecerão conjuntamente os pormenores da implementação do projeto no plano operacional, adaptando-o, caso necessário, ao andamento do projeto.

VI

De resto, aplicar-se-ão também ao presente Ajuste as disposições do acima referido Acordo Básico, de 30 de novembro de 1963, inclusive a cláusula de Berlim (Artigo 10).

Caso o Governo da República Federativa do Brasil concorde com as propostas contidas nos parágrafos I a VI esta Nota e a de resposta de Vossa Excelência, em que se expresse a concordância do seu Governo, constituirão um Ajuste entre os nossos dois Governos, a entrar em vigor na data da Nota de resposta de Vossa Excelência.

Permita-me, Senhor Ministro, apresentara Vossa Excelência os protestos da minha mais alta consideração".

2. Em resposta, informo Vossa Excelência de que o Governo brasileiro concorda com os termos da Nota acima transcrita, a qual, juntamente com a presente, passa a constituir um Ajuste entre os nossos dois Governos, a entrar em vigor na data de hoje.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha mais alta consideração.

Olavo Egydio Setúbal
Ministro de Estado das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil

PROJETO "IMPLANTAÇÃO DO CENTRO NACIONAL DE ENGENHARIA AGRÍCOLA"

A Sua Excelência o Senhor Goetz Alexander Martius,
Encarregado de Negócios a.i. da
República Federal da Alemanha.

Senhor Encarregado de Negócios,

Tenho a honra de acusar recebimento da Nota n.º EX 445 /140/183/85 datada de hoje, cujo teor em português é o seguinte:

"Senhor Ministro,

Com referência á Ata das Negociações Intergovernamentais Teuto-Brasileiras sobre Cooperação Financeira e Técnica, de 13 de outubro de 1983, ao ajuste de 13 de abril de 1982, bem como em execução do Acordo Básico de Cooperação Técnica, de 30 de novembro de 1963, concluído entre os nossos dois Governos, tenho a honra de propor a Vossa Excelevia, em nome do Governo da República Federal da Alemanha, o seguinte Ajuste Complementar sobre o projeto "Implantação do Centro Nacional de Engenharia Agrícola (CENEA)" (PN. 79.2290.9):

I

1. O Governo da República Federal da Alemanha e o Governo da República Federativa do Brasil darão prosseguimento, por um período máximo de 30 meses, à promoção conjunta do CENEA.

II

2. Para esse fim, ao Governo da República Federal da Alemanha, caberá:

1. enviar, para os setores de
 - testes de motores e tratores,
 - testes de máquinas agrícolas,
 - técnicas de medição,
 - formação em Engenharia Agrícola,
 - engenharia económica rural respectivamente, um técnico, por um período máximo individual de 30 homens/me's (inclusive férias e viagens a serviço), bem como peritos a curto prazo, por um período máximo total de 15 homens/me's;
2. fornecer equipamentos para bancos de provas adicionais e componentes para um dinamômetro de tração móvel, bem como instrumentos auxiliares de avaliação, até o montante de DM 800.000 (oitocentos mil marcos alemães);
3. facultar estágios de aperfeiçoamento nos setores de testes de tratores e máquinas agrícolas, técnicas de medição, formação em engenharia agrícola, métodos de trabalho e administração de empresas para até 7 técnicos bra-

leiros, os quais, após o seu regresso, atuarão no projeto, dando prosseguimento autónomo às tarefas dos técnicos enviados;

4. os técnicos mencionados no parágrafo 1 ocuparão a posição de consultores. Decisões quanto à utilização dos recursos alemães serão tomadas em comum acordo entre o chefe dos técnicos mencionados no parágrafo 1 e o diretor técnico do CENEA.

III

Ao Governo da República Federativa do Brasil caberá:

1. prover o pessoal técnico e auxiliar necessário para a execução das tarefas do projeto, nomeadamente;
 - a) 5 engenheiros diplomados para o setor de testes (engenheiros agrícolas ou engenheiros agrónomos);
 - b) 2 engenheiros diplomados para o setor de construção e técnicos de medição (engenheiros mecânicos);
 - c) 2 engenheiros agrónomos diplomados para o setor de ensino de engenharia agrícola;
 - d) 2 engenheiros agrónomos diplomados ou economistas agrícolas diplomados para o grupo de métodos de trabalho e administração de empresas, bem como
 - e) técnicos e pessoal auxiliar, em número suficiente.
2. prestar as demais contribuições a serem estipuladas no plano operacional mencionado no item 4.
3. isentar de licenças, taxas portuárias e demais encargos fiscais os equipamentos a serem fornecidos ao projeto pelo Governo da República Federal da Alemanha.

IV

1. o Governo da República Federal da Alemanha encarregará da execução de suas contribuições a "Deutsche Gesellschaft fuer Technische Zusammenarbeit (GTZ).
2. o Governo da República Federativa do Brasil encarregará da implementação do projeto o Centro Nacional de Engenharia Agrícola (CENEA).
3. os pormenores de implementação do projeto serão estabelecidos num plano operacional a ser elaborado conjuntamente pelo CENEA e pela Deutsche Gesellschaft fuer Technische Zusammenarbeit (GTZ)" e serão adaptados, caso necessário, ao andamento do projeto. O CENEA e a GTZ realizarão, no 19 semestre de 1986, uma avaliação conjunta do projeto.

V

1. De resto, aplicar-se-ão também ao presente Ajuste as disposições do acima referido Acordo Básico de Coopera-

ção Técnica, de 30 de novembro de 1963, inclusive a cláusula de Berlim (artigo 10), e o Ajuste de 13 de abril de 1982.

Caso o Governo da República Federativa do Brasil concorde com as propostas contidas nos itens 1 a 5, esta Nota e a de resposta de Vossa Excelência, em que se expresse a concordância do seu Governo, constituirão um Ajuste entre os nossos dois Governos, a entrar em vigor na data da Nota de resposta de Vossa Excelência.

Permita-me, Senhor Ministro, apresentar a Vossa Excelência os protestos da minha mais alta consideração".

2 Em resposta, informo Vossa Excelência de que o Governo brasileiro concorda com os termos da Nota acima transcrita, a qual, juntamente com a presente, passa a constituir um Ajuste entre os nossos dois Governos, a entrar em vigor na data de hoje.

Olavo Egydio Setúbal

Ministro de Estado das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil

PROJETO "PROGRAMA DE FOMENTO DA INTEGRAÇÃO DE ÁREAS RESIDENCIAIS MARGINALIZADAS NA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE"

A Sua Excelência o senhor Goetz Alexander Martius
Encarregado de Negócios a.i.
da República Federal da Alemanha.

Senhor Encarregado de Negócios,

Tenho a honra de acusar recebimento de sua Nota datada de hoje, cujo teor em português é o seguinte.

"Senhor Ministro,

Com referência á Ata das Negociações Intergovernamentais Teuto-brasileiras, de 13 de outubro de 1983, e em execução do Acordo Básico de Cooperação Técnica, de 30 de novembro de 1963, concluído entre os nossos dois Governos, tenho a honra de propor a Vossa Excelência, em nome do Governo da República Federal da Alemanha, o seguinte Ajuste sobre o projeto de Cooperação Técnica "Programa de Fomento da Integração de Áreas Residenciais Marginalizadas na Região Metropolitana de Belo Horizonte" (PN 83.2103.6):

I

1. O Governo da República Federal da Alemanha e o Governo da República Federativa do Brasil apoiarão conjuntamente, por até três anos, medidas que têm o objetivo de equipar, com instalações destinadas a satisfazer suas neces-

sidades básicas, áreas residenciais de baixa renda selecionadas na Região Metropolitana de Belo Horizonte e de preparar, para tais áreas, um programa global a médio prazo.

II

Ao Governo da República Federal da Alemanha caberá:

1. Enviar

a) um grupo de 3 técnicos, composto de um perito em infra-estrutura (chefe do grupo), um perito em planejamento social e um perito em planejamento de programas, por um período máximo de 90 homens/mês, incluídos os serviços conexos na República Federal da Alemanha, e

b) peritos de curto prazo para assessoramento em setores específicos, por um período máximo de 15/homens/mês, incluídos os serviços conexos na República Federal da Alemanha

2. Facultar, para um número máximo de 6 técnicos brasileiros, estágios de aperfeiçoamento em projetos na área de desenvolvimento urbano, no âmbito de programa de estágio orientado para a prática. Após o seu regresso, os técnicos brasileiros continuarão atuando no projeto, dando, após o término da promoção, prosseguimento autônomo às tarefas dos técnicos enviados.

3. Além disso, o Governo da República Federal da Alemanha está disposto a promover outras medidas necessárias à implementação do projeto. A extensão e os pormenores das mesmas serão regulamentados pelos executores referidos no Artigo V.

III

1. Ao Governo da República Federativa do Brasil caberá:

a) designar, nas instituições brasileiras competentes, 6 peritos pelo período máximo total de 180 homens/mês;

b) indicar, em contrapartida aos peritos de longo e curto prazo enviados pela República Federal da Alemanha, outros peritos, pelo período máximo, total de 30 homens/mês;

c) tomar providências para a contratação para o projeto de uma secretária versada na língua alemã.

2. Prover para os peritos do projeto as salas adequadas e os serviços correlatos, necessários à execução dos trabalhos, custeando, por outro lado, as publicações no Brasil.

3. Colocar à disposição, em caráter permanente, um ou, caso necessário, mais veículos de serviço, custeando sua manutenção e funcionamento.

4. Custear as despesas de viagens, inclusive diárias adequadas, dos peritos alemães e brasileiros, quando de viagens a serviço dentro do Brasil.

5. Proporcionar moradia adequada e devidamente mobiliada aos peritos previstos no Artigo II, parágrafo 1, alínea "a", e hospedagem em hotel aos peritos a curto prazo mencionados no Artigo II, parágrafo 1, alínea "b", ou pagar-lhes parcela adequada dessas despesas.

6. Custear as despesas de funcionamento e manutenção do projeto.

7. Prestar aos técnicos enviados todo o apoio na execução das tarefas que lhes foram confiadas, colocando-lhes à disposição toda a documentação necessária.

8. Isentar o material fornecido ao projeto por incumbência do Governo da República Federal da Alemanha de licenças, taxas portuárias, e demais encargos fiscais, providenciando, desde que avisado com a devida antecedência de seu embarque, o pronto desembarque alfandegário do material. A requerimento do órgão executor, as isenções acima aplicar-se-ão também ao material adquirido no Brasil. O material fornecido passará, quando da sua chegada no Brasil, ao patrimônio do Governo da República Federativa do Brasil, estando à inteira disposição do projeto e dos técnicos enviados para a execução das suas tarefas.

9. Encarregar-se das despesas de viagens dentro do Brasil garantindo aos técnicos brasileiros referidos no Artigo II, parágrafo 2, a continuação do pagamento dos seus vencimentos.

IV

Os peritos mencionados no Artigo II, parágrafo 1, deverão assessorar o Governo do Estado de Minas Gerais na execução das seguintes tarefas:

1. Nas áreas residenciais marginalizadas selecionadas na Região Metropolitana de Belo Horizonte:

a) planejamento e execução de atividades-piloto na área de infra-estrutura técnica;

b) planejamento e execução de programas piloto nas áreas de infra-estrutura social, de abastecimento de gêneros alimentícios e de criação de empregos; e

2. elaboração de um programa de saneamento a médio prazo, incluindo aspectos organizacionais e técnico-financeiros, visando à integração de áreas residenciais marginalizadas em toda a Região Metropolitana de Belo Horizonte.

V

1. O Governo da República Federal da Alemanha encarregará da execução das suas contribuições a "Deutsche Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit (GTZ) GmbH", 6236 Eschborn 1.

2. O Governo da República Federativa do Brasil encarregará da implementação do projeto o Governo do Estado de Minas Gerais.

3. Os executores, nos termos dos parágrafos 1 e 2 deste artigo, estabelecerão conjuntamente os pormenores da implementação adequada do projeto, adaptando-os, caso necessário, ao andamento do mesmo.

4. O Governo da República Federal da Alemanha e o Governo da República Federativa do Brasil procederão, conjuntamente, doze meses após o início das atividades previstas neste Ajuste, a uma avaliação do andamento do projeto.

VI

De resto, aplicar-se-ão também ao presente Ajuste as disposições do acima referido Acordo Básico, de 30 de novembro de 1963, inclusive a cláusula de Berlim (artigo 10)

Caso o Governo da República Federativa do Brasil concorde com as propostas apresentadas nos Artigos I a VI, esta Nota e a de resposta de Vossa Excelência, em que se expresse a concordância do seu Governo, constituirão Ajuste entre os nossos dois Governos, a entrar em vigor na data da Nota de resposta de Vossa Excelência.

Permita-me, Senhor Ministro, apresentar a Vossa Excelência os protestos da minha mais alta consideração".

Em resposta, informo Vossa Excelência de que o Governo brasileiro concorda com os termos da Nota acima transcrita, a qual, juntamente com a presente, passa a constituir Ajuste entre os nossos dois Governos a entrar em vigor na data de hoje.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha mais alta consideração.

Olavo Egydio Setúbal
Ministro de Estado das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil

os acordos entre o brasil e a França

ARTIGO I

O presente Ajuste tem por objetivos:

- 1) o estabelecimento de um sistema de intercâmbio acadêmico pelo qual docentes-pesquisadores brasileiros e franceses desenvolverão pesquisas científicas conjuntas a partir de iniciativas de uma das Partes e manifestação de interesse e aceitação da outra.
- 2) a formação e aperfeiçoamento de docentes e pesquisadores nas áreas específicas definidas pelos temas de pesquisa conjunta.
- 3) o intercâmbio de informações científicas, de documentação especializada e de publicações acadêmicas.

ARTIGO II

Os objetivos estabelecidos no Artigo I serão alcançados através de atividades que compreendem:

- a) intercâmbio de missões de identificação para análise das condições de realização das propostas de pesquisas conjuntas (anteprojetos) previamente examinadas por ambas as Partes. A duração dessas missões não excederá 20 dias;
- b) intercâmbio de missões de ensino e pesquisa, de docentes e de pesquisadores, para desenvolvimento de atividades acordadas nas missões de identificação e nas programações subsequentes estabelecidas de comum acordo por ambas as Partes;
- c) envio de bolsistas, em missões de estudos de aperfeiçoamento, pós-doutorado e para obtenção de títulos acadêmicos;
- d) publicação de trabalhos relacionados às pesquisas conjuntas efetuadas no âmbito deste Ajuste; troca de publicações do interesse das Partes; publicação, em português, de trabalhos relacionados com as teses dos estudantes beneficiários do presente Ajuste;
- e) intercâmbio de missões de avaliação, cuja duração não excederá 30 dias, aprovadas previamente pela Parte que as receba;
- f) fornecimento às universidades brasileiras, pelo Governo francês, de livros e documentos, bem como de equipamentos específicos, indispensáveis à realização das pesquisas conjuntas.

ARTIGO III

A execução deste Ajuste se fará mediante projetos interuniversitários, previamente aprovados pelas Partes, os quais serão executados através de convênios específicos entre as universidades brasileira e francesa interessadas.

Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Científica e Técnica entre o Brasil e a França (de 16 de janeiro de 1967), para a implantação de programa de cooperação interuniversitária, assinado, no Palácio do Itamaraty em Brasília, em 9 de maio de 1985, pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, Olavo Setúbal, e pelo Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da República Francesa, Bernard Dorin; e Acordo, por troca de Notas, para modificação no Quadro de Rotas do Acordo sobre Transportes Aéreos (de 29 de outubro de 1965) assinado, no Palácio do Itamaraty, em Brasília, em 15 de maio de 1985.

AJUSTE COMPLEMENTAR PARA IMPLEMENTAÇÃO DE PROGRAMA DE COOPERAÇÃO INTERUNIVERSITÁRIA

A Sua Excelência o Senhor Bernard Dorin,
Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da
República Francesa.

Senhor Embaixador,

Tenho a honra de acusar recebimento da Notade.número
455 datada de hoje, cujo teor em português é o seguinte:

"Senhor Ministro,

Tenho a honra de propor a Vossa Excelência, em nome do
Governo da República Francesa, o seguinte Ajuste Com-
plementar ao Acordo de Cooperação Científica e Técnica
no Campo da Cooperação Interuniversitária:

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo da República Francesa

Tendo em vista as disposições do Acordo de Cooperação
Científica e Técnica, de 16 de janeiro de 1967,

Considerando que os dois Governos desejam favorecer o
desenvolvimento do intercâmbio entre as Universidades
brasileiras e francesas,

Desejosos de concluir um Ajuste Complementar ao Acor-
do de Cooperação Científica e Técnica de 16 de janeiro de
1967, que regule a implementação de programa de coope-
ração interuniversitária,

Ajustam o seguinte:

ARTIGO IV

O presente Ajuste não se aplicará ao Programa de bolsas de estudo e bolsas de estágio financiado pelo Governo francês, nem ao Programa regular de bolsas no exterior da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e nem aos demais projetos e atividades de cooperação universitária executados no âmbito do Acordo de Cooperação Científica e Técnica, os quais terão prosseguimento conforme os dispositivos que os regem.

ARTIGO V

A responsabilidade pela execução do presente Ajuste, do lado brasileiro, é confiada à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), do Ministério da Educação.

ARTIGO VI

A responsabilidade pela execução do presente Ajuste, do lado francês, é confiada ao Comité Francês de Avaliação da Cooperação Universitária com o Brasil (COFECUB) órgão vinculado ao Ministério das Relações Exteriores e ao Ministério da Educação Nacional.

ARTIGO VII

Os órgãos encarregados, nos termos dos artigos V e VI, determinarão, de comum acordo, os mecanismos operacionais de implementação deste Ajuste, adaptando-os, sempre que necessário, aos projetos e programas específicos sob sua égide executados.

ARTIGO VIII

O sistema de intercâmbio referido no Artigo I, item 1, deste Ajuste, reger-se-á de conformidade com as seguintes disposições:

- 1) As bolsas e despesas de viagem dos docentes brasileiros, previstas no Artigo II, letra c, serão asseguradas pela CAPES - Ministério da Educação do Brasil.
- 2) Os salários do pessoal docente incluído nos programas de aperfeiçoamento a que se alude no item anterior, serão assegurados pela universidade de origem do docente.
- 3) O financiamento correspondente ao custeio eventual de despesas com pesquisa, como parte desses estudos, será examinado caso a caso pelo COFECUB e assegurado pela Parte francesa.
- 4) As despesas decorrentes do acompanhamento acadêmico dos bolsistas brasileiros deste programa correrão por conta da CAPES e serão pagos diretamente ao COFECUB. O acompanhamento acadêmico dos bolsistas será supervisionado por um responsável, designado pelo Conselho Científico do COFECUB.

ARTIGO IX

A Parte francesa oferecerá aos bolsistas brasileiros do presente Ajuste, através de suas entidades de ensino de língua francesa, a formação lingüística básica no Brasil, que será complementada por um estágio lingüístico na França.

ARTIGO X

O custeio das despesas de viagem e estada de missões de identificação e avaliação caberá, respectivamente, à CAPES, quando as missões se realizarem no Brasil, e à Parte francesa, quando as missões se realizarem na França.

ARTIGO XI

Para missões de trabalho de docentes-pesquisadores brasileiros à França, os custos relativos às passagens de ida e volta serão de responsabilidade da CAPES e as despesas de estada, a serem pagas no valor equivalente ao "Séjour d'Études" das categorias I ou II do Governo francês, definidas pela titulação do professor brasileiro, serão de responsabilidade da Parte francesa.

ARTIGO XII

1. Para as missões de trabalho de docentes-pesquisadores franceses ao Brasil, os custos relativos às passagens de ida e volta serão de responsabilidade da Parte francesa e as despesas de estada, de responsabilidade da CAPES, serão custeadas no valor das diárias pagas pela CAPES por serviço de consultoria, quando as missões tiverem duração de até 2 meses. Aos integrantes de missões com duração superior a dois meses, a CAPES pagará o equivalente ao salário de professor brasileiro do mesmo nível.

2. Os pagamentos aqui mencionados serão isentos de tributação na forma dos artigos XIX e XX da Convenção entre a República Francesa e a República Federativa do Brasil para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre o Rendimento, de 10 de setembro de 1971.

ARTIGO XIII

A seleção de bolsistas brasileiros, candidatos a título acadêmico na França, beneficiários deste Ajuste, será feita pela CAPES, obedecendo aos critérios adotados regularmente pelo Programa de Bolsas no Exterior e levando, ainda, em consideração a apreciação dos coordenadores brasileiro e francês do projeto em cujo âmbito se indicar o candidato.

ARTIGO XIV

Os candidatos a missões de estudo, que não visam a títulos acadêmicos, serão propostos pelo coordenador do projeto de uma das Partes, aceitos pela outra, e aprovados pela CAPES, quando candidato brasileiro, e pelo COFECUB, quando do lado francês.

ARTIGO XV

Os bolsistas brasileiros titulares de mestrado, selecionados no âmbito deste Ajuste, serão dispensados do "Diplome d'Études Approfondies" (DEA), podendo ser inscritos diretamente no doutorado. Entretanto, os coordenadores brasileiro e francês examinarão caso a caso as complementações de estudo eventualmente necessárias.

ARTIGO XVI

A seleção de bolsistas franceses para estágios no Brasil no âmbito deste Ajuste será feita pelo COFECUB, levando em consideração a aprovação do plano de estudos pelos coordenadores brasileiro e francês do projeto, e de conformidade com as normas das universidades brasileiras.

ARTIGO XVII

O financiamento de viagem e estada de bolsistas franceses em universidades brasileiras será de responsabilidade da Parte francesa.

ARTIGO XVIII

As questões de equivalência de diplomas serão tratadas segundo as legislações pertinentes de cada país.

ARTIGO XIX

Será realizada reunião anual de representantes das duas Partes, alternadamente na França e no Brasil, para avaliar os projetos de cooperação em curso, decidir sobre a suspensão ou reorientação de projetos, decidir sobre a programação do ano seguinte e estudar medidas que visem a equilibrar as despesas de ambas as Partes.

ARTIGO XX

Os projetos de iniciativa da CAPES serão por ela submetidos aos órgãos brasileiros competentes para a aprovação e formalização junto ao Governo francês, nos termos do Decreto nº 65.476, de 21 de outubro de 1969.

Os projetos de iniciativa da Parte francesa serão apresentados ao Governo brasileiro através dos canais diplomáticos.

ARTIGO XXI

O presente Ajuste pode se aplicar, após aprovação conjunta da CAPES e do COFECUB, a programas de formação e pesquisa, associando equipes de várias universidades e organismos de formação e de pesquisa. Neste último caso, os dirigentes desses organismos estarão habilitados a assinar, com os presidentes ou reitores das universidades, convênios na forma prevista no Artigo III.

ARTIGO XXII

O presente Ajuste terá a duração de cinco anos. Poderá ser denunciado por uma das Partes signatárias mediante noti-

ficação escrita prévia de seis meses. A denúncia não atingirá os projetos em andamento, os quais terão sua continuidade assegurada, a menos que se convenha em contrário.

2. Em resposta, informo Vossa Excelência de que o Governo brasileiro concorda com os termos da Nota acima transcrita, a qual, juntamente com a presente, passa a constituir um Ajuste entre os nossos dois Governos, que entrará em vigor na data de hoje.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha mais alta consideração.

Olavo Setúbal

Ministro de Estado das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil

ACORDO, POR TROCA DE NOTAS, PARA MODIFICAÇÃO NO QUADRO DE ROTAS

O Ministério das Relações Exteriores cumprimenta a Embaixada da França e tem a honra de acusar recebimento da Nota nº 397, de 16 de abril de 1985, referente à VI Reunião da Consulta Aeronáutica Brasil-França cujo teor é o seguinte:

"A Embaixada da França cumprimenta o Ministério das Relações Exteriores e, por determinação do seu Governo, tem a honra de comunicar-lhe o que segue:

Por ocasião da VI Reunião de Consulta Aeronáutica franco-brasileira, realizada no Rio de Janeiro, de 3 a 6 de dezembro de 1984, segundo o disposto no Artigo VIII do Acordo sobre Transportes Aéreos, firmado em Paris, em 29 de outubro de 1965, as Delegações brasileira e francesa acordaram no seguinte:

QUADRO DE ROTAS

O presente Quadro das Rotas cancela e substitui o Quadro das Rotas constante do anexo da Ata assinada em Paris, em 7 de maio de 1981, objeto da troca de Notas diplomáticas de 23.07.1981 e 02.02.1982, e torna-se parte integrante do anexo do Acordo sobre Transportes Aéreos Regulares, de 29 de outubro de 1965.

III - NOTAS

- 1 - As empresas brasileiras designadas poderão operar nos pontos além indicados, antes ou depois de Paris.
- 2 — A escala de Casablanca, no Quadro das Rotas francesas, será efetuada sem direitos de tráfego entre Casablanca e o Brasil.
- 3 — As empresas francesas designadas poderão operar em Montevidéu, antes ou depois de Buenos Aires.

- 4 — A escala de Recife e/ou Brasília e/ou Rio de Janeiro e/ou São Paulo e/ou Buenos Aires e/ou Montevideu e/ou Santiago do Chile não poderá ser efetuada via as Antilhas e/ou Guiana francesas e/ou via Manaus 9/ou Belém; este dispositivo se aplica no marco das relações entre a França e o Brasil.

I - BRASIL
Rota de longo curso

Pontos de saída	Pontos Intermediários	Pontos na França metropolitana	Pontos além
Pontos em território brasileiro	Lagos Monróvia Freetown Lisboa Porto Madri	Paris e/ou Nice	Londres (1) Frankfurt (1) Roma (1) Zurique (1) Amsterdam (1)

Rota Regional

Pontos de saída	Pontos na Guiana francesa	Pontos intermediários	Pontos nas Antilhas francesas	Pontos além
Pontos no Norte do Brasil	Caiena	Paramaribo e/ou Georgetown e/ou Port of Spain e/ou Bridgetown e/ou Cu ração e/ou Aruba	Fort de France Pointe à Pitre	Um ponto na América do Norte a ser definido de comum acordo

II - FRANÇA

Rota de longo curso

Pontos de saída	Pontos nas Antilhas francesas e na Guiana francesa	Pontos Intermediários	Pontos no Brasil	Pontos além
Pontos na França metropolitana	Antilhas e/ou Guiana francesas (4)	Casablanca (2) Dacar	Recife e/ou Brasília e/ou Rio de Janeiro e/ou São Paulo e/ou Belém e/ou Manaus	Buenos Aires Montevideu (3) Santiago do Chile Lima (5)

Rota Regional

Pontos de saída	Pontos intermediários	Pontos no Brasil	Pontos além
Pontos nas Antilhas francesas e/ou Guiana francesa (6)	Paramaribo Georgetown Bridgetown Cu ração Aruba	Belém Manaus Macapá	Lima

- 5 — A escala de Lima só poderá ser efetuada via Belém e/ou Manaus; este dispositivo se aplica no marco das relações entre a França e o Brasil.
- 6 — A escala de Caiena poderá ser efetuada depois dos pontos intermediários indicados.

A Embaixada da França tem a honra de informar o Ministério das Relações Exteriores de que as disposições, que precedem, têm a plena aceitação do Governo francês.

Caso o Governo brasileiro também esteja de acordo, a Embaixada da França tem a honra de propor ao Ministério das Relações Exteriores que a presente Nota e a resposta do Ministério das Relações Exteriores constituam a troca de Notas prevista no Artigo VII do Acordo sobre Transporte Aéreo franco-brasileiro, assinado em Paris em 29 de outubro de 1965, a vigorar na data dessa última nota.

A Embaixada da França aproveita a ocasião para renovar ao Ministério das Relações Exteriores os protestos da sua elevada consideração.

2. Em resposta, o Ministério das Relações Exteriores informa a Embaixada da França da concordância do Governo brasileiro com a proposta contida na Nota em apreço, a qual com a presente resposta constitui a troca de Notas prevista no Artigo VIII do Acordo sobre Transporte Aéreo entre os dois países, com vigência a partir desta data.

Brasília, em 15 de maio de 1985.

VI REUNIÃO DE CONSULTA AERONÁUTICA BRASIL- FRANÇA

ATA FINAL

Autoridades aeronáuticas do Brasil e da França se reuniram no Rio de Janeiro, de 3 a 6 de dezembro de 1984, para a realização da VI Reunião de Consulta Aeronáutica, nos termos do artigo VIII do Acordo sobre Transportes Aéreos Regulares, de 29 de outubro de 1965.

Os integrantes de cada Delegação estão relacionados no Anexo 1 à presente Ata.

A agenda aprovada pelas Delegações constitui o Anexo 2 à presente Ata.

As duas Delegações examinaram os pontos da agenda e acordaram o seguinte:

I - REEXAME DO QUADRO DE ROTAS

As duas Delegações estão de acordo em alterar o Quadro das Rotas; cada Parte Contratante disporá doravante de uma rota de longo curso e de uma rota regional.

Nestas condições, o Quadro das Rotas em anexo (Anexo nP 3) cancela e substitui o Quadro de Rotas constante do Anexo nP 3 da Ata Final assinada em Paris, em 7 de maio de 1981, objeto de troca de notas diplomáticas, em 23 de julho de 1981 e em 2 de fevereiro de 1982, e torna-se parte integrante do Anexo ao Acordo sobre Transportes Aéreos Regulares, de 29 de outubro de 1965.

A Delegação francesa pediu a inclusão do ponto de Recife na rota regional francesa. Por outro lado, ela deseja que a escala de Lima possa ser efetuada, via Recife, numa ou noutra de suas duas rotas. A Delegação brasileira tomou nota das reivindicações da Delegação francesa, referentes à escala de Recife.

A Delegação francesa propôs a inclusão de uma cláusula geral de inversão de escalas. A Delegação brasileira tomou nota deste pedido, que será examinado por ocasião da próxima Consulta entre os dois países.

II -CAPACIDADE

As Delegações decidiram reformular a capacidade acordada na III Reunião de Consulta. Em consequência, concordaram em que as empresas designadas de cada Parte Contratante poderão operar, semanalmente, em cada sentido, nas respectivas rotas do Quadro de Rotas da seguinte forma:

- a) Rota de longo curso: cinco (5) serviços de "Boeing 747", similar ou inferior, podendo um deles ser exclusivamente cargueiro;*
- b) Rota Regional: dois (2) serviços de "Airbus", similar ou inferior, com capacidade total de 300 assentos, no entendimento que esta limitação prevalece somente no tráfego de passageiros entre as escalas brasileiras e as escalas na Guiana e nas Antilhas Francesas.

Não obstante o que precede, ambas Delegações estão de acordo que, nos serviços fronteiriços, as capacidades utilizadas pelas empresas francesa ou brasileira, operando com aeronaves equipadas com menos de vinte (20) assentos, serão objeto de exame e autorizações administrativas, num espírito de boa vontade recíproca. Estas disposições se aplicam, atualmente, entre Caiena e Macapá.

* não obstante estas disposições, a "VARIG" está autorizada a efetuar seis (6) serviços semanais, até 30 de abril de 1985.

As disposições acima referidas cancelam e substituem o item 2 do Anexo 4 (Memorando Confidencial) da Ata Final, de 7 de maio de 1981.

)

III - TRÁFEGO ACESSÓRIO (QUINTA LIBERDADE)

A Delegação francesa solicitou que a quota anual da empresa "AIR FRANCE" entre o Brasil e os países do Prata e o Chile fosse elevada para 10.500 passageiros. A respeito, a Delegação brasileira indicou que a quota prevista é de 6.500 passageiros por ano, mas concordou em fixá-la em 8.500 passageiros para o ano de 1985.

A Delegação francesa sugere que os passageiros fazendo "stop over" no Brasil não sejam computados na quota acima estabelecida e comunicou que pretende escrever às autoridades brasileiras sobre este assunto. A Delegação brasileira respondeu que esta questão está, atualmente, sob estudo.

IV - ASSUNTOS GERAIS

1. Reavaliação da Capacidade. Ambas as Delegações acordaram em que um novo encontro entre autoridades aeronáuticas das duas Partes seja previsto em data a ser fixada, em princípio na primavera europeia de 1986, com a finalidade principal de reavaliar a capacidade oferecida pelas empresas de ambas as Partes.

2. Práticas tarifárias de terceiros transportadores. A Delegação francesa manifestou sua preocupação pela prática tarifária exercida por alguns terceiros transportadores, especialmente por aqueles exercitando direitos de sexta liberdade no mercado França/Brasil. Ambas as Delegações acordaram na necessidade de uma severa fiscalização, tanto quanto possível coordenada entre as autoridades aeronáuticas das duas Partes, com vistas a manter a disciplina tarifária no mercado.

3. Operação no Aeroporto de Guarulhos. A Delegação da França manifestou o interesse da empresa designada francesa de operar, eventualmente, no futuro, seus serviços exclusivamente cargueiros com aeronave "Boeing 747—F" no Aeroporto de Guarulhos em São Paulo. A Delegação brasileira informou que a atual orientação da autoridade aeronáutica brasileira, quanto à utilização dos aeroportos da área metropolitana de São Paulo, é no sentido de que a operação de serviços exclusivamente cargueiros será feita no Aeroporto de Viracopos em Campinas, primordialmente dedicado a tais operações.

A presente Ata Final entrará em vigor na data de sua assinatura, no limite dos poderes administrativos das autoridades aeronáuticas, devendo vigorar, em definitivo, após troca de notas diplomáticas.

Feita no Rio de Janeiro, no dia 6 de dezembro de 1984, em dois exemplares, igualmente válidos, nos idiomas português e francês.

Maj Brigdo Ar-WALDIR PINTO DA FONSECA
Pela Delegação do Brasil

Sr. CLAUDE PROBST
Pela Delegação da França

VI REUNIÃO DE CONSULTA

BRASIL- FRANÇA

DELEGAÇÃO BRASILEIRA

Chefe : Maj Brig do Ar — Waldir Pinto da Fonseca
Presidente da CERNAI

Delegados: Conselheiro Oswaldo Eurico Balthazar
Portella
Ministério das Relações Exteriores

Cel Int Antônio Carlos Rodrigues Serra de Castro
Membro da CERNAI

Cel Av R/R — João Luiz Moreira da Fonseca
Membro da CERNAI

Doutor José Simões Henriques
Membro da CERNAI

Doutor Guttemberg Rodrigues Pereira
Membro da CERNAI

Assessores: Sr. João Batista Andrade

Sr. Leôncio Helou
VARIG S/A

DELEGATION FRANCAISE

M. Probst, Sous-Directeur des Affaires Internationales au Service des Transports Aériens à la Direction Generale de L'Aviation Civile — President

Melle Bailly, de la Direction des Affaires Economiques et Financieres au Ministère des Relations Exteriores

M. Barthelemy, Adjoint au Chef du Bureau des Relations Bilaterales au Service des Transports Aériens a la DGAC

M. Patry, Chef du Service des Accords a la Direction des Relations Commerciales Internationales D'Air France

M. de Guerny, Directeur de Réseau Ameri-
que du Sud D'Air France

VI REUNIAO DE CONSULTA

MMe Venault, Chef du Secteur Amerique
du sud au Service des A eco rd s a la Di-
rection des Relations Commerciales Inter-
nationales D'Air France

BRASIL /FRANÇA

Melle Abraham, du Service des Accords a
la Direction des Relations Commerciales
Internationales D'Air France

AGENDA

M. Fillieres, Directeur D'Air France au
Bresil.

- I — Reexame do Quadro de Rotas
- II — Capacidade
- III — Tráfego Acessório (Quinta Liberdade)
- IV — Assuntos Gerais

QUADRO DAS ROTAS

ANEXO

O presente Quadro das Rotas cancela e substitui o Quadro das Rotas constante do anexo da Ata assinada em Paris, em 7 de maio de 1981, objeto da troca de notas diplomáticas de 23.07.1981 e 02.02.1982, e torna-se parte integrante do anexo do Acordo sobre Transportes Aéreos Regulares, de 29 de outubro de 1965.

I - B R A S I L

Rota de longo curso

Pontos de saída	Pontos intermediários	Pontos na França metropolitana	Pontos além
Pontos em território brasileiro	Lagos Monróvia Freetown Lisboa Porto Madri	Paris e/ou Nice	Londres (1) Frankfurt (1) Roma (1) Zurique (1) Amsterdam (1)

Rota Regional

Pontos de saída	Pontos na Guiana francesa	Pontos interme- diários	Pontos nas Antilhas francesas	Pontos além
Pontos no Norte do Brasil	Caïena	Paramaribo e/ou Georgetown e/ou Port of Spain e/ou Bridgetown e/ou Curaçao e/ou Aruba	Fort de France Pointe à Pitre	Um ponto na América do Norte a ser de- finido de co- mum acordo

II - F R A N Ç A

Rota de longo curso

Pontos de saída	Pontos nas Antilhas francesas e na Guiana francesa	Pontos Intermediários	Pontos no Brasil	Pontos além
Pontos na França metropolitana	Antilhas e/ou Guiana francesas (4)	Casablanca (2) Dacar	Recife e/ou Brasília e/ou Rio de Janeiro e/ou São Paulo e/ou Belém e/ou Manaus	Buenos Aires Montevideu (3) Santiago do Chile Lima (5)

Rota Regional

Pontos de saída	Pontos intermediários	Pontos no Brasil	Pontos além
Pontos nas Antilhas francesas e/ou Guiana francesa (6)	Paramaribo Georgetown Port of Spain Bridgetown Curaçao Aruba	Belém Manaus Macapá	Lima

III - NOT AS

1 — As **empresas** brasileiras designadas poderão operar nos pontos **além** indicados, **antes** ou depois de Paris.

2 — A escala de Casablanca, no Quadro das Rotas francesas, será **efetuada** sem direitos de tráfego entre Casablanca e o Brasil.

3 — As empresas francesas designadas poderão operar em Montevideu, antes ou depois de Buenos Aires

4 — A escala de Recife e/ou Brasília e/ou Rio de Janeiro e/ou São Paulo e/ou Buenos Aires e/ou Montevideu e/ou Santiago do Chile não poderá ser efetuada via as Antilhas e/ou Guiana francesas e/ou via Manaus e/ou Belém; este dispositivo se aplica no marco das relações entre a França e o Brasil.

5 — A escala de Lima só poderá ser efetuada via Belém e/ou Manaus; este dispositivo se aplica no marco das relações entre a França e o Brasil.

6 — A escala de Caiena poderá ser efetuada depois dos pontos intermediários indicados.

atos bilaterais do brasil com outros*4)aíses, que entraram em vigor no segundo trimestre de 1985

Adendo ao Convênio Especial entre a Diretoria de Hidrografia e Navegação, do Rio de Janeiro, e o Institut Für Meereskunde, de Kiel, de 01 de outubro de 1976, assinado em Brasília, em 18 de setembro de 1984, entrou em vigor a 9 de abril de 1985 e foi publicado no Diário Oficial número 106, de 7 de junho de 1985; e Acordo Brasil-Japão sobre Cooperação no Campo da Ciência e Tecnologia, assinado em Tóquio, em 25 de maio de 1984, foi aprovado pelo Decreto Legislativo número 10, de 7 de junho de 1985 e entrou em vigor a 20 de junho de 1985.

ADENDO AO CONVÊNIO ESPECIAL ENTRE A DIRETORIA DE HIDROGRAFIA E NAVEGAÇÃO E O INSTITUT FÜR MEERESKUNDE

Senhor Embaixador,

Tenho a honra de me referir à assinatura em Brasília, aos 18 de setembro último, pela Comissão Interministerial pa-

ra os Recursos do Mar (CIRM), a Diretoria de Hidrografia e Navegação (DHN), do Ministério da Marinha, e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pelo lado brasileiro, e pelo "Institut für Meereskunde" (IfM), de Kiel, pelo lado alemão de Adendo ao "Convênio Especial entre o DHN e o IfM, assinado em 19 de outubro de 1976".

2. Pelo Artigo IV do mencionado Adendo — que designa nova entidade brasileira executora ao Convênio Especial — entrará ele em vigor por troca de notas diplomáticas, "uma vez aprovado pelos Governos da República Federativa do Brasil e da República Federal da Alemanha".

3. Assim, caso o Governo da República Federal da Alemanha esteja de acordo, proponho que esta Nota e a de resposta de Vossa Excelência, constituam, na data desta última, acordo entre os dois Governos para dar vigência ao referido Adendo.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha mais alta consideração.

Ramiro Saraiva Guerreiro
Ministro de Estado das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil

**ADENDO AO CONVÊNIO ESPECIAL ENTRE A
DIRETORIA DE HIDROGRAFIA E NAVEGAÇÃO,
DO RIO DE JANEIRO. E O INSTITUT FÜR
MEERESKUNDE
(INSTITUTO PARA CIÊNCIAS DO MAR), DE KIEL.
ASSINADO EM 01 DE OUTUBRO DE 1976**

A Comissão Interministerial para os Recursos do Mar,
(doravante denominada CIRM).

A Diretoria de Hidrografia e Navegação, do Ministério da Marinha, do Rio de Janeiro,
(doravante denominada DHN),

O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico,
(doravante denominado CNPq),

e

O Institut für Meereskunde, de Kiel,
(doravante denominado IfM),

Considerando os termos do Convênio Especial sobre Cooperação Científica e Tecnológica, no campo das ciências marítimas, assinado em 01 de outubro de 1976, em consonância como Artigo 1, parágrafo 3 do Acordo Geral sobre Cooperação nos setores de Pesquisa Científica e do Desenvolvimento Tecnológico, entre a República Federativa do Brasil e a República Federal da Alemanha, de 9 de junho de 1969,

Acordam o seguinte:

ARTIGO I

Em lugar da DHN, a CIRM passará a ser o órgão executor, pelo lado brasileiro, do Convênio Especial no campo das ciências marítimas.

ARTIGO II

O CNPq passa a fazer parte do Convênio Especial acima referido, com a atribuição de assistir a CIRM na sua execução e na do presente Adendo.

ARTIGO III

Ficam retificados os demais Artigos do referido Convênio.

ARTIGO IV

Este Adendo entrará em vigor uma vez aprovado pelos Governos da República Federativa do Brasil e da República Federal da Alemanha mediante troca de notas e terá a mesma duração que o Convênio Especial sobre Cooperação Científica e Tecnológica, no campo das ciências marítimas, de 01 de outubro de 1976.

ARTIGO V

Em caso de renovação do Convênio Especial, o presente Adendo fica automaticamente renovado.

Feito em Brasília, aos 18 dias de setembro de 1984.

PELA COMISSÃO INTERMINISTERIAL
PARA OS RECURSOS DO MAR:

PELO INSTITUT FÜR MEERESKUNDE
AN DER UNIVERSITÄT KIEL:

PELA DIRETORIA DE HIDROGRAFIA
E NAVEGAÇÃO:

PELO CONSELHO NACIONAL DE
DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO
E TECNOLÓGICO:

**ACORDO BRASIL-JAPÃO SOBRE
COOPERAÇÃO NO CAMPO DA CIÊNCIA E
TECNOLOGIA**

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo do Japão,

Reconhecendo a importância crescente nos últimos anos da cooperação no campo da ciência e da tecnologia entre os dois países,

Acreditando que tal cooperação contribuirá para o progresso económico e social de seus respectivos países,

Com vistas a fomentar ainda mais a referida cooperação,

Acordam em que:

ARTIGO I

Os dois Governos, com base nos princípios de igualdade e benefícios mútuo, promoverão entre si a cooperação no campo da ciência e da tecnologia. Essa cooperação será realizada pelos dois Governos nas áreas da ciência e da tecnologia a serem determinadas de comum acordo.

ARTIGO II

Entre as modalidades de cooperação previstas neste Acordo, poderão ser incluídas:

- a) encontros de variadas formas, para o debate e intercâmbio de informações sobre ciência e tecnologia;
- b) envio e recebimento de cientistas e pessoal técnico;
- c) troca de informações sobre ciência e tecnologia;
- d) implementação de projetos e programas, conjuntos ou coordenados, para pesquisa científica e desenvolvimento tecnológico; e
- e) outras formas de cooperação que possam ser mutuamente acordadas.

ARTIGO III

Os dois Governos estabelecerão uma Comissão Mista Brasileiro-Japonesa de Cooperação em Ciência e Tecnologia (doravante designada "Comissão") para a consecução dos objetivos deste Acordo. A Comissão se reunirá alternadamente no Brasil e no Japão, em datas a serem acordadas por via diplomática.

ARTIGO IV

1. A Comissão terá as seguintes funções:
 - a) debater as principais questões de política relacionadas à implementação deste Acordo;
 - b) examinar o progresso da implementação deste Acordo; e
 - c) apresentar propostas aos dois Governos no que diz respeito a medidas específicas que assegurem a realização da cooperação prevista neste Acordo.
2. Os contatos referentes às funções da Comissão, efetuados durante os intervalos das suas sessões, serão realizados por via diplomática.

ARTIGO V

Ajustes complementares que estabeleçam os detalhes e procedimentos das atividades específicas de cooperação no âmbito deste Acordo poderão ser efetuados entre os dois Governos ou suas agências, consoante o que for mais apropriado. Esses ajustes complementares serão efetuados de acordo com as práticas administrativas de cada Governo.

ARTIGO VI

Cada um dos Governos concederá aos nacionais do outro país os meios necessários para a realização de atividades sob a égide deste Acordo.

ARTIGO VII

Os dispositivos previstos neste Acordo serão implementados em conformidade com as leis e regulamentos vigentes em cada um dos países.

ARTIGO VIII

Nada neste Acordo pode ser interpretado com vistas a prejudicar outros ajustes de cooperação entre os dois Governos, existentes na data da assinatura deste Acordo ou concluídos posteriormente.

ARTIGO IX

1. O presente Acordo entrará em vigor na data do recebimento pelo Governo do Japão de nota do Governo da República Federativa do Brasil informando que os requisitos necessários à vigência do Acordo foram satisfeitos. Este Acordo permanecerá em vigor por dois anos e continuará vigente até o seu término, conforme o disposto no parágrafo 2 abaixo.

2. Qualquer dos dois Governos poderá, mediante o envio de comunicação por escrito ao outro Governo, com antecedência de seis meses, denunciar este Acordo, que terminará ao final do período inicial de dois anos ou a qualquer momento posterior.

3. O término do presente Acordo não afetará a consecução de nenhum projeto ou programa em andamento e que não haja sido totalmente implementado à época do final deste Acordo.

Em testemunho do que os signatários, devidamente autorizados por seus respectivos Governos, assinam o presente Acordo.

Feito em Tóquio, aos 25 dias do mês de maio de 1984, em dois originais nos idiomas português, japonês e inglês, sendo os três textos igualmente autênticos. No caso de qualquer divergência de interpretação, o texto inglês prevalecerá.

Pelo Governo da República
Federativa do Brasil:

Ramiro Saraiva Guerreiro

Pelo Governo do
Japão:

Shintaro Abe

acordos promulgados

Convenção Brasil—França de Cooperação Judiciária em Matéria Civil, Comercial, Trabalhista e Administrativa, assinada, em Paris, em 30 de janeiro de 1981, foi aprovada pelo Decreto Legislativo número 38, de 31 de agosto de 1984, publicado no **Diário Oficial** de 3 de setembro de 1984, entrou em vigor a 2 de abril de 1985 e foi promulgada pelo Decreto 91.207, de 29 de abril de 1985, publicado no **Diário Oficial** número 80, de 30 de abril de 1985. O texto dessa Convenção foi publicado por esta Resenha, em seu número 28, página 141.

Acordo de Co-Produção Cinematográfica Brasil-Portugal, assinado, em Lisboa, em 3 de fevereiro de 1981, foi aprovado pelo Decreto Legislativo número 40, de 25 de setembro de 1984, entrou em vigor a 4 de junho de 1985, foi promulgado pelo Decreto 91.332, de 14 de junho de 1985, publicado no **Diário Oficial** número 112, de 17 de junho de 1985. O texto desse Acordo foi publicado por esta Resenha, em seu número 28, página 156.

ato bilateral do brasil com outro país, assinado no segundo trimestre de 1985 e que ainda não se acha em vigor

Acordo Brasil-Áustria sobre Cooperação Econômica e Industrial, assinado, em Viena, em 3 de maio de 1985.

registro de assentamentos de atos multilaterais, dos quais o brasil é parte, ocorridos no segundo trimestre de 1985

CONVENÇÃO INTERNACIONAL RELATIVA À UTILIZAÇÃO DA RADIODIFUSÃO NA CAUSA DA PAZ- 1936

Tchecoslováquia RATIFICOU.
Afeganistão ADERIU.

CONVENÇÃO PARA A PROTEÇÃO DA FLORA, FAUNA E DAS BELEZAS CÊNICAS NATURAIS DOS PAÍSES DA AMÉRICA- 1940

Suriname RATIFICOU.

CONSTITUIÇÃO DA ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE- 1946

Brunei Darussalam ACEITOU.

CONVENÇÃO PARA A REPRESSÃO DO TRÁFEGO DE PESSOAS E DO LENOCÍDIO- 1950

Bangladesh ACEITOU.

CONVENÇÃO INTERNACIONAL PARA A PROTEÇÃO DE BENS CULTURAIS EM CASO DE CONFLITO ARMADO E PROTOCOLO ANEXO - 1954

Suécia ADERIU.

CONVENÇÃO SUPLEMENTAR SOBRE A ABOLIÇÃO DA ESCRAVATURA, DO TRÁFICO DE ESCRAVOS E DAS INSTITUIÇÕES E PRÁTICAS ANÁLOGAS À ESCRAVATURA- 1956

Bangladesh ADERIU.

CONVENÇÃO SOBRE A PRESTAÇÃO DE ALIMENTOS NO ESTRANGEIRO- 1956

Austrália ADERIU.

CONVENÇÃO DE VIENA SOBRE RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS E PROTOCOLO OPCIONAL À CONVENÇÃO DE VIENA SOBRE RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS SOBRE AQUISIÇÃO DE NACIONALIDADE- 1961

Tailândia RATIFICOU.

CONVENÇÃO DE VIENA SOBRE RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS- 1961

Turquia ADERIU.

PROTOCOLO FACULTATIVO RELATIVO AO PACTO INTERNACIONAL SOBRE DIREITOS CIVIS E POLÍTICOS- 1966

Espanha ADERIU.

CONVENÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE TRANSPORTE INTERNACIONAL MULTIMODAL DE MERCADORIAS- 1980

Senegal RATIFICOU.

CONVENÇÃO QUE INSTITUI A ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA PROPRIEDADE INTELECTUAL (OMPI) - 1967

Islândia RATIFICOU

CONVENÇÃO SOBRE A IMPRESCRITIBILIDADE DOS CRIMES DE GUERRA E DOS CRIMES CONTRA A HUMANIDADE- 1968

Coreia, Rep. Pop. Dem. e Laos, Rep. Pop. Dem. ADERIRAM.

CONVENÇÃO DE VIENA SOBRE DIREITO DOS TRATADOS- 1969

Colômbia APROVOU

CONVENÇÃO DE BERNA PARA A PROTEÇÃO DAS OBRAS LITERÁRIAS E ARTÍSTICAS- 1971

Irlanda ADERIU.

CONVENÇÃO PARA A REPRESSÃO DE ATOS ILÍCITOS CONTRA A SEGURANÇA DA AVIAÇÃO CIVIL - 1971

Bahamas ADERIU.

CONVENÇÃO SOBRE SUBSTÂNCIAS PSICOTRÓPICAS- 1971

Botswanae Bolívia ADERIRAM.

CONVENÇÃO SOBRE A PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO MUNDIAL, CULTURAL E NATURAL - 1972

Suécia e Rep. Dominicana RATIFICARAM

CONVENÇÃO ADUANEIRA SOBRE CONTAINERS, 1972

E.U.A. RATIFICOU.
Cuba ACEITOU.

CONVENÇÃO INTERNACIONAL SOBRE A ELIMINAÇÃO E A REPRESSÃO DO CRIME DO "APARTHEID" - 1973

Bangladesh ADERIU.

CONVENÇÃO SOBRE A PREVENÇÃO E A REPRESSÃO DAS INFRAÇÕES CONTRA AS PESSOAS QUE GOZAM DE PROTEÇÃO INTERNACIONAL, INCLUSIVE OS AGENTES DIPLOMÁTICOS - 1973

Jordâniae Suíça ADERIRAM.

CONVENÇÃO RELATIVA À DISTRIBUIÇÃO DE SINAIS PORTADORES DE PROGRAMAS TRANSMITIDOS POR SATÉLITE - 1974

E.U.A. RATIFICOU.

CONVENÇÃO ADUANEIRA SOBRE O TRANSPORTE INTERNACIONAL DE MERCADORIAS COM COBERTURA DAS CADERNETAS TIR - 1975

Turquia e Albânia ADERIRAM

EMENDAS AOS ARTIGOS 24 e 25 DA CONSTITUIÇÃO DA ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE - 1976

Panamá ACEITOU.

CONVENÇÃO SOBRE PROIBIÇÃO DA UTILIZAÇÃO DE TÉCNICAS DE MODIFICAÇÃO AMBIENTAL PARA FINS MILITARES OU QUAISQUER OUTROS FINS HOSTIS- 1976

Brasil e Austrália RATIFICARAM.

Nova Zelândia e Coreia, Rep. Pop. Dem. ADERIRAM.

PROTOCOLO AO TRATADO RELATIVO À NEUTRALIDADE PERMANENTE E AO FUNCIONAMENTO DO CANAL DO PANAMÁ- 1977

Belize e Países Baixos ADERIRAM

TRATADO DE BUDAPEST SOBRE O RECONHECIMENTO INTERNACIONAL DO DEPÓSITO DE MICRO-ORGANISMOS PARA FINS DE PROCESSO EM MATÉRIA DE PATENTES - 1977

Dinamarca RATIFICOU

CONVÊNIO IBERO-AMERICANO DE SEGURIDADE SOCIAL DE QUITO - 1978

Colômbia RATIFICOU

CONVÊNIO IBERO-AMERICANO DE COOPERAÇÃO EM SEGURIDADE SOCIAL 1978

Colômbia RATIFICOU

CONVENÇÃO SOBRE A PROIBIÇÃO DO DESENVOLVIMENTO, PRODUÇÃO E ESTOCAGEM DE ARMAS BACTERIOLÓGICAS (BIOLÓGICAS) E À BASE DE TOXINAS E SUA DESTRUÇÃO - 1972

Colômbia Ratificou

CONVENÇÃO CONCERNENTE AO TRABALHO NOTURNO DOS MENORES, NA INDÚSTRIA (Convenção nP 6) - 1919

Colômbia RATIFICOU

CONVENÇÃO RELATIVA A IDADE DE ADMISSÃO DE MENORES NO TRABALHO AGRÍCOLA (Nº 10) - 1921

Colômbia RATIFICOU

CONVENÇÃO SOBRE A ELIMINAÇÃO DE TODAS AS FORMAS DE DISCRIMINAÇÃO CONTRA AS MULHERES - 1979

Bangladesh ADERIU
Coreia, Rep. da, Senegal e Nova Zelândia RATIFICARAM

CONSTITUIÇÃO DA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL (UNIDO) - 1979

Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Polónia e Itália RATIFICARAM

EMENDAS À CONVENÇÃO SOBRE A ORGANIZAÇÃO MARÍTIMA CONSULTIVA INTERGOVERNAMENTAL - 75/77/1979

Nigéria e Panamá ACEITARAM

CONVENÇÃO INTERNACIONAL CONTRA A TOMADA DE REFÉNS - 1979

E.U.A. e Suíça RATIFICARAM

ACORDO INTERNACIONAL DO CACAU, 1980

Venezuela RATIFICOU

CONVENÇÃO SOBRE A PROTEÇÃO FÍSICA DE MATERIAIS NUCLEARES - 1980

Paraguai, Turquia e Guatemala RATIFICARAM

CONVÊNIO CONSTITUTIVO DO FUNDO COMUM PARA PRODUTOS DE BASE - 1980

Reino de Butão, Jamaica e Guatemala RATIFICARAM

CONVENÇÃO SOBRE PROIBIÇÕES OU RESTRIÇÕES AO EMPREGO DE CERTAS ARMAS CONVENCIONAIS QUE POSSAM SER CONSIDERADAS EXCESSIVAMENTE NOCIVAS - 1980

Paquistão RATIFICOU

CONVENÇÃO SOBRE CONTRATOS PARA A VENDA INTERNACIONAL DE MERCADORIAS - 1980

Iugoslávia RATIFICOU

TRATADO SOBRE PROTEÇÃO DO SÍMBOLO OLÍMPICO - 1981

El Salvador, Cuba e México ADERIRAM

SEXTO ACORDO INTERNACIONAL DO ESTANHO - 1981

Itália RATIFICOU

ACORDO INTERNACIONAL SOBRE JUTA E PRODUTOS DA JUTA - 1982

França APROVOU
Espanha ADERIU

CONVENÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE O DIREITO DO MAR - 1982

Sudão, Senegal e Santa Lúcia RATIFICARAM

CONVÊNIO INTERNACIONAL DO CAFÉ DE 1983 - 1982

França APROVOU
Zâmbia e Cuba ADERIRAM
Itália RATIFICOU

ESTATUTOS DO CENTRO DE ENGENHARIA GENÉTICA E BIOTECNOLOGIA - 1983

Iraque RATIFICOU

ACORDO INTERNACIONAL DA MADEIRA TROPICAL - 1983

Finlândia, Suécia, Congo, Gana, Itália e Libéria RATIFICARAM
Malásia ACEITOU

ACORDO INTERNACIONAL DO AÇÚCAR, 1984 - 1984

Fiji, Suécia, Guiana, Noruega, Nicarágua, Uganda, Austrália, Barbados, Malawi, Maurício, Suíça, Trindade e Tobago, África do Sul, Coreia, Rep. da e Guatemala RATIFICARAM

Rep. Dem. Alemã APROVOU

comunicado e notas

brasil ajuda a dar curso de diplomacia na guiné-bissau

Comunicado do Itamaraty à imprensa, divulgado em Brasília, em 12 de abril de 1985:

Realiza-se na capital da Guiné-Bissau o 19.º Curso de Formação de Diplomatas com a participação de 35 estudantes guineenses e que faz parte de projeto de cooperação tripartite entre a UNITAR (United Nations Institute for Training and Research), o Instituto Rio-Branco e o Governo da Guiné-Bissau.

Com duração de três meses o curso está dividido em três etapas de um mês. A primeira, a cargo do Governo local, se propõe a apresentar aos futuros diplomatas os objetivos e prioridades da política exterior do país. No segundo mês, professores da UNITAR expõem assuntos de importância no âmbito das Nações Unidas, além de outros temas de interesse da Guiné-Bissau relacionados aos organismos internacionais.

O PAPEL DO RIO-BRANCO

A última parte do curso é ministrada por professores do Instituto Rio-Branco e abrange matérias fundamentais à formação de diplomatas como Prática Diplomática e Consular, Direito Internacional Público, Relações Internacionais e Economia Internacional. Ao término do curso, os aprovados recebem um diploma dos três organizadores e ingressam no serviço diplomático de seu país.

O projeto ora em execução na Guiné-Bissau é o terceiro realizado em países da África com a participação da UNITAR e do Instituto Rio-Branco. A primeira experiência se deu em Cabo Verde, em 1983, e a segunda em 1984, no Gabão.

Esses dois cursos tiveram como objetivo o aperfeiçoamento de funcionários diplomáticos já no exercício de suas funções nas respectivas Chancelarias. O curso na Guiné-Bissau é, portanto, a primeira experiência de fato na formação de novos quadros destinados especificamente ao Serviço Diplomático.

Brasília, 12 de abril de 1985

o falecimento do presidente tancredo neves

Comunicado do Itamaraty à imprensa, divulgado em Brasília, em 21 de abril de 1985, e pronunciamento do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Olavo Egydio Setúbal, na mesma data, a propósito do falecimento do Presidente Tancredo Neves:

COMUNICADO DO ITAMARATY À IMPRENSA

O Ministro de Estado das Relações Exteriores informou do falecimento do Presidente Tancredo Neves, por telegrama, todas as Missões diplomáticas e Repartições Consulares do Brasil no exterior. Os postos foram informados também, nas mesmas mensagens, da decretação de luto oficial por oito dias. Por outro lado as Embaixadas foram instruídas a passarem Notas aos Governos junto aos quais estão acreditadas, transmitindo a notícia do falecimento. As Embaixadas e Consulados receberam igualmente instruções para abrirem Livros de Condolências, abertos à assinatura das autoridades e particulares que desejarem expressar seu pesar.

PRONUNCIAMENTO DO CHANCELER OLAVO SETÚBAL

No momento em que a Nação assiste consternada e perplexa o fim do longo sofrimento do Presidente Tancredo de Almeida Neves, e seu desenlace comove o País, cabe lembrar, com saudade e pesar, o ilustre homem público que, por mais de quatro décadas, teve uma participação importante nas grandes decisões nacionais, e homenagear o estadista que, eleito em memorável campanha que uniu todos os segmentos da sociedade brasileira, legou as bases para a fundação da Nova República. *

* Essa mensagem foi transmitida às Missões diplomáticas e Repartições consulares do Brasil no exterior.

países em desenvolvimento querem participação efetiva nas discussões sobre o sistema financeiro internacional

Comunicado do Itamaraty à imprensa, divulgado em Brasília, em 26 de abril de 1985:

O Ministro de Estado das Relações Exteriores convocou, às 12 horas de hoje, 26 de abril de 1985, os Embaixadores da República Federal da Alemanha, Canadá, Estados Unidos da América, República Francesa, Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte, Itália e Japão, para entregar-lhes cópia da carta que o Presidente da República Oriental do Uruguai, Júlio Maria Sanguinetti, está dirigindo, em nome dos países signatários do Consenso de Cartagena (República Argentina, República da Bolívia, República Federativa do Brasil, República do Chile, República da Colômbia, República Dominicana, República do Equador, Estados Unidos Mexicanos, República do Peru, República Oriental do Uruguai, República da Venezuela) aos Governos dos países participantes da Reunião de Cúpula de Bonn, a realizar-se em 2 e 3 de maio próximo.

A mensagem enfatiza que o problema da dívida externa não está superado e define a necessidade de uma participação adequada e efetiva dos países em desenvolvimento nas próximas rodadas de discussões relativas ao comércio e sobre a reforma do sistema financeiro internacional.

Entende também que essas questões devem ter um tratamento prioritário e interligado, em vista da correlação existente entre as duas questões.

Salienta ainda que para atingir esse objetivo são necessárias decisões políticas que permitam superar os obstáculos hoje existentes.

brasil reafirma apoio ao grupo de contadora para pacificação da américa central

Comunicado do Itamaraty à imprensa, divulgado em Brasília, em 6 de maio de 1985:

O Governo brasileiro vem acompanhando com extrema preocupação o agravamento da situação na América Central.

Em coerência com sua posição de respeito aos princípios da autodeterminação, da solução pacífica de controvérsias e da não-ingerência, o Brasil reafirma seu apoio aos esforços de pacificação que vêm sendo conduzidos pelo Grupo

de Contadora. Nesse sentido, não apoia a adoção de sanções unilaterais, em discordância com os princípios do Direito Internacional e que a experiência histórica recente, inclusive na América Latina, revelou ser contraproducente, assim como de ações capazes de inserir a crise centro-americana no contexto da confrontação ideológica global.

Apreensivo diante da possibilidade de uma deterioração da convivência interamericana, o Governo brasileiro renova seu apelo à paz e dirige uma exortação veemente aos Estados envolvidos na crise centro-americana a que busquem uma solução negociada para suas divergências.

itamaraty anuncia visita do presidente josé sarney ao uruguai

Comunicado do Itamaraty à imprensa, divulgado em Brasília, em 21 de maio de 1985:

Atendendo a convite do Senhor Presidente da República Oriental do Uruguai, Doutor Júlio Maria Sanguinetti, o Senhor Presidente da República Federativa do Brasil, Doutor José Sarney, visitará oficialmente o Uruguai nos dias 12, 13 e 14 de agosto próximo.

Os dois Governos atribuem uma especial significação a este primeiro encontro entre os dois Chefes de Estado das Repúblicas irmãs do Brasil e Uruguai, para se reforçarem os laços políticos, econômicos e culturais entre as duas nações, no espírito de colaboração e entendimento em que se desenvolvem as relações uruguaio-brasileiras, como marcaram entre outros, os contatos que mantiveram, em Brasília, no princípio do mês de abril, os Senhores Chanceleres Setúbal e Iglesias.

governo brasileiro defende acesso da namíbia à independência

Nota do Itamaraty à imprensa, divulgada em Brasília, em 18 de junho de 1985:

O Governo brasileiro recebeu com preocupação a notícia de que ontem, 17 de junho, o Governo da África do Sul proclamou o "autogoverno" da Namíbia e efetivou a instalação de um "governo de transição" naquele território.

O Brasil defende a plena implementação da Resolução 435 (1978), do Conselho de Segurança das Nações Unidas, que estabeleceu o procedimento para o acesso da Namíbia à independência, através de eleições livres supervisionadas pelas Nações Unidas. O Governo brasileiro con-

Sidera que quaisquer medidas unilaterais para a criação de organismos constitucionais ou para a transferência de poder na Namíbia fora do quadro da resolução 435 são inaceitáveis, nulas e sem efeito, apenas contribuindo para agravar a situação na África Austral.

o sequestro de avião no líbano

**Comunicado do Itamaraty à imprensa, divulgado
em Brasília, em 20 de junho de 1985:**

O Brasil está acompanhando com apreensão os desenvolvimentos do episódio do sequestro do avião da TWA. O Governo brasileiro lamenta profundamente esse ato que se insere num contexto de repetidas ações de violência que vem ocorrendo no Líbano, país com o qual mantemos as melhores relações e por cuja independência, soberania e integridade territorial temos repetidamente nos manifestado. O Brasil expressa sua preocupação humanitária com o destino das pessoas inocentes sequestradas e apela veementemente para que sejam tomadas medidas que permitam sua libertação imediata.

governo brasileiro repudia ato de violação do território da república do botswana

Mensagem do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Olavo Setúbal, em 21 de junho de 1985, ao Ministro das Relações Exteriores da República do Botswana, G.K.T. Chiepe:

Tendo sido informado da recente incursão de comandos sul-africanos no território do Botswana, desejo reafirmar o repúdio brasileiro a este injustificável ato de violação da soberania e da integridade territorial da República do Botswana. Aproveito esta oportunidade para apresentar a

solidariedade do Governo e do povo da República Federativa do Brasil a essa nação amiga.
Mais alta consideração.

Olavo Egydio Setúbal
Ministro das Relações Exteriores
da República Federativa do Brasil

chanceler brasileiro envia mensagem a henry kissinger

Telegrama do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Olavo Setúbal, a Henry Kissinger, enviado em 24 de junho de 1985:

Aceite meus cumprimentos pelo importante artigo publicado hoje. A análise realista da situação dos países endividados e a proposta construtiva eficaz para a solução dessa grave situação internacional representam uma significativa contribuição para o equacionamento negociado do problema da dívida externa dos países da América Latina. Cordialmente,

Olavo Egydio Setúbal
Ministro de Estado das Relações Exteriores

áfrica do sul não autoriza viagem do cardeal dom paulo evaristo arns a pretória

**Comunicado do Itamaraty à imprensa, divulgado
em Brasília, em 26 de junho de 1985:**

O Ministério das Relações Exteriores lamenta que o Governo da África do Sul não tenha autorizado a viagem pastoral do Cardeal Dom Paulo Evaristo Arns a Pretória, a convite da Conferência dos Bispos da África do Sul.

O Brasil é testemunha do amor, da generosidade e do esforço pertinaz que a causa da aproximação argentino-chilena, tão ansiosamente esperada pelos vizinhos latino-americanos, mereceu de Vossa Santidade em mais esta missão a serviço da fraternidade entre os povos. Esteja certo, Beatíssimo Padre, de que a obra realizada faz jus ao reconhecimento e homenagem da comunidade internacional, servindo-lhe de exemplo e inspiração quando necessitem ser renovados os compromissos com a paz, o diálogo e a cooperação entre seus membros.

Mais alta consideração.

José Sarney

Presidente da República Federativa do Brasil

MENSAGEM AO CHANCELER CHILENO

Referindo-me à troca dos instrumentos de ratificação do Tratado de Paz e Amizade entre as Repúblicas do Chile e da Argentina, peço a Vossa Excelência aceitar as minhas sinceras felicitações pelo magnífico desfecho do processo negociador que, sob a égide da Santa Sé, está conduzindo os dois países a uma aproximação duradoura de grande alcance e significado. O Governo brasileiro estima que os efeitos desse acordo serão extremamente benéficos para toda a comunidade latino-americana.

Cordialmente,

Olavo Egydio Setúbal

Ministro de Estado das Relações Exteriores
da República Federativa do Brasil

MENSAGEM AO CHANCELER ARGENTINO

Apraz-me enviar a Vossa Excelência as mais cordiais felicitações pelo êxito alcançado na mediação do Papa João Paulo II, que ora culmina, de modo significativo, na troca dos instrumentos de ratificação do Tratado de Paz e Amizade entre Argentina e Chile. Estou persuadido de que, a partir deste acontecimento, serão fortalecidos cada vez mais os laços de cooperação fraterna e solidária entre as nações latino-americanas.

Cordialmente,

Olavo Egydio Setúbal

Ministro de Estado das Relações Exteriores da,
República Federativa do Brasil

MENSAGEM AO SECRETÁRIO DE ESTADO DO VATICANO

Ao ensejo da troca dos instrumentos de ratificação do Tratado de Paz e Amizade entre a República Argentina e a

República do Chile, desejo congratular-me com Vossa Eminência pelo feliz resultado a que chega, em sua derradeira etapa, a mediação de Sua Santidade o Papa João Paulo II. O Brasil atribui inestimável valor à contribuição prestada pela Santa Sé para consolidar a paz e a convivência fraterna entre os povos latino-americanos.

Cordialmente,

Olavo Egydio Setúbal

Ministro de Estado das Relações Exteriores da
República Federativa do Brasil

portugal ingressa no mercado comum europeu

Mensagem do Presidente José Sarney ao povo português, enviada em 13 de junho de 1985, por ocasião do ingresso de Portugal no Mercado Comum Europeu:

Em nome do povo brasileiro, saúdo a nação portuguesa no momento da conclusão dos acordos que a integram a comunidade europeia.

O Brasil vê na participação de Portugal, nessa entidade internacional, o alargamento de sua influência sempre devotada às causas de cooperação e da harmonia entre os povos.

Tudo que ocorre na vida portuguesa tem reflexos no Brasil pelas nossas raízes, pela nossa cultura, pela nossa história, pelo nosso destino comum, no presente e nos caminhos do futuro.

Enriquecendo os elementos de diálogo da comunidade europeia, a contribuição portuguesa será fiel à sua índole conciliatória e à sua vocação universalista.

Da parte do Brasil, espero o fortalecimento ainda maior dos laços singulares que unem brasileiros e portugueses.

Agradeço o simpático convite para este pronunciamento e renovo a mensagem de profunda amizade fraternal do povo português.

cartas do chanceler brasileiro a autoridades do governo norte-americano

Cartas do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Olavo Setúbal, enviadas, em 14 de junho de 1985, ao Secretário de Estado norte-americano, George Schultz, ao Secretário de Comércio dos Estados Unidos da América, Malcolm Baldrige, e ao United States Trade Representative (USTR) designado, Clayton Yeutter:

CARTA A GEORGE SCHULTZ

Prezado Senhor secretário,

Muito apreciei a oportunidade de me haver reunido ontem com Vossa Excelência, para o que considero ter sido uma proveitosa troca de opiniões sobre temas de interesse para nossos países. Desejo agradecer-lhe, também, pelo almoço que me foi oferecido após nossa reunião.

Não tive, porém, oportunidade de lhe mencionar um ponto específico e muito importante: a decisão tomada pela maioria dos membros da ITC (International Trade Commission), no dia 12 de junho, de recomendar ao Presidente dos Estados Unidos a proteção da indústria doméstica de calçados não derivados de borracha (non-rubber) por meio da imposição de uma quota global sobre as importações durante os próximos 5 anos. Isto é motivo de grande preocupação no Brasil.

Calçados não — derivados de borracha (non-rubber) constituem o nosso mais importante item unitário na exportação de manufaturados para os Estados Unidos, tendo suas vendas atingido perto de 900 milhões de dólares em 1984. Este valor é crítico para nossos esforços de ajustamento no Balanço de Pagamentos. A indústria de calçados é parte vital das economias de alguns dos estados mais importantes no Brasil. Cerca de 200 empresas estão engajadas na exportação de calçados, sendo responsáveis por mais de 100.000 empregos. Quaisquer restrições importantes nos Estados Unidos, de longe nosso mais importante mercado de exportação, teriam impacto adverso imediato e dramático de natureza econômica, política e social no Brasil.

Pela soma global — de comércio envolvida, calçados não derivados de borracha (non-rubber) representam um item tão importante quanto virtualmente todas as outras questões comerciais bilaterais pendentes combinadas. Esta circunstância está implícita na importância para o Brasil da decisão a ser tomada pelo Presidente em função da recomendação do ITC. Por esta razão conto com os melhores esforços de Vossa Excelência para evitar que quaisquer medidas de restrição a importações sejam adotadas contra exportações brasileiras de calçados não-derivados de borracha (non-rubber).

Olavo Setúbal
Ministro de Estado das Relações Exteriores da
República Federativa do Brasil

CARTA A MALCOLM BALDRIDGE

Prezado Senhor Secretário,

Apreciei muitíssimo ter tido a oportunidade de encontrá-lo em 12 de junho. Espero que nossa troca de pontos de vista sobre questões de interesse comum tenha sido tão proveitosa para Vossa Excelência como foi para mim.

Quero referir-me a uma daquelas questões, qual seja a decisão tomada pela maioria dos membros do ITC, de recomendar ao Presidente dos Estados Unidos que a indústria doméstica de calçados não derivados de borracha (non-rubber) seja protegida por meio da imposição de uma quota global de importações para os próximos cinco anos. Conforme lhe declarei, essa recomendação causou grande preocupação no Brasil.

Calçados não — derivados de borracha (non-rubber) constituem o nosso mais importante item unitário na exportação de manufaturados para os Estados Unidos, tendo suas vendas atingido perto de 900 milhões de dólares em 1984. Este valor é crítico para nossos esforços de ajustamento no Balanço de Pagamentos. A indústria de calçados é parte vital das economias de alguns dos estados mais importantes no Brasil. Cerca de 200 empresas estão engajadas na exportação de calçados, sendo responsáveis por mais de 100.000 empregos. Quaisquer restrições importantes nos Estados Unidos, de longe nosso mais importante mercado de exportação, teriam impacto adverso imediato e dramático de natureza econômica, política e social no Brasil.

Pela soma global — de comércio envolvida, calçados não derivados de borracha (non-rubber) representam um item tão importante quanto virtualmente todas as outras questões comerciais bilaterais pendentes combinadas. Esta circunstância está implícita na importância para o Brasil da decisão a ser tomada pelo Presidente em função da recomendação do ITC. Por esta razão conto com os melhores esforços de Vossa Excelência para evitar que quaisquer medidas de restrição a importações sejam adotadas contra exportações brasileiras de calçados não-derivados de borracha (non-rubber).

Olavo Setúbal
Ministro de Estado das Relações Exteriores da
República Federativa do Brasil

CARTA A CLAYTON YEUTTER

Prezado Senhor Yeutter,

A decisão tomada pela maioria dos membros do ITC em 12 de junho, no sentido de recomendar ao Presidente dos Estados Unidos que a indústria doméstica de calçados não derivados de borracha (non-rubber) seja protegida por meio da imposição de uma quota global de importação para os próximos cinco anos, causou grande preocupação no Brasil.

Calçados não-derivados de borracha (non-rubber) constituem o nosso mais importante item unitário na exportação de manufaturados para os Estados Unidos, tendo suas vendas atingido perto de 900 milhões de dólares em 1984. Este valor é crítico para nossos esforços de ajustamento no Balanço de Pagamentos. A indústria de calçados é parte vital das economias de alguns dos estados mais importantes no Brasil. Cerca de 200 empresas estão engajadas na exportação de calçados, sendo responsáveis por mais de

100.000 empregos. Quaisquer restrições importantes nos Estados Unidos, de longe nosso mais importante mercado de exportação, teriam impacto adverso imediato e dramático de natureza econômica, política e social no Brasil.

Pela soma global — de comércio envolvida, calçados não derivados de borracha (non-rubber) representam um item tão importante quanto virtualmente todas as outras questões comerciais bilaterais pendentes combinadas. Esta circunstância está implícita na importância para o Brasil da decisão a ser tomada pelo Presidente em função da recomendação do ITC. Por esta razão conto com os melhores esforços de Vossa Excelência para evitar que quaisquer medidas de restrição a importações sejam adotadas contra exportações brasileiras de calçados não-derivados de borracha (non-rubber).

Olavo Setúbal
Ministro de Estado das Relações Exteriores da
República Federativa do Brasil

os dez anos da independência de moçambique

Mensagens do Presidente José Sarney ao Presidente de Moçambique, Samora Machel, e do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Olavo Setúbal, ao Ministro dos Negócios Estrangeiros daquele País, Major-General Joaquim Alberto Chissano, enviadas em 26 de junho de 1985, por ocasião dos 10 anos de independência de Moçambique:

MENSAGEM DO PRESIDENTE JOSÉ SARNEY

A sua Excelência o Senhor Samora Moisés Machel, Presidente da República Popular de Moçambique. Maputo — Moçambique. Na ocasião em que se comemoram os dez anos da independência e da formação da República Popular de Moçambique, o Governo e o povo brasileiros vem, por meu intermédio, congratular-se com essa nação-irmã africana. Pensando num passado comum, nas afinidades étnicas e culturais que unem os nossos povos, antevemos um futuro promissor de um relacionamento que soube amadurecer e adaptar-se à difícil conjuntura atual dos países em desenvolvimento. Nesta nova década, que se inicia, o Brasil continuará a acompanhar, com interesse, o desenvolvimento dessa grande nação africana. Com a confiança no aprofundamento cada vez maior da cooperação entre nossos dois países, desejo expressar ao povo moçambicano os mais sinceros votos de paz, progresso e felicidade.

Com os melhores votos pela saúde e felicidade pessoal de Vossa Excelência e minha mais alta consideração.

José Sarney
Presidente da República Federativa do Brasil

MENSAGEM DO CHANCELER OLAVO SETÚBAL

Exm^o Sr. Major-General Joaquim Alberto Chissano, Ministro dos Negócios Estrangeiros da República Popular de Moçambique. Maputo.

Na ocasião em que se comemora o décimo aniversário da independência do Estado moçambicano, rogo a Vossa Excelência aceitar minhas congratulações e expressões de contentamento, bem como os votos sinceros de paz e prosperidade para a nação moçambicana.

Renovo a confiança de que os estreitos laços de amizade que unem Brasil e Moçambique tornar-se-ão cada vez mais sólidos e profundos nessa nova década que ora se inicia para Moçambique.

Com os meus melhores votos pela saúde e felicidade de Vossa Excelência e minha mais alta consideração.

Olavo Egydio Setúbal
Ministro de Estado das Relações Exteriores

organização das nações unidas completa 40 anos

Mensagem do Presidente José Sarney ao Secretário Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), Javier Pérez de Cuellar, enviada em 26 de junho de 1985, a propósito dos 40 anos daquela organização:

O Governo e o povo do Brasil juntam-se aos outros Membros das Nações Unidas na celebração do quadragésimo aniversário da assinatura da Carta das Nações Unidas. Valho-me desta oportunidade para reafirmar a adesão do Brasil aos propósitos e princípios da Carta, os quais constituem a única base sobre a qual um justo e próspero futuro para a humanidade poderá ser construído. Desejo também reiterar nossa confiança em que, com sua valiosa assistência como Secretário Geral, as Nações Unidas lograrão fortalecer seu papel na solução pacífica de conflitos e na preservação da paz e da segurança internacionais.

Mais alta consideração.

José Sarney
Presidente da República Federativa do Brasil

notícias

tucano será avião de treinamento básico da raf

A Embaixada do Brasil em Londres informou que o Ministro da Defesa do Reino Unido, anunciou, no dia 21 de março de 1985, à Câmara dos Comuns que o avião brasileiro TUCANO, a ser fabricado na Grã-Bretanha (Irlanda do Norte) pela empresa SHORTS BROTHERS, foi escolhido, após longa e minuciosa avaliação, como o futuro avião de treinamento básico da R.A. F.

Participaram da concorrência, inicialmente, cerca de 18 aviões, número posteriormente reduzido, após inúmeros testes e avaliações, a apenas 2, o TUCANO e o avião suíço PILATUS, versão melhorada do PC-7, que já havia competido, sem êxito, com o TUCANO, em concorrência realizada pela Força Aérea Egípcia.

A R.A.F. deverá encomendar, de imediato, cerca de 140 a 160 unidades.

A venda do TUCANO à R.A.F. é, provavelmente, o primeiro caso de fornecimento, por um país em desenvolvimento, de um item fundamental, em realidade um sistema completo, a setor militar de um país altamente desenvolvido.

A escolha, agora, do TUCANO pela R. A. F., após haver sido ele selecionado pela Força Aérea Egípcia, abre novos e amplas perspectivas de exportação para o avião brasileiro, que se afigura ser o "estado da arte" em sua categoria.

primeiro curso regional sobre administração pública em cabo verde

Teve início no último dia 30 de março de 1985, em Praia, Cabo Verde, o I Curso Regional Sobre Administração Pública, com a presença de seis participantes de cada país africano de língua portuguesa e com duração prevista de dez semanas.

A organização do curso foi confiada à Fundação para o Desenvolvimento da Administração do Estado de São Paulo (FUNDAP), que deslocou para Praia as professoras Augusta Barbosa e Cláudia Fuser.

O financiamento ficou a cargo do convênio PNUD/SIDA (Swedish International Development Agency).

pennsylvania university promove o quinto festival de cinema brasileiro

Realizou-se entre 2 e 5 de abril de 1985, com grande êxito de público, o V Festival de Cinema Brasileiro promovido pela Pennsylvania University. Na sessão inaugural, quando foi exibido "Erendira", de Rui Guerra, compareceram cerca de mil e quinhentas pessoas. Foram projetados ainda "Sargento Getúlio", de Hermano Penna, e "Como era gostoso meu Francês", de Nelson Pereira dos Santos, além de alguns curta-metragens adquiridas pela Universidade, entre eles "Exilados em sua própria terra", de Guido Araújo (responsável pelas Jornadas Cinematográficas de Cachoeira), que estava presente na sessão. A Embaixada do Brasil em Washington co-patrocinou o evento, que constou também de seminários e recital de música.

empresas suecas no brasil retomam ritmo de atividade

Segundo informações procedentes da Embaixada do Brasil em Estocolmo, em 8 de abril de 1985, a retomada do ritmo de atividade das empresas suecas no Brasil vem sendo objeto de freqüentes comentários nos círculos econômicos e financeiros daquele país. O assunto foi tratado inicialmente por ocasião do seminário promovido em Estocolmo, na primeira semana de março passado, pela Câmara de Comércio Sueco-Brasileira, juntamente com o conselho sueco de exportação. Recentemente, em extensa matéria publicada no jornal "Dagens Industri", o Sr. Anders Davidson fez breve análise dos resultados obtidos em 1984 por algumas das principais indústrias suecas instaladas no Brasil. Assim, a subsidiária brasileira do grupo Sandvik encerrou o ano com cerca de 114 milhões de coroas suecas de lucro (aproximadamente SEK 1,00 — Cr\$ 500,00) o que equivale a um aumento de 97 milhões de coroas em relação ao ano anterior, ou seja, um terço do volume total de vendas, calculado em 320 milhões de coroas. Na opinião do Presidente da Sandvik do Brasil, Johan Sorensen, deve-se tal resultado aos baixos custos e à otimização do aproveitamento dos recursos da empresa. Apesar da retração dos negócios, a partir de 1981, a Sandvik prosseguiu em seu programa de investimentos. Também a Atlas COPCO alcançou em 1984 resultados muito melhores do que no ano anterior, segundo seu presidente Jan E. Ahlin, que calcula ser a produção atual das indústrias suecas sediadas no Brasil cerca de 2/3 das cifras obtidas nos anos mais prósperos, como um dos indícios mais seguros dessa recuperação econômica. Citou o exemplo de indústrias como a VOLVO, SAAB-SCANIA e a própria ATLAS-COPCO, cujas linhas de produção funcionam

atualmente em regime de plena capacidade. Finalmente, acredita o Senhor Ahlin, que essa tendência positiva continuará acentuando-se ainda mais no segundo semestre do corrente ano.

técnicos do ministério da indústria aeronáutica da china visitam o centro técnico aeroespacial

Chegou ao Brasil, no dia 14 de abril de 1985, missão de dezessete técnicos do Ministério da Indústria Astronáutica da China para cumprir programa de visita ao Centro Técnico Aeroespacial (CTA), em São José dos Campos, com duração prevista até 9 de maio.

A visita teve por objetivo iniciar a implementação de cooperação entre os dois países no campo da tecnologia espacial, prevista nos termos do Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica assinado em 29 de maio de 1984, por ocasião de visita presidencial à China.

Como consequência da assinatura do referido Ajuste Complementar, missão chinesa visitou as instalações do Centro Técnico Aeroespacial e do Instituto de Pesquisas Espaciais em agosto de 1984, a fim de promover avaliação de áreas específicas para cooperação. Com o mesmo objetivo, missão de técnicos brasileiros, chefiada pelo Presidente da Comissão Brasileira de Atividades Espaciais (COBAE), visitou a China em dezembro último.

Como resultado dessas duas visitas de avaliação, a missão chinesa que ora se encontra no País deverá discutir com os técnicos do Centro Técnico Aeroespacial aspectos concretos das áreas de cooperação já identificadas.

primeira reunião da comissão nacional para assuntos da atadi

Realizou-se no dia 17 de abril de 1985, a primeira reunião da Comissão Nacional para Assuntos da ALADI (CNAALADI), na Sala Geminada B do Itamaraty. Na abertura dos trabalhos, às 11 horas, o Ministro Olavo Setúbal, proferiu breve discurso.

A Comissão Nacional para Assuntos da ALADI é um órgão colegiado composto por representantes do Itamaraty, dos Ministérios da Fazenda, Indústria e Comércio, Transportes, Agricultura e Planejamento, do Banco Central do Brasil, da Secretaria Executiva da Comissão de Política Aduaneira — CPA, da CACEX, das Confederações Nacionais da indústria, Agricultura e Comércio 3 dos Trabalhadores da Indústria.

A CNAALADI examina os assuntos relativos à atuação do Brasil no âmbito da ALADI e recomenda as posições negociadoras na Associação. Seu presidente é o Chefe do Departamento Econômico do Itamaraty, ao qual está subordinada a Divisão da ALADI, que desempenha a função de Secretaria Executiva da Comissão. Não há periodicidade obrigatória para as reuniões da Comissão.

novela da televisão brasileira faz sucesso na polónia

Após o seu sucesso na China (onde Lucélia Santos foi reconhecida como atriz favorita do público chinês — 300 milhões de telespectadores), a Televisão Polonesa está também transmitindo "A Escrava Isaura", produção da Globo em versão compacta de 15 capítulos. O seriado tem obtido grande índice de audiência da parte do público polonês, que tem pouco acesso a manifestações artísticas de nosso país e que pela primeira vez assiste a uma telenovela brasileira. Em recente programa de televisão, telespectadores solicitaram a reprise de "A Escrava Isaura" aos sábados, de modo a permitir que os trabalhadores noturnos pudessem assisti-la, o que vem comprovar a boa acolhida que o produto televisivo brasileiro vem alcançando naquele país.

programação radiofónica brasileira nos estados unidos da américa

Desde o dia 12 de abril de 1985, mais três estações de rádio norte-americanas se incorporaram à programação Brazilian Hour, realizada pelo Consulado-Geral do Brasil em Los Angeles, no campo da divulgação da música popular brasileira. São elas a WAMC-FM de Albany, Nova Iorque; a WVPE-FM de Elkhart, Indiana; e a KALW-FM de São Francisco, Califórnia.

instituto rio-branco completa 40 anos de funcionamento

O Instituto Rio-Branco — única escola brasileira que forma diplomatas — completou 40 anos de existência no dia 20 de abril de 1985. Foi criado pelo Decreto-Lei 7.473, de 18 de abril de 1945, como homenagem ao centenário do Barão do Rio-Branco, celebrado em 20 de abril desse ano.

Em quatro décadas de vida, o Instituto Rio-Branco formou ou recrutou quase 90% dos integrantes da carreira diplomática e consular do Brasil, os quais trabalham em 96 Embaixadas, 70 Consulados brasileiros no exterior e, em Brasília, na Secretaria de Estado do Ministério das Relações Exteriores ou emprestados à Presidência da República, outros Ministérios e Governos Estaduais.

COMO ERA ANTES

Até 1918, não havia um modo definido de arregimentação dos diplomatas brasileiros. Trabalhavam para o Itamaraty, representando o Brasil lá fora, personalidades de expressão política e literária, sempre pessoas de tradicionais famílias. No tempo do Barão do Rio-Branco, ele mesmo escolhia os funcionários do Itamaraty, segundo seus próprios critérios.

No final da primeira Grande Guerra Mundial, estabeleceu-se o concurso público para ingresso na carreira diplomática, que se tornou regular e rotineiro em 1938. O antigo DASP passou a cuidar do concurso. Foi nessa época, no início da década de 1940, que ingressaram no Itamaraty, por exemplo, nossos Embaixadores mais antigos, entre os quais os três últimos ex-Chanceleres: Saraiva Guerreiro, Azeredo da Silveira e Mário Gibson Barbosa.

APROVAR OS DE BOM NÍVEL

O aparecimento do Instituto Rio-Branco, em 1945, é um marco histórico, pois regulamenta o ingresso dos jovens na carreira de diplomata em nosso País. Além de disciplinar o exame vestibular para admissão no curso, o Instituto encarregou-se, também, da formação dos novos diplomatas, com um ensino dirigido exclusivamente à profissão.

A primeira turma do Rio-Branco terminou o curso (que dura dois anos) em 1947, com 27 integrantes. As vagas oferecidas, a cada ano, dependem das necessidades do quadro de diplomatas do Itamaraty. Podem ser 20, 30, 40 ou mais. Essa limitação torna o vestibular do Rio-Branco mais difícil que o de muitas escolas de nível superior, particularmente porque não existe a preocupação de preencher vagas, mas, sim, de aprovar aqueles que de fato demonstrem qualidades suficientes.

REGIONALIZAÇÃO

O Instituto Rio-Branco tem procurado recrutar seus alunos em todas as regiões do País. Assim, a primeira das três fases de seu vestibular é realizada em Brasília e 10 Capitais de Estado, a saber: Porto Alegre, Curitiba, São Paulo, Rio, Belo Horizonte, Salvador, Recife, Fortaleza, Belém e Manaus. Nessa fase, os candidatos precisam demonstrar proficiência em Português e uma das duas línguas estrangeiras pedidas (Inglês ou Francês, sendo apenas uma delas eliminatória). Os aprovados fazem as segunda e terceira fases do vestibular somente em Brasília, transportados às custas do Itamaraty que paga passagens de avião (ida e volta) e diárias para a alimentação e hospedagem.

BOLSAS E FACILIDADES

Durante o curso, os alunos ganham bolsas de estudos e moradia funcional em Brasília, onde são dadas as aulas. Os alunos recebem também pequenas facilidades para alimentação e transporte. Uma das maiores vantagens, no entanto, é que os graduados pela escola não enfrentam proble-

ma de mercado de trabalho: uma vez concluído O curso, são automaticamente nomeados para a carreira, começando a trabalhar de imediato no Itamaraty, como diplomata.

Tem sido crescente o número de mulheres nos cursos do Instituto Rio-Branco. No momento, elas representam quase 30% do total, fato muito significativo porque, no passado, até 1954, as mulheres eram impedidas, por lei, de exercerem as funções de diplomata.

APERFEIÇOAMENTO

O Rio Branco, desde 1977, organiza o Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas (CAD) e o Curso de Altos Estudos (CAE), com o objetivo de propiciar aos diplomatas a oportunidade de atualizar seus conhecimentos sobre o desenvolvimento econômico, social e político do País.

O primeiro desses cursos — CAD — é necessário para o diplomata ser promovido de Segundo para Primeiro-Secretário, e o outro, o CAE, para a promoção de Conselheiro para Ministro de 2ª Classe. A hierarquia da carreira é Terceiro, Segundo, Primeiro-Secretário, Conselheiro, Ministro de 2ª Classe e Ministro de 1ª Classe (mais conhecido como Embaixador).

BOLSISTAS ESTRANGEIROS

Desde a mudança do Instituto do Rio de Janeiro para Brasília, em 1976, freqüentam seus cursos bolsistas da África e das Américas do Sul e Central, no contexto da política do Governo brasileiro de aproximação e intensificação de relações com países em desenvolvimento.

Já passaram ou estão estudando no Rio-Branco jovens de 26 países, sendo 14 sul e centro-americanos (Barbados, Bolívia, Colômbia, Costa Rica, El Salvador, Equador, Guatemala, Guiana, Haiti, Honduras, Panamá, República Dominicana, Suriname e Venezuela) e 12 africanos (Cabo Verde, Costa do Marfim, Gabão, Gana, Guiné-Bissau, Mali, Quênia, São Tomé-e-Príncipe, Tanzânia, Togo, Zâmbia e Zimbábue).

CURSOS NA ÁFRICA

A pedido de Governos interessados, e em colaboração com a United Nations Institute for Training and Research (UNITAR), o Rio-Branco ministra cursos no exterior. Em 1983, verificou-se o primeiro deles; em Cabo Verde, e, em 1984, o segundo, no Gabão. Equipes do Instituto passaram quatro meses nas Capitais desses países, respectivamente. Praia e Libreville, para darem cursos de aperfeiçoamento a funcionários diplomáticos daquelas jovens nações africanas, já no exercício de suas funções.

Neste ano, está em andamento, na Guiné-Bissau, um curso de formação de novos quadros, destinados especificamente ao serviço diplomático dessa nação africana.

UM RECORDE

Ao celebrar seus 40 anos de vida, o Instituto Rio-Branco estabeleceu, em seu vestibular de 1985, um recorde histórico: 44 candidatos para cada uma das vagas oferecidas. Possivelmente, o vestibular do Rio-Branco será hoje um dos mais concorridos do Brasil do ponto de vista da relação número de candidatos/vagas.

"memórias do cárcere" em luanda

O filme "Memórias do Cárcere", de Nelson Pereira dos Santos, foi exibido em Luanda no dia 18 de abril de 1985, inaugurando o ciclo de eventos culturais ligados ao cinema e à literatura brasileiros, co-organizado pela Embaixada do Brasil, pela Cinemateca Nacional de Angola e pela União dos Escritores Angolanos, com o apoio da Cica-trade, empresa estatal que comercializa os filmes estrangeiros naquele país.

A sessão inaugural foi precedida pela abertura da exposição de cartazes cinematográficos brasileiros, ato ao qual estiveram presentes cerca de quatrocentos convidados especiais, entre autoridades partidárias e governamentais, chefes de missões e membros do corpo diplomático, personalidades locais da área cultural e integrantes da comunidade brasileira em Luanda, além de expressivo índice de comparecimento de membros representativos do bureau político, entre os quais Lúcio Lara Oina Matross e Roberto de Almeida, e do Comité Central do MPLA, como o ex-chanceler Paulo Jorge.

A exemplo do ocorrido em ocasiões anteriores, o público esgotou a lotação da sala de exibições (1.620 lugares). A semana teve prosseguimento com lotações esgotadas, a ponto de a apresentação de "Inocência", no dia 20 de abril, ter provocado a derrubada dos portões de acesso do Cinema Miramar por centenas de espectadores que não puderam adquirir ingressos e assistiram à projeção espalhados pelo amplo recinto ao ar livre; adjacente à plateia.

machado de assis será editado na república popular da china

Com edição de 300 mil exemplares serão publicados brevemente, pela editora de Ligian (Província de Guangxi, República Popular da China) textos em chinês da trilogia "Dom Casmurro", "Quincas Borba" e "Memórias Póstumas de Brás Cubas", de Machado de Assis.

A editora em questão, que já publicou a tradução para o chinês de "A Escrava Isaura", de Bernardo Guimarães, dedica-se à difusão na RPC de obras estrangeiras de grande valor literário, as quais são distribuídas a todas as bibliotecas do país.

cineastas brasileiros vencem o 31º - festival de curtas-metragens de oberhausen

Dois cineastas brasileiros, Marcello G. Tassara e Renato Tapajós, foram os vencedores do 31º festival de curtas-metragens da cidade de Oberhausen.

O principal prêmio, intitulado "prêmio da cidade de Oberhausen", no valor de 5 mil marcos, foi dividido igualmente por Marcello G. Tassara, com seu filme "Povo da Lua, Povo do Sangue" e por Renato Tapajós, com "Em nome da segurança nacional", respectivamente.

O júri internacional, neste ano formado exclusivamente por mulheres de 11 países e sob a presidência da cineasta húngara Marta Meszaros, justificou a escolha do filme "Povo da Lua, povo do sangue" (sobre os índios yanomamis) com alegação de que apresenta um retrato da destruição de uma cultura indígena pela civilização. Os jurados justificaram a escolha de "Em nome da segurança nacional" (sobre a condenação da lei de segurança nacional por tribunal popular fictício em São Paulo), em razão de sua "grande bravura na luta pelos direitos humanos".

Segundo informou o cineasta Marcello G. Tassara, presente ao festival, seu filme "Povo da lua, povo do sangue" foi igualmente convidado para participar do festival de Leipzig (RDA) e do festival de Moscou (URSS) no segundo semestre do corrente ano.

pnud contribui com programa de ajuda às populações atingidas pelas enchentes no nordeste

O Representante Residente do PNUD no Brasil, Senhor Peter Koenz, entregou ao Chanceler Olavo Setúbal, no dia 7 de maio de 1985, um cheque no valor de US\$ 30 mil, que será repassado nos próximos dias às autoridades coordenadoras do programa de ajuda às populações atingidas pelas enchentes nos Estados do Nordeste brasileiro.

A citada contribuição será acrescida de outras iniciativas e contribuições do PNUD nas áreas de alimentos e de projetos de reabilitação agrícola nas zonas afetadas pelas enchentes.

delegação do ministério da siderurgia da úrss visita o brasil

Delegação do Ministério da Siderurgia da URSS chefiada pelo Vice-Ministro Gueorgui Nikolaevitch Sergueev visi-

tou o Brasil de 20 a 28 de maio de 1985, a convite da Siderbrás, a fim de conhecer o parque siderúrgico brasileiro. Os técnicos soviéticos realizaram visitas à Cosipa, CSN, Cobrapi, Usimiras, Acesita, CBMM, Siderúrgica Pains, Aços Anhanguera, à usina siderúrgica de Tubarão e a usina de peletização de Vitória. Além das entrevistas com os Presidentes da Siderbrás e da CVRD e especialistas das duas empresas, a delegação soviética foi recebida pelo Chanceler Olavo Setúbal e pelo Ministro da Indústria e do Comércio Roberto Gusmão.

A presente visita é resultado do Protocolo assinado em Moscou, em julho de 1984, pela Siderbrás e pelo Ministério da Siderurgia da URSS. Naquela oportunidade, missão brasileira chefiada pelo Diretor de Operações da Siderbrás, George Leonardos, conheceu complexos siderúrgicos da URSS e examinou as tecnologias soviéticas de uso de gás natural e de finos de carvão em alto forno para eventual aquisição à empresa soviética "Licensintorg". A intensificação da cooperação no campo siderúrgico entre os dois países poderá resultar, no futuro, em aquisição de aço brasileiro pela URSS. As duas partes, inclusive, já concordaram em estudar a possibilidade da criação de um grupo de trabalho sobre siderurgia no âmbito da Comissão Intergovernamental de Cooperação Comercial, Econômica, Científica e Tecnológica e do intercâmbio de missões técnicas, com o objetivo de identificar áreas mutuamente vantajosas para cooperação no campo tecnológico e comercial.

a visita do ministro dos assuntos culturais do reino do marrocos

Visitou Brasília, de 24 a 27 de maio de 1985, o Ministro de Assuntos Culturais do Reino do Marrocos, Senhor Mohamed Benaissa, na qualidade de Emissário especial do Rei Hassan II, com o objetivo de retomar contatos e buscar o fortalecimento das relações bilaterais. O Ministro Benaissa fez-se acompanhar do Senhor Ghilani Dlini, Governador da Província de Oued Addahab, e do Doutor Khali Hanna Mahainine, Médico-chefe do Hospital "Hassan II", de Agadir.

Esta visita se insere no quadro de ação diplomática junto a dezessete países da América Latina com os quais o Marrocos deseja estreitar suas relações.

O Brasil e o Marrocos estabeleceram relações diplomáticas em 1906. Dentre os eventos recentes que evidenciam a cordialidade e o desejo de aproximação de ambos os países, cumpre assinalar a visita do Ministro do Comércio do Marrocos ao Brasil, em 1983, quando foi assinado o Acordo Comercial; a visita do então Presidente João Figueiredo ao Marrocos, em 1984, quando foram firmados os Acordos Cultural e de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica; e a retomada, em 1984, das operações da linha aérea Rio-Casablanca, pela "Royal Air Maroc".

O comércio bilateral é reduzido. O Brasil importa fostato e derivados e exporta açúcar, café e manufaturados. Em 1982, exportamos US\$ 55.912 milhões e importamos US\$ 1.603 milhões; em 1983, as exportações somaram US\$ 52.141 milhões e as importações, US\$ 2.609 milhões; no período de janeiro a novembro de 1984, as exportações totalizaram US\$ 39.822 milhões e as importações US\$ 10.163 milhões.

olavo setúbal recebe representantes da indústria brasileira de calçados

O Ministro de Estado recebeu, no dia 20 de junho de 1985, comitiva liderada pelo Deputado Pratiní de Moraes e composta por representantes da indústria brasileira de calçados, dentre os quais o Senhor Ênio Scheid, Presidente da Associação Brasileira de Produtos de Calçados, assim como membros dos Sindicatos de Produtores de Franca, São Paulo, e do Vale do Rio dos Sinos, Rio Grande do Sul, com o objetivo de avaliar as recentes recomendações que a **International Trade Commission** (ITC) dos EUA enviou ao Presidente Reagan, propondo a imposição de quota global às importações norte-americanas de calçados. No decorrer da reunião registrou-se, uma vez mais, a convergência de pontos de vista entre os setores privado e governamental brasileiros.

O Ministro Olavo Setúbal manifestou, assim como o fizera em sua recente visita a Washington, nas entrevistas que teve com autoridades norte-americanas, a preocupação do Governo brasileiro com as recomendações da Comissão de Comércio Internacional estadunidense. Cumpre ressaltar, a esse respeito, que já causara surpresa a determinação afirmativa de dano à indústria, uma vez que a ITC decidira, no ano passado, que as importações não estavam causando dano à produção norte-americana. Nesse contexto, o Governo brasileiro registrou, em várias oportunidades, suas preocupações com a decisão da ITC e com as recomendações de medidas, que se adotadas, afetarão exportações brasileiras para o mercado norte-americano.

Em nossa pauta de exportações para os EUA, os calçados ocuparam, em 1984, o primeiro lugar dentro os manufaturados, somando cerca de 900 milhões de dólares, montante extremamente significativo, sobretudo num momento em que o Brasil se empenha num esforço de ajustamento de seu Balanço de Pagamentos, tendo em vista fazer face aos pesados encargos do serviço de nossa dívida externa.

O setor calçadista desempenha importante papel na economia nacional. Distribuída por várias regiões do país, composta por mais de 200 empresas dedicadas à exportação, empregando mais de 100 mil trabalhadores, sobretudo em empresas de pequeno e médio porte, a indústria de calçados é componente dinâmico e sensível do desenvolvimento econômico brasileiro.